

## **TOM SOBRE TOM; O OURO VERMELHO NO CONTEXTO DO POVOAMENTO BRASILEIRO**

### **POVOAMENTO, POPULAÇÃO (ETNIAS) E DEMOGRAFIA NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO**

**Jovam Vilela da Silva<sup>141</sup>**

#### **POPULAÇÃO INDÍGENA INTEGRADA**

##### **1- Preocupações Iniciais**

A história das civilizações indígenas coloniais confrontam-se com a quase inexistência de dados que possam dar sustentação teórica a sua forma de vida. O modo de agir, pensar e sentir do nativo sul-americano dificilmente é retratado, mesmo porque quem o descreve esteve inserido em um mundo de valores diferentes do universo destes povos primitivos, conservando os aspectos técnicos da época colonial.

Alguns anos atrás em conversa com um indígena da nação Terena, com curso universitário, explicava este que o "branco" sentia suas emoções com o coração, mas que os Terena as sentiam no estômago. As sensações de medo, paixão, raiva, angústia, em linguagem figurada, estão localizadas nos "brancos", no coração, no "índio", na barriga. É óbvio que os "brancos" também sentem o famoso esfriamento no estômago, mas culturalmente falando há aí uma sensível diferença na forma e no modo de expressar essas sensações. O fato em si pode parecer estranho, e até bobo, em certo sentido, entretanto, julgamos que é um dado significativo para demonstrar sistema de valores.

Creemos que dentro deste sistema de valores é que teremos que considerar as contradições infra e superestruturais das relações entre o nativo e o colonizador. Pondero ainda que o "refinamento cultural e técnico" desses povos nativos perde em muito de sua valoração, na medida que na visão de mundo do colonizador fatores exógenos são alocados como elementos que os denigrem qualificando-os como ociosos, preguiçosos, indolentes, etc. E estas características tornam-se ainda mais vexatórias quando propugna-se que a relação inter-racial ocorrida no período colonial foi obtusamente vertida em sub-raças intituladas de mameluco, bastardo, caipira, cafuzo, caboré, etc.

Interessante é que a nível histórico, na formação do que se convencionou chamar de instituição de novos estados nacionais, o cosmopolitismo esteve presente em todos eles. O exemplo que nos interessa mais de perto encontramos na península ibérica que foi palco do choque de povos novos ou invasores (celtas, romanos, árabes) com etnias nativas (íberos). Celtas, gregos, romanos, visigodos e árabes constituíram-se em civilizações, na Península Ibérica, e, que misturados entre si, com o advento dos tempos modernos, ficaram conhecidos como portugueses e espanhóis. O mesmo ocorreu na Gália que recebeu normandos, eslavos, romanos e francos, e que, desta mescla, resultou o que conhecemos como franceses.<sup>142</sup>

Não pretendemos aqui tornar polêmicas essas informações históricas, mesmo porque não é esse o objetivo, mas tão somente mostrar que a formação destes estados / nações passaram por características de fusão (e ou fricção) interétnica semelhantes àquelas que permearam a formação do povo brasileiro. As mazelas dos cruzamentos étnicos ficam por conta dos preconceitos, valores e estratos de "desenvolvimento" que

141 -Professor Doutor do Departamento de História /ICHS/ UFMT - Campus Universitário de Rondonópolis - MT.

142 Com relação à formação dos modernos estados nacionais é fundamental a leitura do livro Nações e Nacionalismos desde 1780, de HOBBSBAWN, Eric J. RJ. Paz e Terra. 1990. O capítulo II - O Protonacionalismo Popular, página 63 a 100, discute as questões teóricas que deram origem aos vários "povos", "etnias" e "nações", e mais especificamente, da página 80 a 85, aborda questões teóricas que comumente "identificam" um povo, uma etnia, uma nação. O entendimento dado às questões teóricas sobre a formação dos Estados / Nações e Nacionalismos por Hobsbawm devem ser lidos.

interpuseram-se expondo as ideologias racistas, religiosas, sociais e políticas, acadêmicas ou não, da historiografia.

As motivações que ensejaram o aspecto aventureiro, explorador e colonizador de todos os povos, foram os mais variados possíveis, e a historiografia mundial nos demonstra isso através de explicações de cunho econômico, político e social. Entretanto, a mobilidade populacional, fosse por qualquer dos motivos apresentados, de etnia para etnia, de época para época, produziu e continua a produzir choques culturais e sociais. Estes choques acabaram por pressionar uma terceira via, que na inter-relação entre estes, acabou por prevalecer os argumentos do vencedor. Entretanto o "vencedor" não esteve imune em locupletar e incorporar elementos sociais e culturais do vencido. Os pressupostos teóricos advindos desta fusão étnica ficaram por conta dos mecanismos de dominação e das relações sociais que procuraram justificar e explicar os pólos positivos e negativos desta interseção sócio/cultural.

Assim sendo, no caso da historiografia brasileira, é comum depararmo-nos com explicações obtusas sobre o caráter e a personalidade do povo, colocando-o como preguiçoso, indolente, inapto para o trabalho. E dentro desta temática os povos indígenas teriam uma grande dose de responsabilidade genética nestas características. Por outro lado, as contradições são tão grandes que, à medida que nos aprofundamos neste particular, notamos que a assertiva não é verdadeira. Não desejamos e não pretendemos aqui cair em algumas armadilhas comumente enfeixadas no cotidiano da maioria dos relatos sobre as populações nativas, como o romantismo do século XIX, da figura de mocinho e bandido, mas tão somente contribuir para entendermos melhor a relação que existiu entre nativos e exploradores/colonizadores.

Outro aspecto que gostaríamos de deixar claro é a disputa do espaço geográfico que esteve intimamente ligada à conquista dos povos nativos, sem que isto necessariamente, em alguns momentos, significasse uma planificação sistemática do governo português, mas identificando as relações sociais entre colonos e nativos. Uma outra variável a considerar foi a proximidade da população colonizadora branca com as populações nativas. Apesar dos relatos falarem em um número muito grande de mamelucos e ou outra designação regional, que identificou o cruzamento do branco com o índio (após o século XVIII), o que ficou foi uma resistência em aceitar tal fato. Aí a tese do branqueamento prevaleceu para enquadrar o indivíduo no rol dos brancos. As populações nativas, então, praticamente desapareceram do contexto geral da história populacional luso-brasileira. E fica difícil aceitar que em quatro séculos de contatos permanentes e de subjugação desses povos nativos, não tenham ocorrido sucessivas incorporações inter-raciais. E é exatamente este o ponto principal desse ensaio, ou seja, o elemento humano nativo "puro" ou "mestiço" que deu origem ao povo brasileiro (ameríndio).

Com estas preocupações é que nos propomos a um ensaio quanto à presença marcante do nativo no desenvolvimento social do estado/nação Brasil e de suas inter-relações na constituição do povo brasileiro (ameríndio/lusitano), bem como dos movimentos migratórios populacionais que permitiram ocupar os "vazios demográficos coloniais", ou seja, que fosse assentada, nas franjas fronteiriças, uma população de fala, costumes e tradições portuguesas.

## **2- Povos Indígenas e suas Relações com os Estrangeiros**

Desde a chegada de Cabral, as relações entre nativos e portugueses foi de expectativa de ambos os lados. Os visitantes não sabendo como seriam recebidos pelos nativos e estes curiosos sobre o modo de ser dos chegadiços. A carta de Pero Vaz de Caminha retratou muito bem esses primeiros contatos e concluiu: "... tomávamos nós assim

pelo desejarmos...", quando referiu-se ao colar de pérolas e de ouro do Capitão Cabral. Os interesses de uns e de outros não se fizeram, nem se traduziram, a não ser pelos interesses imediatos, que motivaram a navegação além mar. Aos indígenas, esses homens representaram uma "tribo" a mais dentro do universo geográfico em que viviam. Dois times que não se conhecem, mas que, primitivamente falando, estudavam as potencialidades de um e de outro.

A não ser com algumas tribos, como por exemplo, os Tupinambá, os contatos sempre foram pacíficos. Nos primeiros trinta e três anos as relações entre nativos e estrangeiros (portugueses e franceses) foram amistosas e Marchant <sup>143</sup> (séculos XV e XVII) demonstrou que o escambo foi uma atividade normal. Os produtos de troca baseavam-se em madeira, algodão, pimenta, aves, enfim, naquilo que os nativos tinham para comercializar. Nessas relações, aos poucos, foram-se adotando determinadas ações que permitiram estabelecer um certo padrão de comportamento e de relações sociais através das atividades econômicas (séculos XVII e XVIII) <sup>144</sup>. O relacionamento proveniente dos escambos aproximou nativos e estrangeiros e foi determinante para estabelecer amigos e inimigos de acordo com as conveniências e tratamento dispensados. A fase seguinte, a da implantação das donatárias, estabeleceu um novo padrão de atitudes e de relações entre portugueses e nativos. Esta fase, da implantação de uma atividade econômica agrícola, compôs o quadro que, evolutivamente, determinou o processo de incorporação e aniquilamento de várias tribos tupi-guaranis localizadas na faixa litorânea. Tupinambá, Tupiniquim, Aimoré, Carijó, Goitacá, Botocudo, entre outros, foram utilizados em todas as atividades necessárias aos portugueses para implantarem a colonização e a empresa mercantilista.

As relações com os nativos mesclaram-se de um gama de atividades econômicas, políticas e sociais que aos poucos foram delineando o perfil da sociedade colonial que estava iniciando.

O período de implantação agrícola impôs uma série de relações econômicas e políticas com os nativos. Estes foram os braços para as lavouras agrícolas da cana-de-açúcar, para as atividades de escambo, e até mesmo para o cultivo de mantimentos, e a principal força bélica.

Aos portugueses não passou despercebida a inclinação guerreira entre os "brasis" e souberam aproveitar dessas animosidades para estabelecer com os amigos nativos a sorte de seus inimigos.

Os contatos entre os povos nativos, fossem estes da mesma etnia lingüística ou não, eram de permanente estado de guerra e as razões que os levavam a isso podiam ser as mais simples possíveis. Em 1554, nos relatos de Cabeza de Vaca, um chefe Xarayeres (Pantanal de Mato Grosso) assim se dirigiu aos castelhanos:

*"Cristãos, olhai minha gente; desta maneira irão até os povos Guaranis. Eles o levarão e os trarão de volta. Se vocês forem sozinhos eles os matariam, porque sabem que vocês estiveram em minhas terras e são meus amigos".<sup>145</sup>*

Este fato é ilustrativo para demonstrar que a amizade com determinado grupo nativo já se constituía em inimizade com outro grupo. Na costa colonial luso-brasileira a inimizade entre Tupinambá e Tupiniquim e destes com os Carijó (guarani) foi fundamental para compreendermos as relações que estes grupos nativos estabeleceram com portugueses e franceses no decorrer dos séculos XVI e XVII.

Os Carijó situavam-se ao sul de São Vicente, os Tupinambá no Rio de Janeiro e costa do nordeste entre o rio São Francisco e Rio Grande do Norte e os Tupiniquim

143 MARCHANT, Alexandre. Do Escambo à Escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580. Ed. Nacional/INL. SP. 1980.

144 BASTOS, Maria Francismar de. Fundamentos Econômicos da Ocupação da Amazônia (1616-1750). PUC. Porto Alegre. RS. 1981. (Dissertação de Mestrado - mimeografada).

145 Coleção L&PM/História - série Os Conquistadores, vol. 3, SP., 1987, p. 206.

entre os Carijó de São Vicente e o Rio de Janeiro e em torno da Bahia. As razões que levaram os grupos nativos a estabelecerem amizade ou não com os portugueses, no dizer de Anchieta, foi que "estes (os índios) parece que tem justiça com os portugueses pelas muitas injustiças e sem razões que deles tem recebido..."<sup>146</sup> Embora o reconhecimento da utilização da força fosse julgada necessária na conversão dos gentios "porque para este gênero de gente não há melhor pregação do que a espada e vara de ferro, na qual mais do que em nenhuma outra é necessário que se cumpra..."<sup>147</sup> E se aos padres jesuítas a visão de salvação destas almas se justificava o uso da força, na visão do indígena as relações sócio-culturais se passaram de formas diferenciadas, e podemos perceber isso nas palavras de Pindobuçu que pregou aos seus que "se nós outros temos medo de nossos feiticeiros, quanto mais o devemos ter dos padres que devem ser santos verdadeiros, e teriam o poder para nos fazer vir câmaras de sangue, tosse, dor de cabeça..."<sup>148</sup> E foi neste processo de interação cultural que as relações sócio-políticas engendram-se para traçar o perfil de dominação e subjugação das populações nativas que aos poucos foram-se incorporando à população branca portuguesa, fosse pela catequese, escravidão, amancebamento e alianças. Quando Anchieta falou da pacificação de Cabo Frio demonstrou o poder dos padres no processo de cooptação do nativo ao afirmar que "na guerra que fez Antônio Salina ao Cabo Frio, onde na primeira aldeia que havia em toda a terra que ali junta, estavam em grande tribulação e o índio principal dela, ouvindo e conhecendo as palavras de um nosso padre, se entregou a si e a toda a aldeia e dali se sujeitou todo o Cabo Frio sem trabalho".<sup>149</sup>

Entretanto Marchant<sup>150</sup> procurou demonstrar que, apesar da escravidão indígena ser praticada em várias capitanias, o usual consistia em utilizar-se da mão-de-obra nativa através do escambo, nos primeiros tempos. Na medida que esta mão-de-obra nativa passou a significar um dispêndio financeiro maior foi que se adotou a escravidão sistemática.

*"Não é difícil de compreender por que Duarte Coelho considerou insatisfatória a permuta por mercadorias mais valiosas. Antes, quando os índios se contentavam com artigos baratos, custava muito pouco aos portugueses obter, da parte deles, mantimentos e braços. Agora, para obter o mesmo, só com artigos mais caros, de modo que isso só encarecia mantimentos e braços como os tornava mais difíceis de obter. Realmente, a recusa dos índios em trabalhar senão em troca de outros e mais valiosos objetos determinou uma alta no custo de vida para os portugueses".<sup>151</sup>*

A Capitania de São Vicente, em 1545, possuiu mais de 3.000 escravos indígenas distribuídos por seis engenhos de açúcar e respectivas lavouras.<sup>152</sup>

Por outro lado, mesmo as inimizades existentes entre os colonizadores não impediram que os traficantes de pau-brasil, as expedições guarda-costas e colonos estabelecessem intercâmbios comerciais com os indígenas. A instalação das donatárias assentou imigrantes portugueses ao longo da costa colonial luso-brasileira. e nem sempre esses assentamentos davam-se próximos de tribos amistosas. E é bom que se diga que esses contatos é que determinaram as relações sociais mais ou menos amistosas entre nativos e imigrantes portugueses. Dependendo dos interesses econômicos e políticos necessários à implantação da colonização, mesmo as tribos amistosas, por diversas vezes, entraram em choque com os portugueses. Mais de um cronista em séculos diferentes disseram que a animosidade nativa aos portugueses encontrava-se na escravi-

146 ANCHIETA, Joseph de. Carta de São Vicente (1563) - Cartas Jesuítas 3. Belo Horizonte. Itatiaia/EDUSP 1988, p. 202.

147 Idem, p. 196.

148 Idem, p. 215.

149 Idem, p. 331.

150 MARCHANT, Alexandre. Ob. cit.

151 Idem, p. 58.

152 Idem.

zação e na forma de tratamento dispensado aos povos nativos, indistintamente. As atividades desenvolvidas pelos nativos a serviço dos brancos foram as mais variadas possíveis, trabalho escravo ou livre, os indígenas ajudaram a erguer vilas<sup>153</sup>, estabelecer lavouras de cana-de-açúcar ou de mantimentos, escambo de pau-brasil e drogas do sertão<sup>154</sup>, fornecimento de mão-de-obra escrava inimiga para os colonos de São Vicente que "obtiveram seus escravos dos Tupiniquim que andavam sempre em guerra com seus inimigos".<sup>155</sup>

Podemos notar que os dados até aqui apresentados nos mostram um perfil que começava a esboçar-se nas inter-relações sociais, econômicas e políticas empreendidas pela colonização portuguesa junto aos povos nativos. Nesse quadro apresentado algumas transformações ocorreram com a catequese.

Interessante notar que os povos indígenas em seu desenvolvimento sócio/cultural reproduziram junto aos portugueses as mesmas relações que detinham entre si. A transformação dessa realidade se deu de forma amena ou brutal dependendo da aceitação ou não do processo civilizacional introduzido pelos brancos. Sabemos muito bem que muito poucas foram as tribos que aceitaram a sujeição pura e simples. Mas, também, que os portugueses necessitavam de aliados de braços para a faina diária e não dispunham de um exército branco que pudesse garantir a posse, assim as alianças com diversas tribos, aproveitando-se as suas próprias dissensões internas, foi o caminho natural que os portugueses encontraram para executar a obra de colonização.

*"índios e mamelucos formaram a muralha movediça, viva, que foi alargando em sentido ocidental as fronteiras coloniais do Brasil ao mesmo tempo que defenderam, na região açucareira, os estabelecimentos agrários dos ataques de piratas estrangeiros. Cada engenho de açúcar nos séculos XVI e XVII precisava de manter em pé duas centenas ou pelo menos dezenas de homens prontos a defender contra selvagens ou corsários a casa de vivenda e a riqueza acumulada nos armazéns; esses homens foram na sua quase totalidade índios ou caboclos de arco e flecha".*<sup>156</sup>

Parece nos que para o nativo pouco lhe interessava a forma de ser do branco, desde que este mantivesse com os mesmos atividades que não interferissem no seu modo de vida. Aliados ou inimigos foi uma contingência de momento, e, no desenrolar dos séculos XVI, XVII e XVIII, os tratados de paz aconteceram com certa frequência, bem como a quebra desses. Assim, por exemplo, os nativos aliaram-se aos franceses para combater os portugueses e vice-versa; aliaram-se aos holandeses, quando estes invadiram o nordeste, assim como houve tropas indígenas combatendo ao lado dos portugueses contra os holandeses. No século XIX, durante a guerra do Paraguai, os Paiaguá lutaram ao lado dos paraguaios contra as tropas brasileiras.

O que nos interessa mostrar aqui é que o indígena não possuía em sua concepção de mundo valores sociais, políticos, econômicos e culturais que estavam inculcados

153 "Assentada a escolha do local da nova cidade, meteu-se logo mãos à obra e dentro de quatro meses estava concluído um cento de casas, tijupás, e feitas muitas plantações de cana-de-açúcar, tendo para isso concorrido o braço indígena, tanto pela influência de Diogo Alvares, como pela confiança e estima que Tomé de Souza inspirava aos índios, pois nestas obras era o primeiro a lançar mão do pilão, conduzir caibros e outras madeiras". FILHO, José Eduardo de Carvalho. Estabelecimento de um Governo Geral. Os primeiros jesuítas. (1º Congresso de História Nacional, 1914, RIHGB, tomo especial, parte I, Rio. 1915) - in - MARCHANT, Alexandre. Ob. cit., p. 73.

154 Com relação à utilização do nativo como mão-de-obra para obter drogas do sertão é fundamental a leitura da obra Fundamentos Econômicos da Ocupação Portuguesa na Amazônia (1616-1750), citada. A autora, BASTOS, Maria Francismar de Souza mostrou a importância da carta régia de 19.01.1611 que determinou a expulsão dos Franceses do Maranhão. Dos fatos políticos ocorridos no movimento de independência portuguesa de 01.12.1640 e que determinaram o fim da dominação espanhola e a consolidação dos portugueses na Amazônia. E ainda os encaminhamentos dados pela Carta Régia de 24.11.1688 que incentivou não só o extrativismo, mas sobretudo o desenvolvimento agrícola da baunilha e do cacau, e, prometendo recompensa em "mercês" aos que se tornassem "merecedores, por este útil trabalho à terra e à Fazenda Real" (p. 143). Afinal de contas, como salientou Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a importância do extrativismo vegetal na Amazônia luso-brasileira: "as drogas do sertão são para o Estado do Maranhão o mesmo que as minas tem sido para Portugal" (p. 148) (grifo nosso).

155 MARCHANT, Alexandre. Ob. cit., p. 81.

156 FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o regime da economia patriarcal. José Olympio Editora. RJ. 1988, p. 95.

nos "usos e costumes" dos brancos, principalmente idéias como acumulação, lucro, ocupação e posse de espaços geográficos. E interessava ao aparelho de estado português que esses povos nativos aprendessem a apreciar esses conceitos de valores. O século XVIII produziu uma série de alvarás, leis e instruções régias que encaminharam aos governadores os mecanismos de tornar as populações nativas vassalos portugueses. A problemática discussão de limites territoriais entre Espanha e Portugal obrigou-os a difundir o uso do idioma luso ou espanhol para garantir a posse e efetivar a conquista.

A proximidade entre colonizador e nativo passou a significar, em alguns casos, para os indígenas liberdade, associação e participação dentro de determinado contexto, provenientes das inter-relações sociais, políticas e econômicas que se enfeixaram do contato permanente. Marchant nos dá uma idéia dessa relação e das suas contradições.

*"... Tomé de Souza estimulou os indígenas a estabelecer suas aldeias próximas às cidades. Aos que haviam ajudado na guerra, deu terras, situadas o mais perto possível da cidade, nas quais deveriam viver. ... Assim acumulou em torno da cidade muitos índios livres ocupados em lavouras, desse modo habilitados a fornecer gêneros no mercado".* <sup>157</sup>

Por aí podemos perceber que o modo de ser e de viver do branco foi sendo inculcado de formas variadas no universo cultural e social do nativo incorporado. A este respeito, em 1555, escrevia Anchieta: "temos uma grande escola de meninos índios bem instruídos em leitura, escrita e em bons costumes, os quais abominam os usos de seus progenitores", <sup>158</sup> falando sobre Piratininga. Discorrendo sobre o colégio da Bahia dizia:

*"Tem nelas suas casinhas cobertas de palmas, bem acomodadas e igrejas capazes, onde ensinam aos índios as cousas necessárias à sua salvação, lhes dizem missa e ensinam a doutrina cristã duas vezes ao dia, e também em cada uma ensinam aos filhos dos índios a ler, escrever e contar e falar português, que aprendem bem e falam com graça, ajudam as missas, e desta maneira os fazem polidos e homens. Em uma delas lhes ensinam a cantar e tem seu coro de cantos e flautas para suas festas, e fazem suas danças à portuguesa com tambor e violas, com muita graça, como se fossem meninos portugueses...".* <sup>159</sup>

A partir desse ponto de vista, vejamos alguns outros dados significativos que nos auxiliem nesta vertente.

Uacury Ribeiro, ao descrever a expansão territorial do Brasil no vale do Paraguai, apresentou certos aspectos dessa dimensão associativa:

*"A estes aspectos podemos acrescentar o problema de aprisionamento de índios guaranis pelo Tupis com o objetivo de traficá-los com os povoadores de São Vicente" (...) "Segundo cronistas coevos, Irala penetrou em Guaira, cruzou o Paranapanema em perseguição aos traficantes guaranis, atingindo Anhembí e no salto de Avanhandava castigou de maneira exemplar os aliados dos colonos portugueses".* <sup>160</sup>

Nos relatos sobre a chegada de Cabeza de Vaca à ilha de Santa Catarina, da sua entrada até onde instalou Assunção, é possível observar que na medida que são os espanhóis recebidos pelos indígenas, houve uma recompensa.

*"... chegou a três povoados de índios, situados muito próximos um do outro, cujos senhores principais se chamavam Aniriri, Cipoyay e Tocanguazu. Quando esses*

157 MARCHANT, Alexandre. Ob. cit., p. 78.

158 ANCHIETA, José de. Ob. cit., p. 89.

159 Idem, p. 424.

160 BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. Expansão Territorial do Brasil Colônia no vale do Paraguai (1767-1801) EDUSP. SP. 1979, p. 69/70.

*índios souberam de sua chegada saíram para recebe-los, carregados com muitos mantimentos e muito alegres, demonstraram grande prazer com a sua vinda. De sua parte, o governador também os recebeu com grande prazer e amizade e, além de pagar-lhes o preço que valiam, deu aos índios principais muitos presentes, inclusive camisas, o que os deixou muito contentes".<sup>161</sup>*

Analisando o texto acima, façamos algumas considerações, como a da fala "pagando-lhes o preço que valiam" (os mantimentos), fica óbvio que quem estipulou o preço foi Cabeza de Vaca, sob o conceito de valor da época. Mesmo que o preço pago tenha sido justo, resta saber o que o nativo compreendeu desse processo financeiro, embora o tenha recebido. E assim sucessivamente durante toda a narrativa, vamos nos deparando com procedimento deste tipo. Ficava difícil para o espanhol entender o universo social indígena, pois para os guaranis, como para todos os outros índios, o importante eram as "posses imateriais: privilégios do chefe ou do Xamã, conhecimento de segredos ou de cantos mágicos, etc. Quanto ao resto davam e tomavam com "igual facilidade", achavam "que a posse" era uma "prova de poder e que seu único objetivo fundamental" era "o bem estar do grupo" Quando recebiam os europeus, ofereciam "seus parques bens". Mas quando matavam e comiam das missões ou dos colonos, sem autorização, "algumas vacas, isso" era "considerado um roubo digno de todas as represálias".<sup>162</sup> Mais desconcertante, ainda, nesse relacionamento entre brancos e nativos e nesse processo de trocas é que se o branco:

*"... dá machados e objetos de metal, o índio oferece-lhe algo que este não pode encontrar na nova terra com facilidade: a mulher. Gesto desconcertante que escandalizou o missionário, mas que para o índio significava atrair e incorporar o branco a sua própria tribo".<sup>163</sup>*

E mais interessante ainda é imaginar que pudesse haver sob certos aspectos determinados tipos de comércio entre os nativos como de um índio que ia "a Tapua para comprar flechas, mas que ultimamente não tinha mais ido, porque percebera fumaça de outras populações que ali vieram se estabelecer e ficara com medo de cruzar por ali".<sup>164</sup>

Assim é que da Bahia até o Rio Grande do Norte, as relações entre colonizador e nativos procederam-se de forma mais truculenta e voltada para os interesses mercantilistas que aos poucos foram sendo implantados com a expansão dos engenhos de açúcar.<sup>165</sup> Ao sul, pode-se notar que as relações foram mais amistosas e mais entrosadas, em ajuda mútua, segundo a ótica do branco.

A fronteira indígena era, em ambos os casos, necessária, indispensável ao estabelecimento do português na faixa litorânea e fundamental ao pleno desempenho das atividades econômicas, com segurança. Neste aspecto o trabalho dos aldeamentos jesuítas foi uma peça a mais neste intrincado jogo de interesses da conquista. O trabalho nestes aldeamentos tornou-se singular no entrosamento do nativo ao modelo colonial que se desenhou dos séculos XVI ao XVIII e que proporcionou ao colonizador o antepa-

161 Coleção L&PM/História. Ob. cit., p. 131.

162 HAUBERT, Maxime. índios e jesuítas no tempo das missões. Ed. Cia. das Letras. SP. 1990, p. 36/37.

163 BEOZZO, Oscar. A comunicação das classes subalternas na História do Brasil. In- MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara - terra e população: estudo de demografia histórica da história social de Ubatuba. Ed. Paulinas, SP. 1974, p. 19.

164 Coleção L&PM/História. Ob. cit., p. 213.

165 ANCHIETA, José de. Ob. cit., p. 314, nos diz a respeito: "Da Capitania de Pernambuco foi senhor e povoador Duarte Coelho. Nunca houve nela conversão de gentio; guerras muitas e alguns combates de Franceses (...) e muitas mais em tempo de seu filho Duarte Coelho, o qual deu tanta guerra aos índios (...) que destruiu toda a sua capitania e assim desde o rio de São Francisco até lá, que são 50 léguas, não há povoação de índios, e fica agora sem nenhuma ajuda deles ...(...) Capitania de Itamaracá ... mui molestada dos índios Potiguares ... tem grande comércio os Franceses ... e fazem muito mal por terra e por mar aos Portugueses, os quais não tem índios amigos que os ajudam porque os destruíram todos. Na Capitania do Espírito Santo que é de Vasco Fernandes Coutinho houve guerra com o gentio ... (...) Houve nela e ainda há muita conversão. Na de S.Vicente, que é de Martim Afonso de Souza (...) nela nunca houve guerras com os índios naturais que chamam Tupi, que sempre foram amigos dos Portugueses...".

ro natural da fronteira com índios engajados no processo de conquista, escravização, produção e policiamento da linha de terra tomada pela agricultura.

Os aldeamentos situavam-se, de certa forma, próximos as vilas de modo a garantir o suprimento de gêneros de primeira necessidade. A proximidade ou a maior distância dos centros populacionais brancos processou-se conforme as necessidades de expansão das terras agricultáveis, de mão-de-obra, incursão dos brancos e das escaramuças nativas.

Neste sentido, Pombal, após expulsar os jesuítas, passou a tratar a população das aldeias como um assunto de Estado. Até a data da instituição do "Diretório" (1757), as aldeias foram o "ponto de referência, 'o suporte' e origem próxima da vila e sua única fonte de renovação populacional"<sup>166</sup>, passando, a partir dessa regulamentação jurídico-institucional, a ser, mais intrinsecamente, fontes de recursos, de alimentos, além, evidentemente, de verdadeiros viveiros de mão-de-obra. "Há que se notar que desde a chegada dos europeus, a instalação de vilas e cidades sempre ocorrem em locais próximos a aldeias indígenas jesuítas ou não. Cidades importantes como São Paulo, Recife, São Vicente, Cuiabá e outras surgiram desta forma", afirma Joana Fernandes.<sup>167</sup> Seguindo vertente semelhante, Nádia Farage argumentou que a submissão política dos povos indígenas podia ser divisada na legislação de 1750 e que "esta foi a tônica do parágrafo 19 do Regimento passado em 1655 a André Vidal de Negreiros, um dos primeiros governadores da colônia, onde lhe era aconselhado a trabalhar pela redução dos índios, a fim de se evitar seu comércio com estrangeiros".<sup>168</sup>

Por volta de 1710, ordenava o Rei que fossem coibidos os "abusos praticados pelos colonos contra os índios, pois, via de regra, fugiam, 'com o que perdiam a Religião, e Eu, os vassalos e habitantes da minha terra". Nas cartas régias de 1685 e de 03.12.1692, "a Coroa deixou 'de modo inequívoco' ordem de que o 'bom tratamento aos índios era a principal defesa da conquista"<sup>169</sup>. Em 1695, o Capitão General Antônio de Miranda e Noronha do Maranhão e Grão-Pará "advertiu os índios para que sustassem esse comércio (de manufaturados) com os estrangeiros, que se presume serem Olandeses", 'porque como vassalos do rei Português.<sup>\*</sup> estavam proibidos por suas leis de empreendê-los".<sup>170</sup>

A criação da Capitania de Mato Grosso em 1748, bem como a de Goiás, aconteceu a partir da política portuguesa de ocupação e posse das terras em disputa com a Espanha. Essa política de povoamento portuguesa foi incrementada através do que ficou conhecido como Instruções Régias. As instruções Régias datadas de 1747, 1749, 1758 e 1772, deram o perfil dos procedimentos geopolíticos que os Governadores matogrossenses, por exemplo, tiveram que seguir para garantir uma determinada linha de fronteira com os espanhóis, em particular. O outro lado dessas Instruções Régias se constituíram em verdadeiros tratados de proteção e de integração do nativo como se branco e português fosse do Estado Português, ou seja, como um colono, um vassalo.<sup>171</sup>

A tão falada indolência nativa foi medida na proporção em que se necessitava dos mantimentos produzidos por estes mesmos índios e que refletisse um excedente capaz de suprir a procura pelos colonos.

A ocupação das terras mato-grossenses ocorreu a partir da utilização da população nativa. Na falta de uma migração branca para as minas de Mato Grosso (Vila Bela e Cuiabá), as autoridades portuguesas fizeram uso da população nativa "silvestre" e ou

166 FERNANDES, Joana. índio - Esse nosso desconhecido. Ed. Universitária da UFMT. Cuiabá. 1993, p. 32.

167 Idem.

168 FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões - os povos indígenas no Rio Branco e a Colonização. Paz e Terra. RJ. 1991, p. 42.

169 Idem, nota 16, p. 177.

170 Idem, p. 75. \*- grifo nosso.

171 Maiores detalhes desta variável consultar: SILVA, Jovam Vilela da. Capitania de Mato Grosso: política de povoamento e população - século XVIII. USP, SP, 1994. (Tese de Doutorado - mimeografada).

imigrada das missões espanholas de Moxos e Chiquitos. A iniciativa desse projeto foi do Juiz de Fora de Vila Bela, Teotonio da Silva Gusmão, que foi povoar e "aumentar esta vila (Vila Bela) com índios, na vizinhança dela, e daqui até o Cuiabá",<sup>172</sup> e ainda ao longo do rio Guaporé, como foi, por exemplo, a fundação de Nova Borba, em 1758, e, em 1778, do arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem com índios Pama. Contudo esse tipo de empreendimento não agradava ao Governador Antônio Rolim de Moura que considerava que "os índios puros só por si", não fossem capazes de "fazer povoação", pois constituíam-se em "uma gente sem dependência, sem paixão, sem ambição, e sem discurso", assim não via neles nada que os ligasse à "sociedade civil".<sup>173</sup> Só podiam ser de grandes préstimos à sociedade quando misturados "com negros e com brancos", onde o produto desses casamentos saía "já menos inúteis à República".<sup>174</sup> Este projeto dos casamentos interétnicos, contudo, interessava ao Estado português, e os sucessores de Rolim de Moura trouxeram na bagagem as mudanças nas Instruções Régias que conduziram para esse procedimento. O apogeu desse encaminhamento de povoar com nativos teve seu ponto máximo no Governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

Luiz Pinto de Souza Coutinho (MT), em 1770, ao falar do Presídio da Conceição e da necessidade de ligá-lo por terra a Cuiabá, descreveu as várias tribos nativas que existiam no traçado do percurso pretendido. Esses nativos, segundo o governador, eram dóceis e de fácil comunicação. Podiam ser convencidos a fazerem aliança com os portugueses desde que não os transportassem "longe de seus naturais domicílios", pois a experiência demonstrava que este mecanismo em pouco tempo os aniquilava. Além do que a incorporação desses nativos podia facilitar

*.. indispensável necessidade que tem este Forte de ser assistido de gado; não só para a manutenção ordinária de sua guarnição mas para a assistência do Hospital...".<sup>175</sup>*

Medidas essas que, em 1769, fez Luiz Pinto mudar Leomil (MT) do rio dos Mequén para a parte superior do rio Guaporé, próximo ao Forte de Bragança, por ser um "local bom e para dar sustento à guarnição do forte, assim como já o é a povoação de Lamego" como já havia feito Rolim de Moura "transplantar com o mesmo fim para aquelas circunvizinhanças".<sup>176</sup>

Com essa associação, Rolim de Moura criou as aldeias de Leomil (1762) e Lamego (1769), no Guaporé, com 800 índios Moré que foram trazidos da missão jesuíta espanhola de São Miguel, cujo objetivo era suprir o Presídio da Conceição com produtos de subsistência, no que diz respeito à Capitania de Mato Grosso.

Nesta relação entre o branco e o nativo, o trabalho de catequese, além de integrar o índio à fé cristã, habilitou-o a proporcionar a mão-de-obra "qualificada" que compen-sou o vazio demográfico colonial branco (português e mestiço), e que não mudou no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII. Marchant nos proporciona alguns dados interessantes sobre este processo no nordeste colonial brasileiro:

*"Quanto à produção de mantimentos, pode-se argumentar que um amplo suprimento de gêneros reflete métodos adiantados, mas isso não é certo. Embora seja verdade, de acordo com um visitante em 1587, parece que nunca escasseavam mantimentos nos aldeamentos e deve ser notado que alguns índios já andavam produzindo mantimentos em abundância muito antes do estabelecimento da redução dos jesuítas (...) Não há provas concretas acerca do momento exato em que*

172 Idem, p. 84.

173 MOURA, Antônio Rolim de. Correspondências, vol. 1, p. 65. In, SILVA, Jovam Vilela da. Ob. cit., p. 84.

174 Idem.

175 MF. 211 doe. 2417 - Carta de Luiz Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU/NDHIR/UFMT - Cuiabá, MT.

176 MF. 195 doe. 2232 - Bando de Luiz Pinto de Souza Coutinho que informava sobre a mudança de nome das vilas, lugares, etc. AHU/NDHIR/UFMT - Cuiabá, MT.

*o uso do escambo aumentou, entre os índios aldeados, fornecedores, e os portugueses. (...) os aldeamentos deveriam estar situados em locais mais ou menos inacessíveis aos colonos, quando na realidade eles se colocavam onde fosse fácil a comunicação com a cidade. Todos os mencionados estavam ligados à cidade - não esplêndidas estradas, mas veredas transitáveis através da floresta".<sup>177</sup>*

No século XVII o Pe. Vieira, através de seus sermões, bem como as ordens régias produzidas neste período, reforçaram a importância dos aldeamentos e da "conversão das diversas nações da região amazônica"<sup>178</sup>, de onde "se poderia fazer grande serviço de Deus e aumentar-se esse Estado".<sup>179</sup> Na provisão régia de 1º de maio de 1680, o rei sustentava que o seu principal objetivo na Amazônia era "dilatara a pregação do Santo Evangelho e procurar trazer ao grêmio da Igreja aquela dilatada gentildade cuja conversão Deus nosso Senhor Encarregou aos Senhores Reis destes reinos".<sup>180</sup> Até por volta de 1755, o expansionismo português na Amazônia detinha como suporte ideológico o cristianismo missionário. Em 1751 as Instruções Régias passadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão, recomendavam "que por meio das mesmas missões se cultivem e povoem os vastíssimos países do Pará e Maranhão".<sup>181</sup>

Para a historiadora Maria Francismar, os descimentos indígenas feitos pelas ordens religiosas jesuíta e carmelita obedeciam, no século XVII a uma lógica de povoamento. Procuravam organizar núcleos populacionais cujo objetivo era tirar o nativo de seu estado de "barbaria em que se encontravam, ensinar-lhe ofícios mecânicos e disciplinar-lhe a vida, trazendo-o ao trabalho organizado".<sup>182</sup> Desta forma foi possível formar "numerosas aldeias cristãs" que funcionaram como "centros de atração demográfica" e que acabaram por proporcionar à região "focos de progresso", bem como "centros de resistência lusitana contra as investidas imperialistas dos inimigos dos portugueses".<sup>183</sup>

Os levantamentos realizados, por nós, sobre a Capitania de Mato Grosso, no século XVIII, mostraram de forma inequívoca que houve uma política de povoamento muito bem elaborada pelo governo português. Como é possível notar, a ocupação portuguesa em território sul-americano obedeceu a uma lógica de ocupação.

No sul da América colonial, de São Vicente até o estuário do Prata, veremos que a fronteira móvel até o século XVIII, quando os tratados estabeleceram os limites entre a posse portuguesa e espanhola, constituiu-se num pólo maior de integração entre a população branca e nativa. Os condicionamentos políticos e econômicos são sobejamente conhecidos e permitiram uma maior europeização do nativo, assim como a indianização do europeu.

*"A vida dos Franceses que estão neste Rio é já não somente hoje apartada da Igreja Católica, mas também feita selvagem; vivem conforme os índios, comendo, bebendo, bailando e cantando com eles, pintando-se com suas tintas pretas e vermelhas, adornando-se com as penas dos pássaros, andando nus às vezes, só com uns calções, e finalmente matando contrários, segundo o rito dos mesmos índios, e tomando nomes novos como eles, de maneira que não lhes falta mais que comer carne humana, que no mais sua vida é corruptíssima, e com isso e com lhes dar todo o gênero de armas, incitando-os sempre que nos façam guerra e ajudando-os nela, o são ainda péssimos".<sup>184</sup>*

177 MARCHANT, Alexandre. Ob. cit., p. 98/99.

178 FRAGOSO, Hugo. A Era Missionária (1686-1759), pág. 160. In- HOORNAERT, Eduardo, (coord)- História da Igreja na Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1992, p. 144.

179 Idem.

180 Idem, p. 146.

181 Idem.

182 BASTOS, Maria Francismar de Souza. Ob. cit., p. 169.

183 Idem.

184 ANCHIETA, Joseph de. Ob. cit., p. 219.

O mestiço constituiu-se no elemento básico de colonização e exploração. Anchieta, em 1549, falando sobre São Vicente, afirmava que os moradores haviam feito uma casa para os jesuítas e que era a segunda construída no Brasil.

*"Aqui se receberam logo à Companhia o irmão Pedro Corrêa e o irmão Manuel de Chaves, homens antigos na terra e línguas, e com ajuda deles se começou a ensinar a doutrina na língua do Brasil aos Mamelucos e Mamelucas, filhos dos portugueses e aos escravos da terra, que havia muitos..."*.<sup>185</sup>

A fusão étnica<sup>186</sup> proporcionou o desenvolvimento de uma sociedade mestiça baseada no cunhadio. A estrutura familiar desenvolveu-se de forma poligâmica em função dos costumes tupi-guaranis em oferecer as mulheres em "casamento" aos conquistadores. No caso da ocupação da área que originou Assunção e, posteriormente, o Paraguai, os espanhóis aliaram-se aos Cários. Essa aliança desenvolveu relações sociais e políticas de reciprocidade e de prestação de serviços com base no parentesco. A poligamia colocou um espanhol, por este sistema de cunhadio - o cunadazgo - como "cherobayá" de vários índios, possibilitando a posse desta região, e, com o passar dos anos, foram surgindo os conglomerados urbanizados.

Os contatos com os portugueses não se fizeram de maneira diversa. Anchieta, discorrendo sobre as capitanias luso-brasileiras, salientou que "Alioquim é gente bem inclinada e muitas gerações deles não comem carne humana e mostram-se muito amigos dos Portugueses dizendo que são seus parentes e por meio deles têm pazes com os índios que tratam com eles, de que antes eram inimigos".<sup>187</sup> Quando se refere ao planalto de Piratininga, afirma que os índios, "como os Portugueses", vinham trabalhando muito para conservar "a sua amizade, sempre fixos no começado" vivendo como cristãos e trazendo "outros seus parentes do sertão a morar consigo para que também recebam a fé".<sup>188</sup>

Ao se referir aos costumes dos brasis, demonstra que "assim quem tem mais filhas é mais honrado pelos genros que com elas adquirem, que são sempre muito sujeitos, a seus sogros e cunhados...".<sup>189</sup> No que tocava ao casamento dos nativos, lembra que o tratamento dado à mancebia, entre os seus, havia sido transferido também aos portugueses.

*"Temirecô chamavam às índias mancebas dos Portugueses, e com esse título lhas davam antigamente os pais e irmãos quando iam a resgatar às suas terras, como os Tamoios e Temiminós do Rio de Janeiro e Espírito Santo, os Tupis de São Vicente, os Tupinambás da Baía, e finalmente todos da costa e sertão do Brasil, **dizendo^ lhes leva, esta para, tua mulher\***, com saberem que muitos daqueles Portugueses eram casados; e ainda que os Portugueses as tinham por mancebas, contudo as tinham de praça nas aldeias dos índios ou fora delas, com mulher, filhos e filhas, porque para os índios não era assi pêjo nem vergonha, e lhes chamavam Temirecô a mulher de IV., e a eles genros, e os Portugueses aos pais e mães delas sogros e sogras, e aos irmãos cunhados, e lhes davam resgate, ferramentas, roupas, etc., como a tais, como os a quem chamam genros lhes vão a roçar ou pescar algumas vezes, por onde **não parecem serem estes suficientes sinais de matrimônio** nem da parte dos que se amancebam com elas, nem dos pais ou irmão que lhes dão".*<sup>190</sup>

185 Idem, p. 323.

186 Essa fusão pode ser entendida como **frieão interétnica**, tendo em vista que esta variável etnológica busca explicar e tratar analiticamente as sociedades indígenas enquanto partícipes do processo de incorporação à sociedade brasileira. Essa variável pretende com seu modelo analítico-alternativo explicar a realidade indígena brasileira num contexto diferente daqueles adotados pela antropologia norte-americana (cultural contact) e da variável britânica de mudança social (social change). Essa discussão, apesar de contemporânea, remonta a Baldus, H. Ensaios de etnologia brasileira. SP. Ed. Nacional. 1937.

187 Idem, p. 310.

188 Idem, p. 325.

189 Idem, p. 337.

190 Idem, p. 458/459 \*-grifo nosso.

Estes contatos entre o europeu e o nativo não se processaram apenas de forma passiva, houve escaramuças seguidas não só com os nativos que não se sujeitavam, bem como com aqueles que se constituíram em aliados de portugueses ou de espanhóis.

Nádia Parage, estudando os assentamentos portugueses no Rio Branco, demonstrou que a disputa pelo território com os holandeses das Guianas colocou o indígena como um forte aliado para ambos os lados. Sua obra, "Muralhas do Sertão", mostrou que na disputa pelo território os dois lados valeram-se dos casamentos interétnicos para assegurar a posse. Adverte a autora que não encontrou nada que incentivasse tais uniões, embora a prática demonstrasse o contrário. Citou o cronista Edward Bancroft e acrescentou:

*"... devo notar, vislumbrou na prática de casamentos de holandeses com índias a ascendência que os holandeses teriam sobre os índios de sua colônia. Desse modo afirma, teria sido possível aos funcionários coloniais reservar-se o direito de interferir nas guerras inter-tribais e até proibi-las, mesmo não possuindo quaisquer meios de coagi-los, com os poucos soldados a serviço do Forte de Essequibo. Ainda assim recebiam os holandeses uma humilde e implícita obediência' por parte dos índios".* <sup>191</sup>

Nessa vertente, o papel que a mulher nativa exerceu no conjunto da população parece ter sido bem mais expressivo do que à primeira vista se apresenta.

Em 1826, um observador anônimo deixou escrito sobre os índios Mura, habitantes do rio Guaporé, Madeira e Amazonas, entre outras coisas, que:

*"Não usava este gentio vestir antigamente. Hoje porém no Amazonas será raro encontrarlhos senão vestidos; e os que se impregão no serviço dos Brancos nas Vilas e Lugares amão o esmero do vestuário, principalmente as mulheres, as quais se acomodam tanto a civilização, que por fim se desgostam que as chamem de Muras; não por desprezo que concebam a sua Nação, mas por aquelle como observam tratalla."*<sup>192</sup>

Se por um lado a mistura de vários povos indígenas facilitou a conquista, observava-se também que nela esteve a base da estrutura social. Conhecemos muito bem o papel que a mulher desempenhou no processo de colonização, qual era a sua função de acordo com os costumes e tradições, sob a ótica da sociedade sistematicamente constituída e historiograficamente descrita. Entretanto, e aqui não cabe discutir as mazelas hipócritas culturais desse período, sabemos, também, que as mulheres constituíram-se nos esteios da formação e de inculcação cultural do período estudado. Historicamente é conhecido o episódio da repulsa das paulistas aos seus maridos, quando estes voltaram derrotados da guerra dos emboabas. E vários cronistas em épocas distintas nos proporcionaram informações de que o idioma falado em casa era o tupi-guarani. E este fato não é exclusivo do período colonial, pois Martim de Moussy observava, em meados do século XIX, que "na província brasileira de São Paulo, no Paraguai e na Província de Corrientes, o povo e as mulheres, sobretudo, não falavam senão o guarani, muito misturado sem dúvida com palavras espanholas e portuguesas, mas que não é menos que a língua geral que se fala desde a Guiana aos Andes e nas vizinhanças do Prata".

193

A obra de John Manuel Monteiro confirma que, até meados do século XVIII, o tupi era falado em São Paulo, quando então cedeu lugar ao português e ao dialeto caipira nas áreas rurais. Salienta, ainda, que havia uma divisão lingüística na Capitania de São Paulo que "refletia a estrutura bipolar na sociedade colonial", mesmo porque :

191 BRAJSÍCOFT, Edward, (cronista) 1769, p. 347 e ss., in, FARAGE, Nádia. Ob. cit., p. 117.

192 Observações Adicionaes a Illustração sobre o Gentio Mura; escrita por hum Anônimo no Anno de 1826, in- NETO, Carlos de Araújo Moreira. índios da Amazônia: da Maioria à Minoria -(1750 a 1850). Petrópolis, Vozes, 1988, p. 265.

193 LUGON, Clóvis. A República "Comunista" Cristã dos Guaranis: 1610-1768. Ed. Paz e Terra. RJ. 1988, p. 25.

*"... na sua base, os escravos (nativos) provenientes de diversos grupos étnicos e lingüísticos comunicava-se na versão paulista da língua geral, baseada num padrão Guarani, no topo, a comunidade luso-brasileira, diferenciava-se da massa caativa por meio do uso da língua colonial, embora, inevitavelmente, entrasse em contato diário com o guarani do lugar".* <sup>194</sup>

Demonstra Monteiro que o apresamento guarani efetuado nas missões espanholas pelos paulistas, no início do século XVII, foi preferencialmente pela população feminina e que ocorreu a "presença preponderante de mulheres nas atividades agrícolas, encontrável nas lavouras paulistas" obedecendo a uma "divisão de trabalho na produção de alimentos presente nas sociedades tribais, que vantajosamente liberava os homens para outras funções especializadas, como o transporte e o sertanismo".<sup>195</sup> O domínio da língua geral ou de qualquer outro dialeto nativo em São Paulo era considerado uma respeitável especialização, ainda mais que a "evolução do regime de escravidão indígena, ao longo do século XVII, tenha desenvolvido uma forma ancestral do **dialeto caipira**, aliás fortemente marcado pela presença de palavras de **origem guarani**".<sup>\*196</sup>

Quando, em 1757, foi editado o Diretório (parágrafo 6º), no Governo de Pombal, obrigou-se ao estudo do idioma português, criticando a ação dos missionários que haviam permitido às nações nativas conquistadas o uso do próprio idioma ou a língua geral. Este artigo reconheceu o uso corrente da língua geral e a classificou como uma "invenção verdadeiramente abominável e diabólica" que acabava por privar os nativos de "todos aqueles meios, que os podiam civilizar" e obrigando-os a permanecer na "rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam".<sup>197</sup>

Hugo Fragozo desenvolve a idéia de que o "grande sonho português era empurrar, pela parte Norte"<sup>198</sup>, seus limites até a Cordilheira dos Andes. E uma das motivações para consolidar a posse desse território foi o lingüístico-cultural. O primeiro passo foi a unificação das línguas indígenas sob a "denominação de língua geral" tornando-a comum a meninos e meninas. Ocorria a seguir a passagem para o idioma português. O aperfeiçoamento na utilização da língua portuguesa identificava o grau de civilidade no qual os nativos estavam inseridos. Além disso, a utilização da língua portuguesa pelos nativos, nos estudos de Carlos de Araújo Moreira, deteve objetivos geopolíticos e diplomáticos de ocupação e posse, que serviram de critério para as futuras demarcações de limites entre a América portuguesa e espanhola. O uso bilíngüe da língua geral, de qualquer outro dialeto e do português pela população colonial, de acordo com John Manuel Monteiro, "era considerado uma respeitável especialização".<sup>199</sup> Cita o caso de Domingos Jorge Velho que era bilíngüe, falava em Tupi e falava e escrevia em português.

A mancebia foi característica do período colonial e por aí é possível entender as citações anteriores com referência, mais especificamente, ao idioma mais falado e no aporuguesamento característico de muitas regiões brasileiras. Eduardo Hoornaert, ao falar da mestiçagem, evidencia que a mancebia foi a solução possível para sanar os problemas de povoamento da colônia. A mancebia foi:

*"(...) mesmo encorajada, pois todos sabemos que a mestiçagem constituiu a solução histórica para os problemas de povoamento que a colonização portuguesa enfrentou nessa terras..."*,<sup>200</sup>

194 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra : índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Cia. das Letras. SP. 1994, p. 165.

195 Idem, p. 118.

196 Idem, p. 164 \*-grifo nosso.

197 NETO, Carlos de Araújo Moreira. *Índios da Amazônia: de maioria à minoria*. Vozes. Petrópolis, 1988, p. 265.

198 FRAGOSO, Hugo. Ob. cit., p. 139.

199 MONTEIRO, John Manuel. Ob. cit., p. 164/165.

200 HOORNAERT, Eduardo. A questão do corpo nos documentos da primeira evangelização. In- Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil. MARCÍLIO, Maria Luiza, (coord.) Edições Loyola, CEDHAL, CEHILA. SP. 1993, p. 23.

E este processo de mestiçagem foi uma característica de todo o período colonial. John Manuel Monteiro expõe que, no século XVII, "a estabilidade familiar constava como fato excepcional" (...) "e a informalidade dos casamentos entre índios em São Paulo" era comum, "atribuindo-a ao desleixo dos padres ou à sua falta".<sup>201</sup> E essa inconstância nos casamentos "da família indígena em São Paulo seiscentista" devia-se, sobretudo, aos "ataques às aldeias e missões guaranis" onde os paulistas "aprisionavam predominantemente mulheres e crianças...".<sup>202</sup> Estes fatores, no final do século XVII, contribuíram para aumentar a frequência de "casamentos mistos - entre grupos étnicos distintos, entre índios dos aldeamentos e cativos, entre africanos".<sup>203</sup> E a razão do desequilíbrio entre os sexos foi explicada pelo jesuíta Francisco de Oliveira da seguinte forma: "(os paulistas) andam amancebados com gentias, das quais traziam filhos ao povoado, e para fazer isso mais a sua vontade eles matavam os maridos".<sup>204</sup>

Costume que os estudos feitos por Joana Fernandes mostram não foi modificado, tendo em vista que as expedições sertanistas do século XIX, em Mato Grosso, matavam os guerreiros e traziam mulheres e crianças para Cuiabá. Estas pessoas eram distribuídas entre as famílias e, salientou a autora, apesar de não haver evidências documentais, era provável que as nativas fossem incorporadas como escravas. Diz ainda que as mulheres Bororo ao chegarem "recusavam a principio toda a sorte de alimentos, depois foram se acostumando, e hoje estão lindas e bem civilizadas".<sup>205</sup>

No que se refere aos casamentos mistos, a carta régia de 1696 procurou regulamentar este tipo de união. Esta carta régia ao regulamentar o regime de administração particular, proibiu "expressamente o casamento entre administrados e índios dos aldeamentos, bem como entre administrados e escravos africanos".<sup>206</sup> Esta preocupação com os casamentos mistos neste período ocorreu no sentido de se evitar "a transferência de índios dos aldeamentos para o serviço particular através do casamento".<sup>207</sup> No decorrer do século XVII, as autoridades portuguesas se preocuparam também em não permitir os casamentos mistos entre indígenas e africanos. Quadro este que, no século XVIII, começou "a mudar, em decorrência tanto do aumento sensível da população de origem africana em São Paulo, quanto do acirramento na competição pela mão-de-obra disponível".<sup>208</sup>

No governo de Pombal, a partir da segunda metade do século XVIII, a mestiçagem foi incentivada por intermédio dos casamentos interétnicos, regulamentados pelo Diretório, que reconheceu, juridicamente, o que na prática já existia. Esta mestiçagem, contudo, não acontecia e não ocorreu dentro dos moldes pretendidos pelo Estado e pela Igreja, ou seja, o casamento; o que prevaleceu, de fato, foi a mancebia.

Essas uniões consensuais continuaram fortes, principalmente pelo desleixo ou pela falta de padres<sup>209</sup>, pelos altos custos financeiros executados pela Igreja para a celebração das bodas e de outros serviços religiosos<sup>210</sup>, bem como em função da manifesta pobreza da maioria da população. Hermann Burmeinter, visitando a província do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em meados do século XIX, deixou registrado que os padres eram muito gananciosos, "principalmente nos casamentos nos quais assiste ao cura o direito de dar ou negar consentimento, costumam cobrar elevados emolunen-

201 MONTEIRO, John Manuel. Ob. cit., p. 167.

202 Idem, p. 168.

203 Idem, p. 169.

204 Idem, p.237, nota 28.

205 FERNANDES, Joana. Ob. cit., p. 50.

206 Idem.

207 Idem.

208 Idem, p. 170.

209 Idem, p. 167. SILVA, Jovam Vilela da. Mistura de Cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso - século XVIII) Cuiabá, EdUFMT. 1995.

210 COSTA, Iraci dei Nero. Vila Rica : População (1719-1826). IPE. USP. SP. 1979. No que se refere às núpcias, demonstrou que, se houvesse algum tipo de impedimento, os custos dos proclamas se duplicavam, p. 34.

tos, o que explica e gera, em parte, o concubinato, tão comum entre os brasileiros".<sup>211</sup> A concubinação neste período foi constatada em São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Bahia.<sup>212</sup>

As taxas eclesiásticas cobradas pela Igreja em Mato Grosso foram muito altas e acabaram por inviabilizar casamentos, enterros e batismos que não receberam as atenções cristãs em sua execução, em função da pobreza da maioria da população.

*"Enfim, aos mesmos eclesiásticos tenho repetido muitas vezes, que esta minha proposição, há de passar ainda um dia em axioma que em Mato Grosso, se não pode nascer, casar, nem morrer, e muito menos ser cristão sem grandes custos".*

213

Ao que se refere aos casamentos mistos, Iraci dei Nero da Costa, nos estudos que fez sobre Vila Rica (MG), diz que prevaleceram os casamentos dentro do mesmo segmento, embora não houvesse rigidez absoluta, podendo ocorrer consórcios entre indivíduos de grupos distintos. Contudo prevaleceu os consórcios entre pessoas da mesma cor e que os homens de cor se casaram mais fora do grupo de cor. Muitos desses casamentos foram de forros e escravos. Ocorreu ainda casamento entre senhores e os próprios escravos. A mulher de cor branca não se uniu a homem de cor parda, e o homem branco uniu-se a pardas e pretas. A tendência foi a das mulheres casarem-se em sua vila, paróquia ou local de nascimento devido à pouca mobilidade, e o homem casou-se fora de sua vila, paróquia ou local de nascimento.<sup>214</sup>

Os estudos de Alida Metcalf sobre a população de Santana do Paraíba (SP), ao expor o sistema de parentela, remetem a reflexão do que representou a sucessão das heranças pela linha materna. Na linha matrilinear, Alida argumentou que o sítio ou a fazenda era herdado pela filha e genro e não pelo filho. Nesse sistema, os filhos herdavam as terras de suas esposas. Nessa linha de raciocínio, os filhos, ao deslocarem-se para o interior buscando índios, comercializando ou garimpando, acabaram abrindo caminho para os genros, e os bens de raiz acabaram herdados pelas filhas. Salienta a autora que a descendência matrilinear "é de origem incógnita, mas nota-se que na sociedade indígena do Tupi o casamento era matrilocal no sentido de que os homens iam morar nas casas das famílias de suas mulheres".<sup>215</sup>

Quanto aos casamentos mistos, Eliana Maria Réa Goldschmidt nos diz que o poder do senhor sobre o escravo não podia ficar ameaçado com este tipo de consórcio. A fim de que o senhor não sofresse nenhum tipo de prejuízo, havia a garantia do "termo de seguimento" que fazia com que "optando-se por um cônjuge não escravo, o poderio do escravo, além de não ser diminuído com esse casamento, ao contrário, fosse aumentado com a anexação do elemento forro ou administrado".<sup>216</sup> Além do que os consórcios entre classes distintas eram combatidos onde "a prevenção por casamentos desiguais

211 NEVES, Maria de Fátima R. das. O sacrilégio permitido: filhos de padres em São Paulo Colonial, p. 139, nota 8, in- Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil. Ob. cit.

212 LONDONÔ, Fernando Torres. Público e escandaloso - igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro. SP. USP. 1992 (tese de doutorado mimeografada). As visitas do Santo Ofício realizadas no Brasil, apesar de tentarem regulamentar os casamentos não tiveram muito êxito. Um desses visitantes, o cônego Bruno de Pina, em 1785, constatou altos índices de concubinato, bem como "particularmente momentânea a disposição da população em corrigir suas ações", permanecendo em sua grande maioria "reincidentes nas suas faltas". in-PRIORE, Mary Del. A mulher na história do Brasil. São Paulo, Contexto. 1988, p. 33. Sobre a visita desse Cônego, LONDONÔ na obra El Concubinato y la Iglesia en el Brasil Colonial. Estudos CE-DHAL, USP, n° 2. SP. 1988, diz que, na distante Cuiabá, a visita de Bruno Pinna "condeno a vários padres de família (hombres y mujeres) por permitir que sus hijos vivieran com otras personas como si estuviesen casados"(p. 29). Deixou claro que os abusos e desordens "no son asi consecuencias dei calor y si producto dei abandono, de la falta de corrección, instrucción y ordem em que se encontraban las personas y de la falta de idoneidad y dedicación dei clero"(p. 27).

213 MF-204 doc. 2319. Carta de Luiz Pinto de Souza Coutinho ao Rei. 24.02. 1770/ AHU/NDHIR/UFMT. CUIABÁ, MT.

214 COSTA, Iraci Del Nero da. Ob. cit., p. 34.

215 METCALF, Álida C. A família na colonização das Américas. SP. SBPH. Anais de VI Reunião. 1987, p. 16 e 17, notas 07 e 12.

216 GOLDESCHIMDT, Eliana Maria Réa. Casamentos mistos de escravos em São Paulo Colonial: garantias tomadas pelos senhores. SP. SBPH. Anais da VII Reunião. 1988, p. 179/181.

era mais acentuada nos casos em que a cor e a condição consideradas inferiores atingiriam não apenas os contraentes mas sua família também".<sup>217</sup>

A Lei de 1755 determinou que os nativos nascidos de negras escravas, e aí leiam-se nativas, ficavam livres e sob a proteção de seus respectivos senhores.

*"Porém para com o pretexto dos sobreditos descendentes de pretas escravas, se não retinham ainda no cativoiro os índios que são livres; estabeleço que o benefício dos Editais acima ordenados se estenda a todos o que se acharem reputados por índios, ou que taes parecerem, para que todos sejam havidos por livres sem a dependência de mais provas do que a planíssima que a seu favor resulta..."*<sup>318</sup>

A introdução dessa lei e a citação acima demonstram claramente a preocupação da Coroa com os aspectos sociais do nativo no contexto da sociedade civil. Pode ser dito que a mobilidade social proposta enquadrou os indivíduos enquanto nativos no processo de interação a nível quantitativo e de certa forma qualitativo no conjunto da população.

Quantitativo porque buscou através dos descimentos por convencimento, forçados e ou em seus próprios domínios, enquadrá-los como vassallos com todos os privilégios tidos e consentidos à sociedade colonial como um todo. Além desse aspecto, enquadraram-os em um contingente populacional necessário a todas as atividades econômicas e de defesa do território. Nesse sentido, a cor da pele acabou por determinar sua classificação sócio-econômica.

Qualitativo porque pretendeu melhor enquadrá-los, dentro da visão cristã e civilizadora da época, no "modus vivendi" da sociedade civil portuguesa colonial, ou seja, na mudança de seu "status". Nesse sentido é que foram trabalhados os caciques ou principais, com postos militares e civis, que se introduziu o pelourinho nas aldeias, regulamentaram-se os casamentos, adotaram-se nomes portugueses aos inácianos e proporcionou-se escolarização para os meninos e desenvolvimento do artesanato para as meninas, enfim, onde cada um tivesse atribuições específicas no quadro social e no desenvolvimento de ações que buscavam melhorias na qualidade de vida.

Além disso, sabe-se que o tráfico transatlântico de africanos importou 2/3 de homens e 1/3 de mulheres e que a distribuição, no Brasil, dessa população foi totalmente irregular.

A mistura de cores deu os tons de "pardo" mais ou menos "brancos" ou "pretos"<sup>819</sup> que determinaram de certa forma a identificação desses elementos nos segmentos de classe existentes. Os estudos sobre a escravidão negra africana no Brasil<sup>220</sup>, no período colonial, têm demonstrado que as várias etnias que aqui chegaram foram misturadas. As senzalas acolheram esses povos e misturaram suas diferentes culturas, cultos, crenças e deuses. O procedimento sócio/político/econômico empregado nas aldeias administradas, de certa forma, foi reproduzido nas senzalas, ou seja, a mistura étnico/cultural acabava por buscar um denominador comum de comunicação e inculcação ideológica e que não foi outro do que a língua portuguesa.

217 Idem. Em uma outra obra: O senhor e suas escravas: um aspecto das uniões mistas no século XVIII. na Capitania de São Paulo. SP. SBPH. Anais da V Reunião. 1986, p. 191/195, a autora nos fala sobre as Ordenações do Reino que disciplinavam as questões jurídicas da sociedade portuguesa e colonial.

218 NETO, Carlos de Araújo, Ob. cit., p. 158.

219 A palavra ou expressão "preto" está empregada de acordo com o que demonstrou BANDEIRA, Maria de Lourdes em sua obra; ou seja: que o "negro", para fugir das classificações sociais discriminatórias feitas pelo "branco", foi enquadrado como mulato/pardo e preto. Assim, os "negros procuraram desmontar o sistema de classificação racial escravista, buscando eliminar a pluralidade de categorias, reduzindo-a a uma categoria única: a de pretos, neutralizando entre si os efeitos divisionistas da classificação branca". In BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço Branco - estudo antropológico de Vila Bela. Ed. Brasiliense. CNPq. SP. 1988, p. 122.

220 Laura de Melo e Souza, citando Roger Bastide diz: "Traços específicos de cada tribo acabaram por constituir uma só cultura: produziu-se dissociação entre etnia e cultura. Assim, heranças e aquisições diversas vezes se mesclaram numa mesma manifestação cultural, como o calundu". SOUZA, Laura de Melo e, O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo. Cia. das Letras, 1986, p. 286.

Pelo que podemos observar por todos esses estudos apresentados é que as características que deram origem a um "povo brasileiro" não foram outras senão um grande processo de mestiçagem. A mistura de tons proveniente do ouro vermelho genético das várias etnias nativas e destas com brancos e negros proporcionou um Estado/Nação com características singulares e sistematizadas no decorrer do período colonial e imperial.

Virgílio Correia Filho, ao discorrer sobre a nobiliarquia paulista, diz:

*"Também na veias de Paschoal estava o sangue indígena pela avó Mariana Leme, neta do primeiro Bras Esteves Leme que no dizer de Taques não casou, porém teve 14 filhos bastardos havidos em diversas mulheres oriundas do gentio da terra, e que no Brasil se diz mamelucos".* <sup>221</sup>

Um outro autor, Uacary Ribeiro, ao descrever a sociedade formada entre os Cários e os espanhóis, na região que deu origem ao Paraguai, relata:

*"... Digo, declaro e confesso, que eu tenho e Deus me deu nesta província certas filhas e filhos que são Diego Martinez de Irala e dona Ginebra de Irala, meus filhos e de Maria minha criada, filha de D. Pedro de Mendonza, índio principal que foi desta terra, dona Marina de Irala filha de Juana minha criada, dona Isabel de Irala, filha de Agueda, minha criada; dona Úrsula de Irala, filha de Leonor minha criada; Martin Pedro de Irala, filho de Escolástica minha criada; Ana de Irala, filha de Marina minha criada e Maria filha de Beatriz, criada de Diego Villalpando; e por ser como eu os tenho e declaro meus filhos e filhas como tais".* <sup>222</sup>

Varnhagem falando sobre os costumes indígenas nos deu uma idéia do que e por que Saint-Hilaire designou o mameluco de "Raça de Gigantes". Conceitos como o de que o homem não deve chorar nunca; sentidos apurados e instintos aguçados; gênio fleumático, etc. permitem vislumbrar de que forma o mundo do nativo passou aos curumins integrados e ou destribalizados, aos filhos mestiços criados e educados pelas mulheres indígenas que, até pelo próprio modo de serem criadas e educadas em suas tribos, colocavam o homem como o elemento principal nas relações do casal.

Gilberto Freire, ao descrever a espontaneidade dos estrangeiros com as mulheres indígenas brasileiras, enfoca que:

*"Neste amor foi só o físico; com gosto só de carne, dele resultando filhos que os pais cristãos pouco se importaram de educar ou de criar à moda européia ou à sombra da Igreja. Meninos que cresceram à toa, pelo mato; alguns tão ruivos de pele tão clara, que descobrindo-se mais tarde a eles e a seus filhos entre o gentio, os colonos dos fins do século XVI facilmente os identificaram como descendentes de normandos e bretões. Desses franceses escreveria em 1587 Gabriel Soares no seu Roteiro Geral que muitos "se amancebaram na terra, onde morreram, sem se quererem tornar para França, e viveram como gentios com muitas mulheres, dos quais, e dos que vinham todos os annos à Bahia e ao rio de Sergipe em náos da França, se inçou a terra de mamelucos, que nasceram, viveram e morreram como gentios; dos quais há hoje muitos seus descendentes, que são louros, alvos e sardos e havidos por índios Tupinambás, e são mais bárbaros que elles".* <sup>223</sup>

No levantamento que fizemos sobre o povoamento e a população mato-grossense, no século XVIII, constatou-se que as taxas e razões de gênero foram idênticas em todas as vilas, arraiais, missões e fortalezas, onde se registrou uma maioria de homens adultos nas totalizações populacionais. As taxas brutas de natalidade encontradas em Mato Grosso ficaram bem próximas daquelas encontradas por Louis Henry para a Europa

221 FILHO, Virgílio Corrêa. História de Mato Grosso. Ed. INL/MEC. RJ. 1969. p. 102. NB- O personagem é Paschoal Moreira Cabral, que descobriu ouro no Coxipó-mirim, tributário do rio Cuiabá (MT).

222 Testamento de Domingos Martines de Irala (1513-1556) Lafuente Machain, R. de El Governador Domingos Martinez de Irala, pág. 560 e 561. Documentos X. Buenos Aires, 1939. in BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis, Ob. cit., p. 33.

223 FREIRE, Gilberto. Ob. cit., p. 93. (Souza, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Ed. de F.A. Varnhagem, Revista do IHGB, tomo XIV, p. 342).

Ocidental, na ordem de 34 a 40 por 1000. Contudo os baixos índices de nupcialidade e as altas taxas de fecundidade justificaram as uniões consensuais e o elevado número de filhos ilegítimos. No levantamento populacional efetuado por faixa etária, dos grupos de idade entre 08 a 15 anos obteve-se uma variação média de 6,42%, que representou o crescimento vegetativo na segunda metade do século XVIII. Esse percentual foi o que a população mato-grossense conseguiu repor para os grupos de idade dos 15 aos 50 anos. No total geral, os grupos de 15 a 50 anos, na média, giraram em torno de 43,56%. A variação média de 6,42% do grupo etário mais jovem, subtraída de 43,56% do grupo etário considerado adulto, foi um resultado de 37,14%, ou seja, essa última percentagem significou a migração de brancos, negros escravos e livres e escravos mestiços e ou incorporação de tribos "silvestres" e ainda a imigração de nativos das missões jesuítas espanholas de Moxos e Chiquitos. As taxas de mortalidade foram muito altas. Todos esses dados permitiram verificar que a maioria das mulheres utilizadas no povoamento mato-grossense foram nativas.<sup>224</sup>

Postas essas questões, podemos afirmar que, demograficamente falando, o grosso da população considerada civilizada, nos séculos XVI, XVII e XVIII, constituiu-se em grande parte de nativos destribalizados e incorporados através de missões, aldeias, administrados e simplesmente escravizados, bem como de mestiços deles com brancos e negros.

Sua presença desaparece escamoteada na figura do branco ou do que se intitulou desta cor, através dos costumes de época, como, por exemplo, o de somente herdar o nome do pai, português ou espanhol, na ocupação de cargos públicos e na posição social exercida. A este respeito nos relata Anchieta que os escravos indígenas eram uma "grandíssima multidão" e que instruídos nas leis de Deus, destes:

*"Quatro ou cinco meninos órfãos, dos nascidos de pai português, mas de mãe brasileira, que viviam em casa e sob o regimen do pai, foram recolhidos por algum tempo ao colégio...".* <sup>225</sup>

O costume foi o de classificar o indivíduo pela "cor da pele", embora essa classificação não tenha sido homogênea, ou seja, variou de uma Capitania para outra, conforme as informações a seguir.

Nos estudos de John Manuel Monteiro (século XVII), enfocando a Capitania de São Paulo, o termo "índio crioulo" identificou o integrante dos aldeamentos da região de Piratininga. Um outro termo, "negro da terra", qualificava "a vasta maioria da população indígena",<sup>226</sup> ou seja, os nativos que chegavam do sertão aprisionados, enquanto que "ladino" indicava aqueles nativos "plenamente adaptados ao regime" <sup>227</sup>, ou seja, aqueles que já detinham algum ofício mecânico como, por exemplo, a profissão de carpinteiro. O termo "mulato" por exemplo, na Capitania de São Paulo, identificou a "prole das uniões afro-indígenas - que, mesmo sendo filhos de mães índias, frequentemente entravam nos inventários na condição de escravos legítimos".<sup>228\*</sup> No final do século XVII, "na década de 1680, aparecem pela primeira vez os termos "caboclo" e "curiboca", referentes a filhos das uniões tanto de brancos e índios quanto entre africanos e índios. Já os termos "cabra" e "pardo" tinham sentido variado". <sup>229</sup> Esse comentário fica ainda mais intrigante quando, no início do século XIX (1802), José de Arouche de Toledo, Diretor de índios, da Capitania de São Paulo, informava à Corte que:

224 SILVA, Jovam Vilela da. A Capitania de Mato Grosso: Política de Povoamento e População - século XVIII. Ob. cit., pp. 191 e 92.

225 ANCHIETA, Joseph. Ob. cit., p. 47.

226 MONTEIRO, John Manuel, Ob. cit., p. 154/155.

227 Idem, p. 156.

228 Idem. \*- grifo nosso.

229 Idem, p. 256, nota 43.

*"... os índios das fazendas Jesuítas tinham huma liberdade imaginária, porq. elles herão tratados com a mesma sujeição, o mesmo aperto e a mesma obediência, q. o resto dos Escravos. Acrescia, além disso o sistema de os ter sempre separados do Comércio dos brancos p nunca poderem ser desabusados, e de os Casarem com pretos e pretas escravas, batizando os filhos como servos".* <sup>230</sup> \*

A designação de "mulato" aos mestiços de africanos e nativos foi utilizada também na capitania de Mato Grosso. Em meados do século XVIII (1757), o Capitão-General Antônio Rolim de Moura informava que os nascidos de negros e índias eram conhecidos como "mulatos e caborés". <sup>231</sup> E apesar do termo "bastardo" identificar os filhos ilegítimos na linguagem usual, tanto na Capitania de São Paulo, como na de Mato Grosso, era usado para designar o mesmo que mamaluco, ou seja, os nascidos de brancos e nativas. No caso da Capitania de São Paulo, havia ainda uma diferença na utilização dos termos "mameluco e bastardo". No século XVII, o termo "mameluco" era utilizado para os indivíduos que "gozavam da liberdade plena e aproximavam-se à identidade portuguesa",<sup>232</sup> enquanto que os tidos como "bastardo" "permaneciam vinculados ao segmento indígena da população, seguindo a condição materna".<sup>233</sup> No decorrer do século XVIII "bastardo" designou de forma genérica todos os tipos de descendência indígena, enquanto que "mameluco" não foi mais utilizado. A impressão que fica é a de que a designação de "bastardo" passou a identificar de fato o filho ilegítimo no final do século XVIII. E pode significar uma perda da importância da descendência indígena na linha paterna de acordo com os quadros apresentados sobre o significado e a importância do termo mameluco.

Alguns outros termos aparecem nos inventários e testamentos paulistas como a palavra "Carijó" que no século XVII foi utilizada para identificar a população guarani feita cativa nas missões espanholas, enquanto que no século XVIII passou a "expressar o conceito de índio subordinado".<sup>234</sup> No que se refere ao índio destribalizado e ou incorporado à sociedade portuguesa das mais diferentes formas, a designação mais utilizada foi a de Tapuio. Essa expressão dada ao indígena genérico e aldeado, na ótica Carlos de Araújo Moreira Neto<sup>235</sup>, identificou os nativos do vale amazônico. Um outro termo utilizado na região amazônica foi o de "caboclo", encontrado ainda na região do Prata. Uma outra denominação dada ao índio integrado foi a de "Canicaru, termo empregado no Rio Negro para indicar os índios utilizados pelos portugueses como força bélica, 'tan bons como os bons soldados'".<sup>236</sup>

Marivone Matos Chain, ao descrever as aldeias da Capitania de Goiás no século XVIII, cita um bando que proibia o uso de certos termos na identificação do nativo e do mestiço deste e que, na "aldeia Formiga, povoada por grande número de habitantes, não só de nacionais do mato, mas também de nascidos na mesma missão, vulgarmente (conforme os pais) se chamam mestiços, bastardos, mamelucos..."<sup>237</sup>, sendo que esta miscigenação processou-se "predominantemente entre índios, pretos e mestiços".<sup>238</sup> Estes bandos proibindo a utilização de determinados termos que identificavam os nativos ou seus descendentes, começaram a ocorrer a partir da segunda metade do século XVIII. Em setembro de 1751, já se proibia que se ridicularizassem os Tapes (RS)

230 Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. SP. Edições Arquivo do Estado, 1895, SP. 1990. vol. 95, p. 94. \*-grifo nosso.

231 SILVA, Jovam Vilela da. Ob. cit., p. 199.

232 MONTEIRO, John Manuel. Ob. cit., p. 167.

233 Idem.

234 Idem, p. 166.

235 NETO, Carlos e Araújo Moreira. índios da Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850). Petrópolis, Vozes, 1988.

236 Joaquim de Mello e Povoas a Manoel Bernardo de Mello e Castro. 1º/08/1759, BAPP, ms.13; Francisco Rodrigues a ? 25/05/1764, BAPP, ms.1. in- FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 102.

237 CHAIN, Marivone Matos. Os aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da Capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811). SP. USP. 1972. (tese de doutorado mimeografada), p. 160.

238 Idem, p. 106.

chamando-os de bárbaros tapuias e a seus filhos de mestiços ou outro apelido semelhante.<sup>239</sup> Em 1755, a Gazeta de Lisboa publicava o seguinte Alvará:

*"Considerando S.Mag. Fidelíssima quanto convém que os seus reaes domínios da América se povoem e que para que este fim pode concorrer a comunicação com os índios por meio de casamento, (...) impondo a pessoas de qualquer qualidade que sejam, que os tratem com o nome de Caboclos (sic) ou outro semelhante, injurioso...";<sup>240</sup>*

Varnhagem diz que o termo Caboclo ou Caboco deve ter vindo do vocábulo Caáboqua que significava vergôntea ou ramo (prole ou broto). A origem da palavra Emboba foi encontrada no "vocábulo Amboabâ, contração de Mbal-aba", que se entendia por "feito homem", isto é, "como homem" e era usada pelos índios para apelidar os colonos. Esclarece ainda que a palavra Bugre identificava "carregador ou portador de carga e provinha do vocábulo nativo Bohu-rêa", forma pela qual os próprios índios denominavam os índios escravos.<sup>241</sup>

E bom que se diga que estes dados sobre os conceitos e preconceitos existentes na colônia antecederam aqueles que fizeram parte do "Diretório dos índios" em 1757 e que acabou por considerar o nativo como se branco e português fosse.

Alida nos dá alguns exemplos do problema da classificação da população pela cor da pele, dando exemplo de Santana de Parnaíba onde os habitantes chamavam os índios de negros correlacionando raça com servidão. A despeito da distinção social, índios administrados mantiveram relações e contatos com vastíssimos indivíduos de status social e econômico, constituindo-se, após 1803, num campesinato rural.<sup>242</sup>

Maria Luiza Marcílio, em sua obra "Caçara", ao estudar os assentamentos coloniais de Ubatuba (SP), demonstra-nos que a produção camponesa estava organizada "para responder, primeiramente às necessidades do grupo doméstico".<sup>243</sup> Identificou ainda nessa sociedade camponesa "uma coletividade calcada na família, ou mais concretamente no grupo doméstico". Este grupo doméstico camponês estava "orientado para a subsistência dele próprio e, ao mesmo tempo", devia "comprar bens e serviços". A terra pertencia à "coletividade ou, no caso das áreas coloniais americanas, ao Estado colonial" e era "redistribuída em parcelas fixas, pela coletividade ou pelo Estado, entre famílias que têm acesso a essa divisão".<sup>244</sup> Essas e outras questões sobre o "mundo econômico e social do camponês" e o uso da terra nos fazem refletir sobre a dinâmica de assentamento populacional empreendida pelo Governo Português através das Instruções Régias do século XVIII e que em seu interior constituíram-se em verdadeiros tratados de proteção indigenistas.

Nádia Farage falando sobre o Rio Branco nos diz que, em 1787, Lobo DAlmada deixava claro a necessidade dos índios descidos encontrarem nos aldeamentos roças pertencentes a cada "família" - "onde talvez pudéssemos ler grupo doméstico - permite supor que escapando ao padrão indígena tradicional, os portugueses estivessem impondo outra unidade de produção que não o grupo doméstico" (...). Os contínuos descimentos requeriam "roças maduras", aptas ao consumo dos recém-chegados (...), exigidas aos índios já aldeados".<sup>245</sup>

O aparecimento de um campesinato rural constituído de nativos destribilizados fica ainda mais interessante nos comentários feitos por José de Arouche de Toledo Rendon ao dar conhecimento do desenvolvimento das aldeias administradas.

239 VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil, tomo 4°. Edições Melhoramentos. SP. 1962, p. 151.

240 Idem, p. 244, nota 62.

241 Idem, tomo 1°, p.26 e 27.

242 METCALF, Alida C. Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana of Parnaíba - Brasil, 1720-1820. Texas. 1983, p. 152 a 229.

243 MARCÍLIO, Maria Luiza. Caçara - terra e população: estudo de demografia histórica da história social de Ubatuba. São Paulo. Ed. Paulinas/CEDHAL. 1986, p.25 a 28.

244 Idem.

245 FARAGE, Nádia, Ob. cit., p. 141.

*"V.Exª tem visto nos Mapas desta Capitania hum grande N° de brancos(as). Não hé assim a maior parte hé gente Mixtiça, Oriunda do Grande N° de Gentio, q'povoou esta Capitania, e que não teve a desgraça de ficar em Aldeias. Elles já tem sentimento, e quando são perguntados na factura das listas pelos Cabos e Officiaes da Ordenança declaram que são brancos".* <sup>246</sup>

A citação deixa bem clara ainda a questão da cor da pele e suas implicações socio-políticas no que diz respeito à forma de integração do indivíduo no conjunto da sociedade tida como portuguesa.

Um outro exemplo deste problema foi encontrado na Capitania de Mato Grosso, datado de 1775, do Governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, relacionando as pessoas e oficiais que se achavam destacados a serviço no Fecho dos Morros, no rio Paraguai, que diz:

*.. oficiais e mais Alferes, soldados brancos, índios, bastardos que vivem como o tractam de brancos..."* <sup>247</sup>

Esse governador e seu irmão João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em todos os mapas populacionais mato-grossenses produzidos em cada período de governo, tiveram como uma de suas observações a seguinte frase:

*"... três quartas partes são de negros, mulatos e outros mestiços das muitas e diferentes espécies que há neste paiz, sendo considerável parte o dos que tem aliança com os ditos negros da Africa, sujeitos ao cativoiro".* <sup>248</sup>

Florestan Fernandes denota que a abundância de terras, a pilhagem sistemática e a reduzida potencialidade demográfica do colonizador determinaram "interferências que não puderam ser eliminadas ou superadas dentro de uma estratificação estamental".<sup>249</sup> Assim sendo:

*"O núcleo central da sociedade era formada pela "raça branca" dominante e pelos conglomerados de escravos índios, negros ou mestiços. Entre esses dois extremos, situava-se uma população livre de posição ambígua, predominantemente mestiça de brancos e indígenas, que se identificava com o segmento dominante em termos de lealdade e solidariedade, mas que nem sempre se incluía na ordem estamental".* <sup>250</sup>

Isto posto é possível acreditar que a população tida por "parda", expressão utilizada para identificar os mestiços, precisa ser repensada, assim como outras tantas que fazem parte do cotidiano da população, mesmo porque a classificação pela cor da pele continua a reunir grupos sócio-culturais que se justificam enquanto remanescentes de etnias. O único segmento que ainda continua sendo excluído do conjunto da população é o nativo destribalizado e incorporado. Este indivíduo, enquanto participe da sociedade, só existe se ainda mantiver um certo grau de barbárie, ou como queiram, de suas origens culturais, sociológicas e antropológicas.

246 Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Ob. cit., p. 94.

247 Arquivo Público de Mato Grosso. Cx. 1775 a. Relação de pessoas e oficiais que se achavam destacados no Fecho dos Morros no Rio Paraguai, in- SILVA, Jovam Vilela da. Ob. cit., p. 199.

248 MF 233 doe. 2698 - Mappa de Toda a Povoação actual da Capitania de Mato Grosso e Cuyabá, formada sobre as memórias das datas abaixo escritas, mandou extrahir o Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o anno de 1772. in SILVA, Jovam Vilela da. Ob. cit., p. 213.

249 FERNANDES, Florestan. Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional. Hucitec. SP. 1979, p. 30 a 45.

250 Idem.

### 3- Aspectos Demográficos Populacionais:

Creemos que falar sobre um número de índios existentes no Brasil colonial é praticamente impossível. Não há em todo o período colonial números que possam ser necessariamente confiáveis, uma vez que a população foi considerada por estimativas e se refere mais aos nativos aldeados. Mesmo com relação aos aldeados, as cifras são bastante contraditórias. Aliás, mesmo a população imigrante européia estimada fica muito a desejar. Entretanto, houve uma população constituída de famílias ou de amancebamentos que culminaram numa fusão inter-racial, cuja medida foi a constituição de um povo, cujas raízes sociais rurais altamente estratificadas e pelas diferenças de comportamento demográfico permitiram, dentro dos diferentes grupos sociais, contratos econômicos que guiaram a um modelo agrário exportador e a tipos de estratos políticos/sociais como o camponês, o proletariado rural assalariado, fazendeiros-colonizados e horticultores indígenas.<sup>251</sup>

*"Tem este Colégio tanta gente por ser seminário, e nele se criam os noviços, escolares, línguas, e estão os velhos, que há muitos anos que trabalham, e quanto aos escravos são tantos porque muitos não fazem pôr um, e também são oficiais de vários ofícios, como pedreiros, carpinteiros, ferreiros, carreiros, boieiros e alfaiates, e é necessário comprar-lhes mulheres por não viverem em mau estado e para este efeito na roça têm a dita povoação com suas mulheres e filhos, as quais também servem para plantar e fazer os mantimentos, lavar a roupa, anilar e serem costureiras, etc..".<sup>252</sup>*

Sabemos das dificuldades existentes em demonstrar este quadro, todavia, entendemos que o estudo das relações inter-raciais e de mobilidade populacional possa permitir vislumbrar alguns quadros de mobilidade social.

Entendemos que o caminho deve ser o da distribuição geográfica do povoamento aliada ao processo de migração interna. Considerando que a evolução de uma população ocorre num espaço limitado, e que o povoamento foi fator determinante das mudanças políticas (fixação de fronteiras, por exemplo); econômicas (frentes de expansão mineral ou vegetal); sociais (nascimentos, óbitos, casamentos, relações sociais), portanto, de crescimento e declínio, procuramos vislumbrar as características fundamentais que moldaram, grosso modo, a organização político/social colonial brasileira.

Tendo em vista o exposto, o fluxo e refluxo dos interstícios econômicos gerados pelos "ciclos" no período colonial, que mediaram os deslocamentos populacionais possibilitando a exploração de atividades produtivas no setor primário, ou seja, extração vegetal, mineral ou atividades agrícolas e ou pecuárias, e as frentes<sup>253</sup> de expansão da fronteira territorial<sup>254</sup> proporcionaram a ocupação de vasta área geográfica, por exemplo, áreas como o Mato Grosso e a Amazônia.

Considerando que no período colonial houve um avanço sistemático da fronteira geográfica, a ocupação do território seguiu uma certa lógica. Esta lógica ficou demonstrada nos estudos de Maria Luiza Marcílio de que "os homens da cidade de São Paulo e, particularmente os solteiros emigravam a partir da idade adulta".<sup>255</sup>

Lógica essa que os estudos de Alida Metcalf mostraram que as famílias de Santana de Parnaíba (SP) tinham suas atividades sócio-econômicas vinculadas entre o sítio (fazenda), o sertão e a cidade. O sítio como responsável pela sobrevivência da família, o

251 SHEPARD, Formam. Camponeses: sua participação no Brasil. Ed. Paz e Terra. RJ. 1979, p. 43.

252 ANCHIETA, Joseph de. Ob. cit., p. 422/423.

253 Frente: conjunto de atividades - combinação concreta de forças produtivas e relações de produção que se introduz em uma área de fronteira. Cf. SAWYER, Donald R. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaios de interpretação estrutural e espacial. ABEP. Revista v.1 n° 1/2. Jan/Dez. 1984, p. 07.

254 Fronteira territorial : empregado aqui no sentido de fronteira geográfica, tendo em conta que o período em estudo encontra Portugal e Espanha realizando diversos tratados de limites.

255 MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e Evolução agrária paulista, 1700-1836. FFLCH. USP/SP. 1974. (tese de livre docência - mimeografada), p. 124.

sertão enquanto fornecedor de mão-de-obra nativa encarregada da produção da roça e a cidade que servia de elo com o mundo atlântico e por onde trocavam ou vendiam sua safra por objetos vindos da Europa.

Estando essas três áreas incorporadas à vida da família, toda a estrutura de organização social provinha daí. Como exemplo dessa incorporação e organização, social estavam os casamentos. Era comum casar o filho ou filha em Santana de Parnaíba com uma moça ou rapaz vindo de fora. No caso das moças, essas casavam-se com homens vindos de cidades comerciais como Santos e São Paulo e, ainda, com portugueses vindos da Metrópole. Estabelecia-se aí um canal de ligação com o mundo exterior. Os rapazes casavam-se, principalmente, com as moças das comunidades mais novas do sertão.

A razão dos moços casarem-se com moças de colonização mais recente do sertão explicava-se pelo costume das famílias de enviarem desde cedo os filhos ao interior para buscar os índios necessários ao trabalho agrícola ou à procura de ouro.

Durante o ciclo de ouro, no século XVIII, esses rapazes deslocaram-se não só como mineradores, mas também como comerciantes.

Esse encaminhamento dado por Alida Metcalf aos procedimentos e costumes familiares de Santana de Parnaíba, podem por analogia mostrar de que forma e por que boa parte dos rapazes solteiros migravam. E essa analogia, se associada aos estudos de Maria Luiza Marcílio, evidencia que os rapazes solteiros migravam a partir da idade adulta, e de que o sexo feminino foi numérico e ligeiramente superior ao masculino na cidade de São Paulo.

Outro ponto a considerar nessa análise foi o método de sobrevivência utilizado pela comunidade de Santana de Parnaíba e que, a nosso ver, se enquadrou em uma política populacional e de posse territorial desenvolvida pelo Estado Português.

Esta estratégia político-populacional e de posse efetiva podem ser vistas a partir de certos dados:

Explorar o sertão: as instruções régias, no decorrer do século XVIII, encaminhadas aos Capitães-Generais de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Grão-Pará e Maranhão, induziam a servir-se de todo o potencial econômico utilizável, incorporando-os à posse portuguesa.

Manter um sítio ou fazenda para sustentar a família. Nas Capitânicas de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, o ponto fundamental de atração foram as minas de ouro. Na Capitania do Grão-Pará e Maranhão, em especial, as especiarias ou drogas do sertão. E na Capitania de São Paulo, a agricultura. Contudo, em todas elas, o que prevaleceu foi o incentivo à agricultura que buscou valorizar a terra e o agricultor. Nesse aspecto, como diz Heloísa Liberalli Belloto, para o caso de São Paulo sob o comando do Morgado de Mateus, "só pela colonização seria possível a tutela integral sobre o território".<sup>256</sup> Ou seja:

*"fertilizar os campos com a agricultura, estabelecer nas terras diferentes fábricas, descobrir o ouro nas suas minas e fazer observar as Leis e respeitar as justiças"*<sup>257</sup>

Este aspecto fisiocrático dos governadores do período Pombalino fez parte da política do Capitão-General Luiz Pinto de Souza Coutinho (1771), da Capitania de Mato Grosso, que registrou intensa mobilidade populacional, onde as pessoas, ou seja, homens de negócios e os mineradores não tinham "estabelecimento sólido", sendo que apenas:

*"A classe dos lavradores, e infelizmente a maior diminuta; e estes são os únicos que se casam, que se podem chamar verdadeiros colonos, procurando estabelecer*

256 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *A política Pombalina no sul do Brasil*. Revista SBPH. SP. 1983, p. 10.  
257 Idem.

*por uma vez, com outros fins mais permanentes; estes são os únicos que se casam...".<sup>258</sup>*

Procurar contatos com o mundo exterior. O mundo exterior podia ser a Europa, a África ou a Capitania mais próxima. O século XVIII, particularmente, obrigou a Coroa Portuguesa a se preocupar com os chamados "vazios demográficos" portugueses. Uma das estratégias foi a de estabelecer povoamento ao longo dos principais rios. Assim, em 1767, João Martins de Barros, fundador do Iguatemy, sugeria a Morgado de Matheus que se povoasse "toda a extensão do rio Tietê, assim como as margens orientais do Paraguai",<sup>259</sup> cujo objetivo era facilitar socorros rápidos às populações assentadas em áreas de fronteira. Antônio Rolim de Moura ao assumir o governo mato-grossense em 1751, com autorização da Coroa, facilitou e incentivou o roteiro Guaporé / Madeira / Mamoré / Amazonas em direção a Belém do Pará. Em 1778, D. Francisco de Souza Coutinho, Governador do Pará, recebeu ordens de melhorar o quanto possível as comunicações e comércio com a Capitania de Mato Grosso. Os governadores mato-grossenses do século XVIII receberam ordens semelhantes e procuraram incrementar a segurança das monções de povoado, os comboios via Belém e as tropas via Goiás, que ligavam a Capitania com o Rio de Janeiro e com a Bahia. Ou seja, interligar geográfica, econômica e politicamente Mato Grosso às demais capitanias.

Dentro das características sócio-econômicas e políticas de assentamento populacional, bem como da estratégia de organização familiar, é que foi possível entender o processo de se conservar uma fronteira agrícola permanente. Em cada geração, um considerável número de rapazes migrantes acabavam por estabelecer uma nova linha de fronteira geográfica, onde a motivação podia ser de toda ordem, mas fundamental para garantir pela posse a sobrevivência do grupo familiar ali representado, fosse ele qual fosse.

Neste sentido, a sedentarização da população era fundamental para que o Estado Português pudesse controlar o fluxo e refluxo das pessoas e de suas atividades econômicas, políticas e sociais. Assim é que os recenseamentos, a partir principalmente do século XVIII, obedecem não apenas ao simples interesse militar de recrutamento, mas, sobretudo, estavam preocupados em acompanhar o crescimento da população. E este crescimento podia ser vegetativo, migratório e ou incorporativo. Pela avaliação de Heloísa Liberalli, além desses aspectos, houve:

*"... o incentivo aos matrimônios, a abertura de estradas, a criação de novos centros urbanos ou elevação de alguns à categoria de vilas ou cidades, visavam a possibilitar e controlar o povoamento".<sup>260</sup>*

A ampliação da fronteira geográfica, nos estudos de Monteiro, foi possível com a doação, a partir de 1600, de vastas sesmarias. De 1600 a 1644 foram doadas 250 sesmarias "englobando as jurisdições (termos) de São Paulo, Mogi das Cruzes e Santana de Parnaíba (incluindo os território das futuras vilas de Jundiá, Itu e Sorocaba)". Muitas dessas sesmarias "possuíam extensão de meia légua de frente por meia légua de sertão, o que resultava numa área de aproximadamente 750 hectares".<sup>261</sup>

*"As duas primeiras vilas do planalto Mogi das Cruzes e Santana de Parnaíba, fundadas respectivamente em 1611 e 1625, surgiram explicitamente ligadas a aldeamentos próximos".<sup>262</sup>*

Naquilo que teoricamente se conhece por organização do espaço geográfico e de fixação da população, podemos enumerar as seguintes variáveis: as vilas e cidades, as

258 MF. 216 doe.2483 - Documento Interessante para a história de Mato Grosso. Arquivo histórico ultramarino. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT. MT. Cuiabá.

259 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. Ed. Brasiliense. SP. 1990, p. 38 a 40.

260 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Ob. cit., p. 10.

261 MONTEIRO, John Manuel. Ob. cit., p. 104.

262 Idem, p. 107.

fazendas (donatárias) e as sesmarias e os aldeamentos. Sobre os aldeamentos do século XVI, diz Marchant:

*"os jesuítas haviam criado dois aldeamentos durante o Governo de Duarte da Costa: um, São Vicente junto a cidade e o outro, Nossa Senhora, no rio Vermelho, uma légua e meia da cidade. Por ordem de Mem de Sá, a população de Nossa Senhora e a de outras aldeias próximas à cidade foram reunidas sob a denominação de São Paulo. São Sebastião foi aumentado, por um acréscimo semelhante de pequenas aldeias, sob a denominação de Santiago. Pelo mesmo método de aglomeração, surgiu o aldeamento de São João, uma légua além de Santiago e o do Espírito Santo foi fixado no Rio Joano. Do domingo de ramos de 1560, os índios desertaram São João. Durante a quaresma foi o aldeamento refundido a seis léguas da Bahia. Ao mesmo tempo, o aldeamento de Santa Cruz foi limitado numa das ilhas da baía. Em junho em Tatuapara a 12 léguas da Bahia, denominou-se Bom Jesus. Dez léguas adiante de Bom Jesus outro ainda, o de Santo André, foi projetado e depois ocupado. Em 1562, mais dois aldeamentos foram acrescentados, São Miguel, em Tapei^anguá e N.S. de Assunção, em Tapepigtinga. Em 1562 tinham os jesuítas portanto onze aldeamentos, oito dentro do termo da Bahia e três fora, com cerca de 34.000 índios sob sua direção".*<sup>263</sup>

A organização social, política e econômica assemelhava-se à portuguesa no território colonial. Mem de Sá escrevendo a D. Sebastião em 31 de março de 1560 dizia:

*"Não escrevi a vossa alteza as diligencias que aviam de fazer os Homens que mandava pedir para vilas que fazia do gentio por serem muitas agora por menos despesa e pela necessidade que avia deles ordenei de fazer hum meirinho dos do gentio em cada vila por que folgam eles muito co estas honras e contentasse um pouco com os vestirem cada anno e as mulheres huma camisa dalgodam bastara e isso deve vossa alteza mandar que lhe dem. Também mandei fazer tronco em cada vila e pelourinho por lhes mostrar que tem tudo o que os cristãos tem e para o meirinho meter os moços no tronco quando fogem da escola e para casos leves com autoridade (de) quem os ensina e reside na vila (eles) são muito contentes e recebem melhor o castigo que nós".*<sup>264</sup>

E aqui cabe ressaltar algumas considerações sobre o documento mencionado anteriormente. Os aldeamentos são vistos como "vilas", a introdução de um "meirinho" e de um "pelourinho" remetem o processo de aculturação nativa ao modelo branco trans-plantado. Apesar de ser a transcrição de um período histórico, veremos que houve um direcionamento dado pelas autoridades portuguesas ao nativo incorporado em outras épocas. Ou seja, houve uma política de ocupação e assentamento luso-brasileira, sendo que em muitos casos a população presente nesse locais fosse constituída de nativos.

Sabemos que o trabalho das missões jesuítas, com o passar do tempo e com as experiências adquiridas, foi o de afastar o máximo possível o contato entre os brancos e os nativos cristianizados. Embora, na prática, não tenha obtido o isolamento pretendido pelos padres, as missões tiveram que se moldar às contingências políticas e econômicas do colonizador.

As missões preocupadas com a doutrina religiosa, as autoridades, com o aumento populacional, não deixaram de promover uma divisão de trabalho e de tarefas que permitiram ao nativo reproduzir nos aldeamentos o sistema de relações de produção necessário a sua subsistência, mas, sobretudo, encaminhou o excedente a ser comercializado na cidade, considerando a proximidade das localidades, facilidade dos caminhos, transporte e o estímulo à permuta, contrariando em muito o desejo dos jesuítas que pretendiam segregá-lo. A provisão passada pelo Rei Dom Sebastião em 1575 reza:

263 MARCHANT, Alexandre. Ob. cit., p. 30 a 44.

264 Idem, p. 96.

*"Eu el-rei faço saber aos mais governadores do estado e partes do Brasil, e aos ouvidores (...) que eu sou informado, que de os índios cristãos forros e livres das ditas partes irem trabalhar nas fazendas que estão fora do termo e limite de suas povoações por mais de um mês, e de as pessoas cujas são as ditas fazendas lhes não pagarem logo seu jornal e trabalho por inteiro para se poderem tornar a suas casas epovoações, se seguem muitos inconvenientes, e prejuízo de suas consciências e fazendas, porque, sendo sua ausência maior, de descasam de suas mulheres, e se embaraçam com outras, e perdem a cristandade e a fazenda, e despovoam suas aldeias e povoações, que na guerra contra os infiéis ajudam, e fazem muito com os Portugueses:..."*.<sup>265</sup>

Além desses problemas nas relações sociais com os indígenas, os jesuítas tiveram ainda que enfrentar as várias formas de escravização utilizadas pelo europeu. Ao falar sobre a caça de escravos nativos levada a efeito pelos sertanistas, Anchieta, dizia:

*"... os portugueses vão ao sertão, e enganam esta gente, dizendo-lhes que se venham com eles para o mar, e que estarão em suas aldeias, como lá estão em sua terra, e que seriam seus vizinhos. Os índios crendo que é verdade, vem-se com eles, os portugueses por se os índios não arrependem lhes desmancham logo todas suas roças, e assim os trazem, e chegando ao mar, os repartem entre si: uns levam as mulheres, outros os maridos, outros os filhos, os vendem; outros portugueses no sertão se abalam os índios, dizendo que os trazem para as igrejas dos Padres, e com isto se abalam de suas terras, porque já sabem por todo o sertão, que somente gente que está nas igrejas, onde os Padres residem, tem liberdade, que toda a mais é cativo, e chegou a cousa a tanto que um português, indo ao sertão buscar gente, fez a coroa como clérigo e com isso dizia que era Padre, que os ia buscar para as Igrejas".*<sup>266</sup>

Ainda sobre o assunto, Nóbrega diz:

*"Outro pecado nasce também desta infernal raiz, que foi ensinar os cristãos aos Gentios a furtarem-se a si mesmo e venderem-se por escravos. Este costume, mais que em nenhuma capitania, achei no Espírito Santo (...), e por haver allí mais disto se tinha por melhor capitania. Em São Vicente não usam isto aquelles gentios Tupinachins; mas os christãos de São Vicente no Rio de Janeiro haviam pedido do Gentio do Gato muitas fêmeas que pediam por mulheres dando a seus paes algum resgate, mas ellas ficavam escravas para sempre".*<sup>267</sup>

O processo de interação entre colonos e nativos foi de perdas substantivas para ambos, embora, do lado nativo, estas fossem bem maiores. Por volta de 1563 Anchieta avaliava em 9.000 ou 10.000 a população nativa remanescente de um total de 80.000 entre cristãos e gentios aldeados e em vilas.

Inúmeros relatos referem-se às perdas humanas e materiais portuguesas ocasionadas pelos ataques dos Tupinambá, Aimoré e outros, bem como dos próprios Tupiniquim que detinham um certo lugar de destaque por serem aliados dos portugueses, mas que, mesmo assim, quando se sentiam prejudicados nestas alianças, atacavam e destruíam.

A região nordestina, contudo, entre construção e destruição dos engenhos, possuía uma produção de açúcar que inflamava a cobiça e o desvairo dos colonos.

*"Havia mais de cem homens na cidade cuja renda se supunha variar de 1.000 a 5.000 cruzados por ano; alguns chegaram a 8.000 ou 10.000; e Jorge de Albuquerque Coelho, filho do primeiro donatário recebeu 19.000 cruzados por ano só de seu dízimo sobre os engenhos de açúcar".*<sup>268</sup>

265 ANCHIETA, Joseph de. Ob. cit., p. 378.

266 MARCHANT, Alexandre. Ob. cit., p. 104.

267 NÓBREGA, Manoel da. Cartas do Brasil - 1549-1560. Ed. Itatiaia/EDUSP. USP. 1988, p. 197.

268 MARCHANT, Alexandre. Ob. cit., p. 116.

No período que vai de 1570 a 1590, calculou-se a população portuguesa no Brasil em 40.000 pessoas. Entretanto, a referência de 40.000 portugueses no Brasil neste momento é bastante vaga, uma vez que a referência feita por Gandavo <sup>269</sup> sobre a população de 1570 era de 3540 vizinhos distribuídos nas localidades de:

Itamaracá	100 vizinhos
Pernambuco	1.100 vizinhos
Bahia	1.100 vizinhos
Porto Seguro	220 vizinhos
Ilhéus	180 vizinhos
Espírito Santo	140 vizinhos
São Vicente	500 vizinhos
Total	3.540 vizinhos

Em 1585, Anchieta calculava a população em 4010 vizinhos:

Itamaracá	50 vizinhos
Pernambuco	1.110 vizinhos
Bahia	2.000 vizinhos
Ilhéus	150 vizinhos
Porto	100 vizinhos
Espírito Santo	150 vizinhos
Rio de Janeiro	150 vizinhos
São Vicente	300 vizinhos
Total	4.010 vizinhos

Para se chegar ao número de aproximadamente 40.000 pessoas ter-se-ia que considerar por vizinhos, ou fogo, um número médio de 09 pessoas como unidade familiar.<sup>270</sup> Considerando que a emigração portuguesa para o Brasil foi basicamente de homens nesse século, a conclusão é a de que essa população era mestiça de nativos. Anchieta chegou a pedir o envio para a colônia de moças órfãs para contraírem matrimônio, porque os colonos viviam amancebados com as nativas. Na Capitania de Mato Grosso, no século XVIII, foi encontrado, na média, 07 (sete) pessoas por domicílio, e aqui também, as taxas de gênero foram muito elevadas.

A expressão "fogo" nas listas nominativas e mapas populacionais, do período colonial, correspondia aos domicílios ocupados por um determinado grupo de pessoas. "Esse grupo de pessoas podiam ser a família nuclear, o grupo doméstico, o grupo de reprodução, o grupo de trabalho e ou o grupo de produção e consumo. Agregados a esses grupos de pessoas podiam estar membros de uma mesma família vivendo sob a autoridade de um mesmo chefe e podiam, ainda, além da mulher e filhos, compreender parentes e agregados como sobrinhos, hóspedes e domésticos. Esses grupos eram os responsáveis pelas unidades básicas e vitais de existência e sobrevivência da população".<sup>271</sup>

Essa sociedade "camponesa" estava organizada para responder às necessidades de sobrevivência do grupo doméstico e, com o excedente, adquirir bens e serviços. O acesso à terra dependia, no caso do Brasil colonial, da concessão do Estado e das câmaras municipais, em parcelas fixas conhecidas como sesmarias, àquelas famílias que tinham acesso a esta distribuição de lotes. <sup>272</sup> Em 1787, Lobo DAlmada deixava claro a

269 ANCHIETA, Joseph de. Ob. cit., p. 417 a 432.

270 Anchieta calculou que um vizinho (unidade) tinha 06 pessoas (p.147); 08 pessoas (p. 412); 10 a 12 pessoas (p. 413). Para o total de 35 a 40 mil pessoas calculou-se uma média de 09 pessoas por vizinho. in-Marchant, Alexandre. Ob. cit., p. 110.

271 MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo - Povoamento e População - 1750-1850. São Paulo. Pioneira Ltda/EDUSP. 1974. pág.126. Caiçara - terra e população: estudo de demografia histórica da história social de Ubatuba. SP. Paulina/CEDHAL. 1986, p. 20 a 30.

272 Idem, Caiçara. Ob. cit., p. 25 a 28.

necessidade dos índios descidos encontrarem nos aldeamentos roças pertencentes a cada "família". A política de povoamento levada a efeito pela Coroa Portuguesa a partir de 1758, mandava que se incentivassem os colonos e mineiros já estabelecidos a receberem com "boa hospitalidade" os colonos novos que chegavam. Mandava que se dessem "alguns prêmios moderados a pessoas que se distinguissem em ajudar os colonos novos a se estabelecerem, recebendo-os com caridade de próximos e ajudando-os depois como amigos e como camaradas", e esta recomendação estendia-se àqueles que atraíssem os índios castelhanos das missões, dando-lhes, inclusive, "gratificações e vestidos" e que fossem bem tratados com agasalho e hospitalidade.<sup>273</sup> A *investidura de títulos honoríficos e patentes militares ao Chefe ou Principal* foi a forma de controlar esses grupos domésticos.<sup>274</sup> Os lotes de terra conhecidos como "sesmarias" faziam parte de uma estratégia de povoamento. Essa estratégia de povoamento procurava "o adensamento demográfico nos campos e se referia ao homem desprovido de bens o incentivo de alcançar gleba própria, cuja posse lhe era garantida pelo cultivo; as sesmarias foram um instrumento precioso - na Metrópole e, depois no além mar - para promover a colonização e aproveitamento de vastos territórios".<sup>275</sup>

Quanto à multiplicação dos engenhos, Gandavo, entre 1570 e 1585, os distribuiu:

	570	1585
Itamaracá	01	?
Pernambuco	23	66
Bahia	18	36
Ilhéus	08	06
Porto Seguro	05	01
Espírito Santo	01	06
Rio de Janeiro	-	03
São Vicente	04	04
Total	60	122

Ao compararmos os números de vizinhos ao acréscimo de engenhos, no período de 1570 a 1585, veremos que linearmente teremos um aumento de 470 vizinhos. Tomando por base 09 pessoas por vizinho chegaremos a 4.230 indivíduos. O número de engenhos no mesmo período foi acrescido de mais 62 unidades produtoras. Se distribuírmos equitativamente os 4.230 indivíduos pelos 62 novos engenhos, teremos uma média de 68.22 novas pessoas por unidade. Poderíamos até supor que este número fosse suficiente para atender à demanda de mão-de-obra utilizável nos diversos afazeres e do número de hectares aproveitáveis para cultivo, pois, se dividirmos os 40.000 pelos 122 engenhos, teremos, em média, 327.86 pessoas distribuídas pelos mesmos. Esses números, no entanto, nos dizem que essas unidades de produção eram grandes. Todavia, se tomarmos por base os 470 novos vizinhos e dividirmos por 15 que foi o espaço de tempo entre a lista feita por Gandavo e a de Anchieta, verifica-se que por ano entraram (migraram) ou foram acrescentados (incorporados) 31,33 novos vizinhos. Adotados os mesmos dados sobre 4.230, obter-se-á um total de 282 novas pessoas (ano), imigrantes ou não. No entanto, às atividades desenvolvidas no sistema "plantation" mesclavam-se a uma infinidade de outras ocupações subsidiárias, de sublocação, com sesmeiros, rendeiros e parceiros. Ao lado disso, há que considerar os serviços do governo através de funcionários públicos, do clero, atividades de defesa e agricultura de subsistência.

273 SILVA, Jovam Vilela da. Ob. cit., p. 68.

274 Idem, p. 160 a 164.

275 RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa, Presença, 1982, p. 33.

Escravos da Guiné e Angola - 1585 (Anchieta)		
Capitania de Pernambuco		10.000
Capitania da Bahia		3.000
Total		13.000
Brasis escravos e livres		
Capitania de Pernambuco		2.000
Capitania da Bahia		8.000
Capitania do Espírito Santo		3.000
Capitania do Rio de Janeiro		100
Total		13.100
Brasis aldeados		
Capitania da Bahia		2.500 - 03 aldeias
Capitania do Espírito Santo		1.500- 06 aldeias
Capitania do Rio de Janeiro		3.000- 02 aldeias
Capitania de São Vicente		1.000- 02 aldeias
Total		7.000 - 13 aldeias
População branca		
	n° de vizinhos	n° de habitantes.
Itamaracá	50	335 (?)*
Pernambuco	1.100	8.000
Bahia	2.000	10.000 a 12.000
Ilhéus	150	1.000
Porto Seguro	100	700 (?)
Espírito Santo	150	1.000 (?)
Rio de Janeiro	150	1.000 (?)
São Vicente	300	2.000 (?) <sup>1</sup>
Total	4.10	26.050 276

Total da população do Brasil colônia em 1585, segundo dados fornecidos por Anchieta:

Escravos negros (Guiné e Angola)	13.000
Brasis livres e escravos	13.100
Brasis aldeados (13 aldeias)	7.000
População branca (portuguesa)	26.050
Total	59.150

Diante desses dados, retornando aos recolhidos em 1570, que somavam um total de 40.000 pessoas, e considerando que nestes resultados havia de 3 a 4 mil escravos da Guiné e 8.000 índios cristãos, escravos e livres<sup>277</sup>, obteremos um total de 30.000 "portugueses". Considerando todos esses indivíduos como emigrantes "portugueses", poderíamos dizer que essa imigração para o Brasil colônia, no período de 1530 a 1585, oscilou, em média, em torno de 545,45 indivíduos por ano. Pode até ser razoável, se ocorrida desta forma e desconsideradas as mortes na travessia, no território com as

276 ANCHIETA, Ob. cit., \* - os dados sobre Itamaracá, Porto Seguro, Espírito Santo e Rio de Janeiro foram projeções feitas a partir dos dados sobre Pernambuco, Bahia e Ilhéus, tendo-se por base um percentual por vizinho ou fogo de 6,7 pessoas por unidade familiar. Tomamos este percentual como uma média entre Pernambuco com 7,2 %, Bahia com 6,0 % e Ilhéus com 6,6 %. Esses dados estão ao longo do texto que forma a obra mencionada. Este texto já estava escrito quando tomamos conhecimento do último livro do sociólogo RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. SP. Cia. das Letras. 1995. Na página 149, Ribeiro diz: "Em 1584, o Padre José de Anchieta avaliava a população no Brasil em 57 mil almas, sendo 25 mil brancos da terra - quer dizer, principalmente mestiços de portugueses com índias -, 18 mil índios e 14 mil negros." Chama a atenção para o fato de que esta população estava concentrada em 15 mil km<sup>2</sup>. A mesma avaliação populacional poderia chegar a 200 mil se fossem incluídos os índios que "embora vivendo autonomamente, já estavam em interação permanente com a sociedade nascente...". Em outras palavras, a população existente e "integrada" de alguma forma, em sua maioria absoluta, era nativa. Na página 151, nesta mesma obra, pode ser vista uma tabela sobre o crescimento da população integrada no período de 1500 a 1800, onde fica bem evidente a proporção de nativos no conjunto da população colonial brasileira ou ameríndia.

277 Cardim e Anchieta, in- MARCHANT, Alexandre. Ob. cit., p. 117.

lutas com os nativos e mesmo com os nascimentos ocorridos no período. É sabido que a emigração portuguesa para o Brasil colônia foi seletiva por sexo, ou seja, o número de homens sozinhos foi bem superior aos dos que trouxeram família. O Brasil representava uma colônia de exploração<sup>278</sup>, e Portugal estava empenhado, ainda, no comércio com as índias Orientais, sendo que, por volta de 1570, "abandonou o regime de monopólio do comércio oriental, passando a arrendá-lo a grupos de mercadores, uma das principais razões dessa liberação era que se tornava impossível, com a receita do Estado, organizar as armadas anuais".<sup>279</sup>

A imigração branca portuguesa neste período e até o século XVIII foi seletiva, atendendo a motivações econômicas e religiosas, e dispersa por um litoral de aproximadamente 5 mil quilômetros de extensão, sem recortes. A população portuguesa até a primeira metade do século XVII foi de aproximadamente 1.400.000 habitantes e, ao se iniciar o século XVIII, não ultrapassava a 2.100.000 habitantes.<sup>280</sup>

Entendemos que, considerados os elementos apresentados, uma respeitável parcela da população indígena incorporou-se a esse contingente humano de forma pura e/ou através da mestiçagem, ou por se declarar de acordo com a cor da pele, mesmo porque, se atentarmos para os dados contidos da citação número 245, veremos que a concentração da renda estava nas mãos de uma minoria desta população, no caso das Capitânias nordestinas.

E aqui acreditamos que necessário se faz uma reflexão sobre alguns aspectos sócio-culturais do pensamento português no período que se estende do século XVI ao XVIII. Maria Tucci Carneiro, ao estudar a questão judaica, mostra que Portugal, além de ter problemas populacionais, ao desencadear a Inquisição, provocou, nos séculos XVI e XVII, um volume emigratório "tão grande que chegou a ter graves repercussões econômicas e sociais" e, ao mesmo tempo, "cooperou intensivamente para o despovoamento do Reino, que, há muito tempo, ressentia-se da falta de recursos humanos".<sup>281</sup> As questões entre cristãos novos e cristãos velhos, malgrado o oportunismo econômico como fonte de riqueza para o Estado Português, refletiram o preconceito racial através da idéia da pureza e limpeza de sangue, que estigmatizou, socialmente, o indivíduo proibindo-lhe o acesso a cargos públicos e militares. Desta forma, o reflexo do alvará de 1666 que disciplinou as eleições de juiz do povo e mestres, reproduziu o procedimento de que somente "fosse admitida pessoa alguma que (não) tinha raça de cristão-novo, mouro ou mulato".<sup>282</sup> Esse problema nos diz que a população portuguesa na Metrópole era pequena para atender à demanda (i)migratória, e que os preconceitos com a pureza de sangue criaram os impedimentos e preconceitos políticos e sociais. Outro problema foi o da bastardia que impedia o indivíduo de constituir-se candidato às ordens sacras. Problema que no Brasil Colonial foi regra, ou seja, as pessoas viviam amancebadas.

A consciência humanista portuguesa refletiu o pioneirismo das navegações e dos descobrimentos, que transformaram Portugal numa nação mundial. Essa consciência humanista e épica foi cantada em prosa e verso e historiada por diversos autores, como, por exemplo, nos *Luziadas* de Camões e na arte de Damião de Góis. Esses autores portugueses contaram que "por toda a Terra se" ouviam "as suas vozes e até os confins do mundo" ressoavam "as suas palavras" e ainda que "das colunas de Hércules à China e onde, por obra nossa, todos conhecem a lei de Cristo".<sup>283</sup> A esse aportuguesamento da cultura latina e nativa não foram ovacionados os heróis greco-romanos,

278 NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (século XVI/XVIII)*. SP. CEPRAP, caderno 17. 1973, p. 12/13.

279 SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Coleção Saber, Publicações Europa-América. 1981, p. 163.

280 SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Livros Horizontes, 1977, p. 92, in-BASTOS, Maria Francismar de Souza. Ob. cit., p. 112.

281 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial - Portugal e Brasil Colônia*. SP. Ed. Brasiliense. 1988, p. 83.

282 Idem, p. 89.

283 SARAIVA, José Hermano. Ob. cit., p. 176/180.

mas os feitos de personagens reais como Afonso Henriques e Vasco da Gama. A cultura portuguesa, latinizada do século XVI, revelou um desprezo ao populacho e tornou-se privilégio de uma elite. Essa característica épica portuguesa, de forma positiva em alguns períodos e derrotistas em outras, dependendo das circunstâncias política e econômica do país e de sua política externa, refletiu a obra de colonização e catequização das colônias portuguesas. No caso do Brasil colônia, Laura de Mello e Souza, em "O Diabo e a Terra de Santa Cruz"<sup>284</sup>, demonstrou que dentro do imaginário português, o segregacionismo, o lendário, o sobrenatural, o místico, o sincretismo religioso criaram uma série de conceitos e preconceitos sobre a terra e os nativos. Em outras palavras, sobre o povo brasileiro/ameríndio.

Afirmações do tipo: "A terra da colônia é muito pobre, nada se ganha com ela; Nessa terra onde as árvores não se enraízam, pouca verdade e menos constância haverá nos homens; Gente é esta muita atrevida, incapaz de amizade sem crença na alma, vingativa (os índios); o Brasil só não florescia mais por causa dos escravos índios 'que se alevantavam e fugiram para suas terras e fogem cada dia: e se esses índios não foram tão fugitivos e mutáveis não tivera comparação a riqueza do Brasil'; Vivem todos mui descansados sem terem outros pensamentos senão de comer, beber e matar gente, e por isso engordam muito... são mui inconstantes e mutáveis..."<sup>285</sup> Todos esses aspectos nos ajudam a entender porque o indígena, o Tapuio ( caboclo, caipira, caiçara) e o mestiço ficaram segregados, contidos e esquecidos, pois representavam uma sub-raça, suportada, mas dificilmente aceita no convívio do cotidiano. A visão do paraíso e da riqueza do além mar transforma-se na visão do purgatório. E essa expiação não se resumia àqueles indesejáveis sociais e políticos que o sistema deportava, mas também àqueles que viam que "o viver em colônias deixava aberta a possibilidade de retorno à condição de habitantes da Metrôpole"<sup>286</sup> e abastados.

A colônia representava, por si só, essa intermediação entre o sagrado e o profano, e o aproveitamento de suas potencialidades econômicas extrativas ou produtivas agrícolas justificava a sua vocação mercantilista, a produção de riquezas.

A infra e superestrutura portuguesa (humanista e eclesiástica), aqui transplantadas, depuraram um estereótipo próprio de relações sociais e de produção. O conflito entre conceitos de desenvolvimento econômico e social, na época, colocou os mercantilistas defendendo o trabalho, a perseverança e a produção e os iluministas, a cultura como suporte de suas conquistas. A "cruzada" sul-americana empreendida pelos jesuítas, com formação militar, transportou e adequou a conquista a um processo messiânico, onde as ações justificaram-se em nome de Deus.

*"Como fosse importunado pelo demônio, no quarto dia sentiu o desejo de rezar (...) De repente, viu-se transportado para uma região estranha e tão afastado e separado de si mesmo que lhe parecia estar morto. Então, mostraram-lhe um imenso agrupamento de pagãos, perseguidos (...) esmagados por toda a sorte de injúrias (...), aprisionados (...) por alguns homens, de armas na mão. Ao mesmo tempo, viu alguns homens mais resplandecentes que o sol, de vestimentas brancas (...) Eles tentaram por todos os meios afugentar aqueles demônios, e toda aquela luta parecia realmente uma representação do Juízo Final como é pintado em geral; os anjos defendendo as almas perseguidas pelos demônios. Ele notou que os membros da companhia desempenhavam o papel de anjos, e desde então passou a sentir o desejo ardente de se tornar seu companheiro numa empreitada tão honrosa. Logo em seguida, viu e sentiu realmente que o Christo, Nosso Senhor, descia em sua direção (...); e aproximando-se dele, que estava de joelhos, colocou-lhe a mão no ombro. Ele pôde então, chegar sua boca do ferimento e, por um longo período, beber o néctar suave que dele saía; o prazer do sabor e do odor*

284 SOUZA, Laura de Melo e. O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colônia. Cia. das Letras. SP. 1986, p.46.

285 Idem, p. 48, 56/57.

286 Idem, p. 80.

*ultrapassava tudo o que se pode imaginar. Compreendeu então que Jesus Cristo (...) o escolhia para a província do Paraguai, onde havia milhares de pagãos à espera da boa nova das núpcias do cordeiro".*<sup>287</sup>

Neste sentido, o ativismo do Estado Português, cujo "rei advogava o princípio da pobreza popular e do poderio das instituições dirigentes ... ao povo restou o viver o "vale de lágrimas"... do sofrimento e da miséria humana como elementos de purificação da alma."<sup>288</sup>

O purgatório Brasil passou por processos de investimento, de experimentação econômica e cultural, onde a obra missionária precisou adaptar-se às exigências locais. Fórmulas simples de pregação evangélica, aliada às necessidades sociais e econômicas, configuraram-se como sendo as possíveis para facilitar a "assimilação do colono, do índio e do mestiço".<sup>289</sup> Inúmeras foram as lamúrias das autoridades civis e eclesiásticas sobre o procedimento dos colonos e da inconstância dos nativos. A moral e a ética aristocrática/ burguesa católica afrontaram-se no Brasil com o modo de ser e viver dos nativos. Uma das formas de disciplinar essa população nativa era através do casamento, conforme os ritos litúrgicos.

Eduardo Hoornaert, ao falar do corpo nos documentos da primeira evangelização, demonstrou que a pedagogia missionária, na América, procurou disciplinar "os casamentos de prova" e os "vícios sexuais" dos neófitos. Para os indígenas, as práticas sexuais, o clima geral de "namoro" e "mancebia" não se constituíam, como para os europeus, em um "problema sexual".<sup>290</sup> A visão que cada um desses dois grupos tinha do casamento podia em muito influenciar naquilo que era visto como licenciosidade e prostituição. As críticas das autoridades coloniais sobre as libertinagens da população nativa (Tapuia, negra da terra ou cabocla) e mestiça, por certo, passaram por essa problemática acomodação sócio/cultural desses segmentos populacionais.

Neste sentido, Nóbrega reclamou até do afrouxamento moral existente e da transigência do Bispo, que permitia outros "modos de proceder com os quais creio (Nóbrega) que não se tirarão pecados e se roubará a gente de quanto dinheiro pudessem ganhar e se destruirá a terra. Seus clérigos absorvem quantos amancebados há e dão-lhes o Senhor e o seu pregador, que é o visitador, prega que pequem e se levantem fazendo-lhes o caminho do céu mui largo e Cristo Nosso Senhor diz que é estreito...".<sup>291</sup> Monteiro diz que no século XVII, em São Paulo, "a estabilidade familiar constava como fato excepcional (...) e a informalidade dos casamentos entre índios em São Paulo, atribuindo-a ao desleixo dos padres ou à sua falta".<sup>292</sup> A falta de padres para atender às missões, vilas e arraiais foi uma constante durante todo o período colonial. Nas Capitânicas de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, os Governadores reclamavam que os clérigos em sua maior parte eram infiéis para os ministérios e gananciosos, principalmente, em se tratando de regiões de minas auríferas, e que, em relação aos índios, eram muito pouco escrupulosos.<sup>293</sup>

O padre Navarro reclamava que a :

*"Gente da terra vive em pecado mortal, e não há nenhum que deixe de ter muitas negras (mulheres nativas) das quais estão cheias de filhos".*<sup>294</sup>

Apesar dos reclamos e das disputas existentes entre as ordens, do ponto de vista da pedagogia missionária, os jesuítas lutaram pela autonomia administrativa eclesiás-

287 Palavras ditas pelo Padre Antônio Ruiz de Montoya, o principal apóstolo e administrador do empreendimento das missões religiosas entre os guaranis do Paraguai, in - HAUBERT, Maxime. Ob. cit., p. 25.

288 SEBE, José Carlos. Os jesuítas. Tudo é história. Ed. Brasiliense. SP. 1982, p. 50/51.

289 Idem, p. 67.

290 HOORNAERT, Eduardo. A questão do corpo nos documentos da primeira evangelização, p. 20 a 23. in-MARCÍLIO, Maria Luiza. (Organizadora) Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil. São Paulo, Edições Loyola. 1993.

291 SOUZA, Laura de Mello. Ob. cit., p. 78.

292 MONTEIRO, John Manuel. Ob. cit., p. 167.

293 SILVA, Jovam Vilela da. Ob. cit., p. 175.

294 SEBE, José Carlos. Ob.cit., p. 69.

tica e a conseguiram. Mesmo assim, foram obrigados a fazer concessões no encaminhamento da pastoral pretendida, pois os ensinamentos litúrgicos e doutrinários não alcançavam os fins pretendidos. Ensinar religião aos nativos significava o rompimento dos costumes e tradições arraigados em seu meio. A destribalização e a criação das reduções foram o meio encontrado para combater a antropofagia, a poligamia, as bebedeiras. Atingir esses objetivos era o fim pretendido, mas que encontrava sérias resistências, pois "a simples adesão ao ritual de alguma atitude religiosa não implicava assimilação espiritual".<sup>295</sup> A este respeito é ilustrativa a informação de Jaboatão sobre uma velha índia Potiguar, que, estando à beira da morte e recebido todos os sacramentos, quis o padre proporcionar-lhe algum alento para o corpo e perguntou-lhe se não queria comer um pouco de açúcar ou outra coisa gostosa de além-mar. Respondeu-lhe a velha.

*"Ai meu neto, nenhuma coisa da vida desejo, tudo me aborrece já, só uma coisa me poderia tirar agora este fastio se eu tivesse agora uma mãozinha de um rapaz tapuia, de pouca idade, e tenrinha, e lhe chupara aqueles ossinhos, então me parece tomara algum alento; porém eu, coitada de mim, já não tenho quem me vá frechar um destes !".*<sup>296</sup>

Aos nativos e mesmo aos colonos, na assimilação dos preceitos evangélicos, mesclavam-se outros tons próprios da miscigenação cultural, onde o sagrado e o profano fizeram surgir os sortilégios, as "santidades", combatidos pelos padres e autoridades civis, mas não eliminados.

Para tentar resolver os problemas advindos dos amancebamentos, procuraram as autoridades portuguesas facilitar o matrimônio com a dispensa de impedimento das ordens.

O mestiço, entretanto, continuou a encontrar toda a sorte de obstáculos sociais. Em 1757 ao editar o Diretório para ser aplicado às populações nativas e mestiças de índios, Pombal reconheceu publicamente a segregação racial imposta, ao recomendar que "entre os lastimosos princípios e perniciosos abusos, de que tem resultado nos índios o abatimento ponderado, he sem dúvida hum delles a insulta, e escandalosa introdução de lhe chamarem de Negros; querendo talvez com a infâmia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da África (...) Não consentirem os Diretores daqui por diante, que pessoa alguma chame Negros aos índios, nem que elles mesmos usem entre si deste nome como até agora praticarão;(...)."<sup>297</sup>

Em 1755, três anos antes, Pombal, em carta ao seu irmão Francisco Xavier, expunha suas preocupações com o cumprimento do Tratado de Madrid (1750) e recomendava que "toda a diferença entre Portugueses e Tapes privilegiando e distinguindo os primeiros quando casarem com filhas dos segundos; declarando que os filhos de semelhantes matrimônios serão reputados por naturais deste Reino e nelle (sic) hábeis para ofícios e honras conforme a graduação em que o puser o seu procedimento; e estendendo por isso o dito privilégio a esses filhos de Portugueses e índias estremes, de sorte que o mesmo privilégio vá sempre comunicando-se a todas as outras gerações pela mesma razão".<sup>298</sup> Esse procedimento devia proteger os nativos Tapes residentes no Rio Grande do Sul. E, mais adiante recomendava, ainda, que os portugueses "debaixo de pena que se execute irremissivelmente ridicularizaram os referidos Tapes

295 Idem, p. 73.

A respeito da assimilação espiritual dos "nativos", é importante a leitura de A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. SP. Cia. das Letras, 1995, e, em especial, o que Ronaldo Vainfas afirma na p. 45 quando expõe o caráter "autêntico" do profetismo indígena.

296 SOUZA, Laura de Mello. Ob. cit., p. 61.

297 NETO, Carlos de Araújo Moreira. índios da Amazônia: Da Maioria e Minoria (1750-1850). Ed. Vozes. Petrópolis. 1988, p. 170/171.

298 VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Livro 4. Ed. Melhoramentos. SP. 1962, p. 151.

e outros semelhantes (sic) chamando-lhes bárbaros, tapuias, e a seus filhos mestiços e outras semelhantes (sic) automasias de ludibrio e injúria".<sup>899</sup>

O século XVIII foi palco de uma série de alvarás, leis, decretos, instruções régias que tinham por objetivo principal tornar o indígena colonial brasileiro súdito português, ou seja, branco.

Para as Capitanias de Mato Grosso, Goiás, Grão-Pará e Maranhão foram criadas uma série de "Instruções Régias", verdadeiros tratados de proteção e de integração das populações nativas à população "branca" e portuguesa, que reforçavam o que se havia estabelecido no Diretório.

Sabemos, por exemplo, que o uso da língua geral foi largamente usada pelos portugueses e espanhóis na comunicação com a população nativa. O Diretório, em seu parágrafo 6º, reconhecia o uso corrente da língua geral e a classificava como uma "invenção abominável e diabólica" que acabava por privar os nativos de "todos aqueles meios, que os podiam civilizar", colaborando para que permanecessem na "rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam".<sup>300</sup> Esse mesmo parágrafo do Diretório dos índios determinava a obrigatoriedade do estudo do idioma português para todas as aldeias e missões religiosas a partir de 1757.

Uma das motivações para a obrigatoriedade do uso do idioma português no Brasil colonial foi o de consolidar a posse territorial e determinar as futuras demarcações de limites entre a América Portuguesa e Espanhola.

Hugo Fragoso chama a atenção para este processo de interação que ocorria numa primeira fase com a unificação das línguas indígenas sob a "denominação de língua geral" tornando-a comum a meninos e meninas. A seguir, ocorria a passagem para o idioma português, que determinava o grau de civilidade no qual os nativos estavam inseridos. Nesse sentido, essa "política de ocupação" utilizou-se das missões religiosas e das aldeias reais para garantir a posse real, e esses aldeamentos ocuparam uma significativa importância estratégica. Carlos de Araújo Moreira Neto reforça esse encaminhamento dizendo que o uso da língua portuguesa pelos nativos aldeados tinha razões diplomáticas que justificavam a posse do território em disputa pelos Tratados de Limites. As instruções régias passadas em 1772 a Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1778), 4º Governador de Mato Grosso, encaminhavam a necessidade do ensino da língua portuguesa aos índios. Essa "política de ocupação" empreendida pelo Gabinete Pombalino e as preocupações com os limites territoriais no sul, norte e oeste da colônia acabaram por transferir a Capital para o Rio de Janeiro (1763) e por restaurar a Capitania de São Paulo em 1765. Nas ordens dadas a Don Antônio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, em 1765, primeiro governador de São Paulo, ao reiniciar essa fase, foi de que usasse dos mesmos "ardilosos artificios que nossos inimigos (os espanhóis) têm usado contra nós.

Em outras palavras, significava, pelo parecer de Heloísa Liberalli Bellotto, "adentrar as 'terras de ninguém' que a não execução do tratado de Madrid tinha originado".<sup>301</sup> Em 1770, Luiz Pinto de Souza Coutinho (1769 -1771), 3º governador mato-grossense, utilizou o termo "vazios demográficos" com a mesma conotação das empregadas como "terras de ninguém". "Terra de ninguém", "vazio demográfico", essas expressões refletiram a ausência de uma população portuguesa em uma determinada área geográfica ou que falasse a língua portuguesa. Nesta mesma vertente, ou seja, a estratégia portuguesa de expansão territorial e a efetivação da posse garantindo uma linha de fronteira possível, aparece, também na discussão feita por Cecília M. Westphalen, para os anos de 1768 a 1794, a ação de Morgado de Mateus, (Governador da Capitania de São Paulo), quando, seguindo instruções pombalinas, empenhou-se em

299 Idem.

300 NETO, Carlos de Araújo Moreira. Ob. cit., p. 201.

301 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Ob. cit., p. 09/10.

garantir a posse do território do Tibagi (Paraná), através de expedições militares organizadas.

*"A nova motivação que conduziu o oeste paranaense não era constituída pelos indígenas, nem mesmo pelos metais preciosos, e sim pela posse da terra em face aos tratados de fronteira com a Espanha".* <sup>302</sup>

O desenvolvimento dessa "política de ocupação" pelo Gabinete Pombalino, através dos governadores das Capitânicas, foi a ação principal que possibilitou a posse, a defesa do território, o fomento agrícola e pastoril, o recrutamento militar e, principalmente, conduziu a uma "política de povoamento" que justificasse a posse portuguesa em uma determinada linha de fronteira. Uma dessas estratégias foi o lingüístico-cultural. A outra ponta da estratégia foi a de transformar as aldeias em lugares e vilas. A transformação das aldeias/vilas se fez com um número mínimo (150 pessoas) de nativos, e as menores se intitularam "lugares". Documentos do Pará e de Mato Grosso denunciavam essas mudanças. No entanto, essas providências não se restringiram apenas a Mato Grosso, Goiás, Grão-Pará e Maranhão e Rio Negro. Há um mapa que descreve as aldeias que passaram, no século XVIII, à situação de vilas e lugares. Foram as aldeias das Capitânicas da Bahia (20); Ilhéus (05); Sergipe d'El Rei (02); Sergipe (05); Porto Seguro (02) e Espírito Santo (02), onde aparecem com seus nomes antigos, geralmente de origem indígena, ou de algum santo católico, e, numa outra coluna, estão listadas os novos nomes de origem portuguesa, como, por exemplo, Tavora, Pombal, Abrantes, Barcelos, Almada, Santarém, etc. De todas as 36, apenas 13 receberam a designação de vilas, as demais foram chamadas de lugares. As ordens religiosas descritas como responsáveis pelas aldeias eram: Jesuítas, Capuchos, Franciscanos e Carmelitas calçados, bem como a presença de muitos "clérigos" sem declarar a ordem religiosa a que pertenciam. A descrição da população dessas aldeias era em boa parte de nativos de tribos distintas. Essa forma de agrupar índios de tribos diferentes foi a forma de "aportuguesar" esses segmentos populacionais. Essa transformação determinava que as casas fossem construídas à moda portuguesa e o espaço geográfico ocupado conforme determinavam as leis do reino para os centros urbanos. Ao índio foi ainda exigido, para completar sua cidadania, que usasse de nome e prenome português para que se sentisse em condições de igualdade com os colonizadores e gozasse dos mesmos privilégios e prerrogativas sócio-econômicas e políticas.

Nessa "política de povoamento" e "aportuguesamento", o fundamental nas observações feitas pelos Capitães-Generais do período era de que "quem não cria as terras, se não interessa tanto na sua permanência" (Antônio Rolim de Moura/ MT/ 1764); ou que o importante era "incrementar o enraizamento dos colonos" (Morgado de Mateus/ SP/ 1765), ou seja, assentar famílias portuguesas ou que falassem português na linha de fronteira.

A lei de 1680, para Frágoso, detinha, entre outros propósitos, o da utilização dos indígenas não só como "mão de obra na construção do Império Português, mas de modo especial, eram instrumentos da consolidação e defesa desse mesmo Império".<sup>303</sup> Reforça essa tese argumentando que para a Coroa, "missionários, colonos e autoridades locais eram todos 'instrumentos de colonização'"<sup>304</sup> Importante era harmonizar o interesse desses três grupos de "colonos". No século anterior, o Pe. Vieira em seus sermões e as ordens régias, produzidas neste período, reforçaram a importância da

302 WESTEPHALEN, Cecília Maria. O Marquês de Pombal e o Paraná. Revista SBPH, Anais da V Reunião. SP. 1983, p. 13 a 15.

303 FRAGOSO, Hugo. Ob. cit., p. 146. Na provisão régia, em forma de lei de 1º de abril de 1680 (...), o rei sustentava que o seu principal intento na Amazônia era "dilatara a pregação do Santo Evangelho e procurar trazer ao grêmio da Igreja àquela dilatada gentildade cuja conversão Deus Nosso Senhor encarregou aos Senhores reis destes reinos".

304 Idem.

O livro História da Igreja no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1985, das folhas 41 a 45, faz uma reflexão sobre os nativos enquanto úteis ao processo de colonização.

"conversão das diversas nações da região amazônica"<sup>305</sup>, de onde "se poderia fazer grande serviço de Deus e aumentar-se esse Estado".<sup>300</sup> Para Fragoso, até 1755, o expansionismo português teve como principal suporte ideológico o cristianismo missionário. Cita as Instruções Régias passadas em 1751 a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão, que recomendavam "que por meio das mesmas missões se cultivem e povoem os vastíssimos países do Pará e Maranhão".<sup>307</sup> Até 1751, conforme João Antônio da Cruz Dinis Pinheiro, ouvidor do Maranhão, havia no Pará "17 aldeias missionadas pelos Jesuítas, 10 pelos Capuchos de Santo Antônio, 06 pelos Capuchos da Conceição da Beira e Minho, 10 pelos Capuchos de São José, 16 pelos Carmelitas e uma pelos Mercedários".<sup>308</sup> Existe um mapa, resumo da tesouraria geral do comércio dos índios do Grão-Pará, datado de 1763, que apresenta as contas de 39 vilas e 28 lugares, e um outro, datado de 1789, que demonstra todos os índios aldeados que ali existiam, num total de 29 vilas e 31 lugares. Os nomes das vilas e lugares são basicamente os mesmos. Alguns nomes de vilas: Cintra, Collares, Beja, Chaves Odivas, Pombal, Monte Alegre, Santarém, Óbidos e alguns nomes dos lugares: Benfica, Vilar, Ponte de Pedra, Mondim, Sto Antonio do Gurupá, Vizeu, de Aveiro.<sup>309</sup>

As Instruções Régias, passadas aos governadores mato-grossenses, dentro deste quadro mais amplo, consolidavam essa política de ocupação populacional com nativos na linha de fronteira oeste.

Em 1720, os aldeamentos do Pará somavam 63 missões com 54.216 nativos, enquanto as povoações dos brancos constituíam-se em 09 povoações com 4000 casais. Maria Francismar afirma que, em 1750, três quartos da bacia amazônica estavam ocupadas por aldeamentos e que, entre o Ceará e o Oiapoque e pelo Amazonas acima até as fronteiras do norte, havia apenas 09 povoações de brancos, enquanto as aldeias de "índios mansos" somavam 80 estabelecimentos que se constituíam nos maiores centros de atividade social, política e econômica.<sup>310</sup> Em 1763, as Vilas e Lugares somaram 67 povoações com os nomes de Alenquer, Melgaço, Monforte, São José do Javari, Pombal, Moreira, Benfica, Santarém, Nossa Senhora Porto Salvo e de Villar, entre tantas outras. Em 1789, essas Vilas e Lugares continuavam existindo, totalizando, entre todas, 60 corrutelas de índios ou, se preferirem, de caboclos, na linguagem usual colonial regional.

Pelos dados apresentados, pode-se verificar que, demograficamente falando, torna-se difícil aparecer nas estimativas a figura do nativo, pois a cristianização e os humanistas dos séculos XVI e XVII e as leis, alvarás, instruções régias e o Diretório do século XVIII "branqueou-o" e ou "africanizou", bem como aos seus descendentes e mestiços.<sup>311</sup>

Contudo, a interação entre brancos e nativos promoveu as mais variadas situações de conflitos, e, na medida que a conquista portuguesa avançou pelo interior da colônia e ampliou a fronteira territorial, a submissão agrupou os nativos nas aldeias, nas reduções, distribuiu-os nas fazendas, nas vilas, para cumprir os mais variados serviços.

José de Anchieta, ao dar informações sobre os primeiros aldeamentos da Bahia, mostra o conflito e o terror que os portugueses infligiram aos índios. Pela palavras de um Tupinambá ao Pe. Gaspar Lourenço, da redução de São Tomé, podemos avaliar de que forma operou-se a inter-relação entre colonizador e nativo.

305 Idem.

306 Idem.

307 Idem.

308 BASTOS, Maria F. de Souza. Ob. cit., p. 156.

309 AHU/CEDHAL/USP/SP ex. 22/doc. 158 e ex. 29/doc. 03.

310 Idem, p.144/145.

311 Maiores informações consultar as obras: Capitania de Mato Grosso: Política de Povoamento e População - século XVIII, de SILVA, Jovam Vilela da; Negros da Terra - índios e bandeirantes nas origens de São Paulo, de MONTEIRO, John Manuel. Obras citadas.

*"...vamo-nos, vamo-nos antes que venham estes portugueses, não fugimos da Igreja nem da tua companhia, porque, se tu quiseres ir conosco, viveremos contigo no meio desse mato ou sertão, que bem vemos que a lei de Deus é boa, mas estes portugueses não nos deixam estar quietos e se tu vês que TÃO POUÇOS\* que aqui andam entre nós tomam nossos irmãos, que podemos esperar quando os mais vierem, senão que a nós, e a mulheres e filhos farão escravos".*<sup>312</sup>

Avaliando bem as palavras deste nativo, percebe-se que o número de portugueses no final do século XVI não era grande. Retomando o total de 40.000 portugueses, veremos que o mesmo, se correto, estava rarefeito no litoral e insignificante frente à população nativa e ou composto por grande parte dela, se considerado o sistema de "cunhadio". Por outro lado, os confrontos criaram três situações de fato. A primeira, preocupada com o trabalho de pacificação e aldeamento; a segunda, de aprisionamento nas guerras justas e no resgate e a terceira, na migração das tribos que não se sujeitaram e mesmo de muitas que preferiram afastar-se do convívio com os portugueses, como no exemplo acima apresentado.

Quando da chegada dos franceses ao Maranhão, estes entraram em contato com os índios Tupinambá, parte dos mesmos que haviam iniciado uma grande migração fugindo dos portugueses em busca da "**terra sem mal**". Diante do pedido de ajuda dos franceses e das propostas de alianças com a cruz erguida, reunião na Casa Grande, assim falou Momboré-uaçu (flauta grande), um ancião de mais de cem anos:

*"Vi a chegada dos Però em Pernambuco e Potiú; e começaram eles como vós, franceses. fazeis agora. De início os però não faziam senão traficar sem pretendem fixar residência. Nessa época, dormiam livremente com as raparigas, o que os nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas para se defenderem, e edificar cidades para morarem conosco. E assim parecia que desejavam que construíssemos uma só nação. Depois começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários pai\*. Mandaram vir os pai: e estes ergueram cruces e principiaram a instruir os nossos e a batizá-los. Mais tarde afirmaram que nem eles nem os pai podiam viver sem escravos para os servirem e por eles trabalharem. E assim, se viram constrangidos os nossos a fornecer-lhos. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quizeram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram que os que ficaram livres foram. como nós, forçados a deixar a região.*

*"Assim aconteceu com os franceses. Da primeira vez que vieste aqui, vós o fizeste somente para traficar. Como os però, não recusáveis tomar nossas filhas e nós nos julgávamos felizes quando elas tinham filhos. Nessa época, não faláveis em aqui vos fixar; apenas vos contentáveis com visitar-nos uma vez por ano, permanecendo entre nós somente durante quatro ou cinco luas. Regressáveis então a vosso país, levando os nossos gêneros para trocá-los com aquilo de que carecíamos.*

*Agora já nos falais de vos estabelecerdes aqui, de construídes fortalezas para defender-nos contra os nossos inimigos. Para isso, trouxestes um Morubixaba e vários Pai. **Em verdade, estamos satisfeitos, mas os però fizeram o mesmo.**"*<sup>313</sup>

Os depoimentos nativos apresentados são importantes para compreendermos, fundamentalmente neste caso, dois encaminhamentos. O primeiro, que as inter-relações sociais, econômicas e políticas do colonizador foram muito semelhantes no processo de ocupação, posse e escravização do nativo e a segunda, da forma de resistência

312 FERNANDES, Florestam. Organização Social dos Tupinambás. Ed. Hucitec (UNB) SP. 1989, p. 36. \* grifo nosso.

313 dAJBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão. Ed. Itatiaia/EDUSP. SP. 1975, p. 115. \* pai = padre /grifo nosso.

que foi empregada pelos gentios, ou das resistências mantidas pelos caboclos, caipiras, Tapuias e de seus descendentes. Mesmo assim, a aproximação com as tribos proporcionou aos portugueses o efetivo necessário para suprir as necessidades de mão-de-obra nas atividades de produção e mercantis, bem como serviu para aumentar a população da colônia.

Os dados demográficos das aldeias existentes em 1564 apresentaram um total de 36.000 índios pertencentes às aldeias administradas pelos jesuítas, assim distribuídas:

Aldeia de São Paulo	2.000
Aldeia do Espírito Santo	4.000
Aldeia de Santo Antônio	2.000
Aldeia de Santiago	4.000
Aldeia de São João	4.000
Aldeia de Santa Cruz	2.000
Aldeia de Bom Jesus	4.000
Aldeia de São Pedro e Santo André	8.000
Aldeia de São Miguel	2.000
Aldeia de N. Senhora de Assunção	4.000
Total	36.000 <sup>314</sup>

No período de 1558 a 1564, Azpilcueta Navarro nos forneceu os resultados dos batizados e casamentos realizados. Para o ano de 1584, os dados foram fornecidos por Anchieta. Esses totais englobam as Igrejas da Villa de São Paulo (BA), Sanct-Spiritus (BA), Santiago (RJ), Santa Cruz, Bom Jesus, São João, Santo Antônio, Santa Cruz de Taparica (PE), Corpus Christi, São Miguel, Nossa Senhora de Assunção, São Vicente, para os anos de 1558 a 1564; o resultado do ano de 1584 refere-se às missões da Bahia e ao Colégio do Rio de Janeiro.

Totais por ano	Batizados	Casados
1558	144	-/-
1559	-/-	15
1560	260	43
1561	967	150
1562	6701	1292
1563	366	294
1564	160	-/-
1584	1849	739

Informava Anchieta que, dos sertões de Arabó, os portugueses haviam descido em torno de 20.000 índios, e após 1568 os descimentos atingiram outros 20.000 indivíduos, totalizando, com as cifras anteriores, um número aproximado de 80.000 nativos. Em 1585, este total, segundo essas mesmas fontes, tinha-se reduzido para 10.000 almas, tendo em vista fatores como epidemias de varíola, tratamento dispensado na lida das lavouras, fugas e fome. Mesmo assim, esses dados nos levam a pensar que a quantidade de sobreviventes no conjunto da população nativa da colônia possa ter sido bem mais interessante, pois a totalização desta porção, em sua maioria, refere-se ao termo da Bahia, o que de certa forma reforça a tese de uma maior participação nativa não só no quadro sócio-econômico colonial, mas, sobretudo, na composição da população considerada branca ou portuguesa.

E este aspecto fica mais evidente quando Florestam Fernandes discute a questão da migração Tupinambá para o sertão e para o norte da colônia. Chegando estes índios ao Pará e Maranhão a partir aproximadamente de 1560, a sensação que fica é a de que o processo de interação foi mais expressivo do que supostamente aparece como quadro complementar da colonização portuguesa. O depoimento descrito do indígena do Ma-

314 FERNANDES, Florestam. Ob. cit., p.37.

ranhão, anteriormente, sobre os contatos com os peró (portugueses) ilustra bem esse processo interativo. O deslocamento Tupinambá, em ondas sucessivas, a partir de 1562, em 1674 e em 1678, rumo norte, as instalações de feitorias francesas no Maranhão, no começo do século XVI e, conseqüentemente, a necessidade dos portugueses de mão-de-obra e defesa do litoral provocaram também deslocamentos populacionais e colonização destas áreas. A cobiça portuguesa sobre o Amazonas, a importância econômica do tráfico das drogas do sertão empreendida entre nativos e franceses, bem como com ingleses e holandeses, no Maranhão, no Rio Branco, a importância estratégica e geopolítica da região e, fundamentalmente, os enormes contingentes populacionais, formados pelas inúmeras tribos e etnias da Amazônia, incentivaram a colonização e posse. Por outro lado a migração Tupinambá, para a região norte, acabou por submeter várias tribos à sua influência, o que facilitou, nos contatos feitos no século XVII, a integração desses povos ao serviço e convívio com os europeus.

A região de concentração dessa população indígena Tupinambá no norte ocorreu em locais da ilha do Maranhão conhecidos como Tapuitapera, Cumá e Caeté.

No rio Amazonas dominaram uma área que se estendeu até 80 léguas da embocadura até o Rio Madeira. Chegando "àquele sítio, que acharam abundante, e cheio de índios naturais, e por ser bom o sítio e conquistaram os seus naturais, avassalando-se, e com o tempo se casaram uns com os outros, e se aparentarão".<sup>315</sup> Logo após a expulsão dos franceses do Maranhão, os Tupinambá passaram para o lado dos portugueses, embora, mesmo antes da "vitória completa, Jerônimo de Albuquerque tinha todo o 'gentio do Maranhão inclinado ao ajudarem contra os franceses'"<sup>316</sup>. Abbeville calculou "em mais de 41 grupos locais na área mencionada"<sup>317</sup>, onde deveriam existir aproximadamente 35.000 indivíduos. No levante nativo de 1617, no Maranhão, e diante dos confrontos surgidos entre estes índios e portugueses, foi montada uma confederação com os Tapuias na qual, segundo Heriarte, estiveram envolvidos 600 grupos locais. Seguindo a mesma proporção de 41 grupos para 35.000 indivíduos, teremos, dos 600 grupos locais, um total de aproximadamente 500 mil pessoas. Sem dúvida, os dados coincidem com os "fornecidos pelo capitão Simão Estácio da Silveira (onde) somente a expedição chefiada por Bento Maciel Parente, que procedia do Maranhão, exterminou ou submeteu índios que "passariam de quinhentas mil almas", de acordo com os cálculos dos próprios portugueses".<sup>318</sup>

Nesse processo migratório, os jesuítas (*pai*) acompanharam, após um determinado tempo, os Tupinambá aproximando-se das outras tribos do Pará e Maranhão. Os dados fornecidos por Acumã mostram que a migração dos Tupinambá provinha do "Estado do Brasil" e que os moradores da ilha de Tupinambaras era "gente que das conquistas do Brasil, em terras de Pernambuco saíram derrotadas há muitos anos, fugindo do rigor com que os portugueses os iam subjugando".<sup>319</sup> Esse movimento migratório foi iniciado por volta de 1600, e dividiram-se os migrantes em três bandos ocupando uma área de 900 léguas. A ilha ocupava uma área de 60 léguas de comprimento por 100 de circuito e, em 1639, já dominavam "territórios que abrangiam 76 léguas pelo Amazonas".<sup>320</sup> As tribos locais dos Aratu, Apacuitara, Yara, Godui e Curiató submeteram-se aos Tupinambá que se serviam "deles como de seus vassallos, e eles lhes pagam tributo"<sup>321</sup>, e além disso mantinham tráfico com os brancos<sup>322</sup> monopolizando desta forma suas relações com os portugueses e sendo empregados também nas tropas de resgate, como o caso do cacique João Camiaru que, com seus índios, ajudaram a

315 Idem. p. 37.

316 Idem, p. 45 a 51.

317 Idem, p. 45.

318 Idem, p. 47.

319 Idem, p. 50.

320 Idem, p. 51.

321 Idem.

322 Idem.

capturar os outros grupos nativos, pois "só o nome dos Tupinambá não há nenhuma delas (tribos indígenas) que não se renda".<sup>383</sup>

Em 1660 dois jesuítas ocupam-se da catequização dos índios Patamara e os agrupam aos Tupinambá. Em 1678 a aldeia Tupinambá faz parte da lista geral com o nome de Santa Cruz dos Andirazes e dela dependiam os Curiatô.<sup>324</sup> Em 1688 o Pe. Fonseca fixou-se na aldeia introduzindo gente nova e estabeleceu nova mudança, e o cacique que comandou a migração chamava-se João Cumiáru. Em 1696, os jesuítas atraíram os Andiraz e os Curiatô para aumentar o número de habitantes. Assim, em 1730, a aldeia contava com 495 indivíduos. Em 1737, nova mudança para o rio Tapajós na aldeia de Santo Inácio. Nesta mudança, uma parte dos índios foi distribuída pelas Aldeias do Abacaxi que, de 500 indivíduos em 1696, passou para 932 em 1730 e mais o acréscimo desse grupo. Nessas aldeias do Abacaxi foram agrupados Arerretu, Paraioamia, Majoaria e Sapapé, além dos Tupinambá, segundo o Pe. Jacinto de Carvalho.<sup>385</sup> Na ilha de São Luiz havia seis grupos locais restantes de Tupinambá, na aldeia de São José em 1694, contando com 300 guerreiros. Em 1730, esse mesmo grupo, contando homens, mulheres e crianças, estava reduzido a 265 pessoas. Em Tatuapera concentraram-se 10 aldeias Tupinambá e, em 1647, os padres desceram do sertão de 1000 a 1200 pessoas em 60 canoas, ficando no sertão igual número de indivíduos que não aceitaram a redução. Em 1655 novo descimento para o Guajará, na ilha do Sol, onde já existia uma aldeia com um total de 1200 almas e "se lhes mandou fazer uma valente aldeia com igreja tão grande que parecia uma Sé".<sup>326</sup> Mais tarde tiveram que se deslocar para o interior da ilha comandados pelo cacique Peroassu. Em 1678, sob a chefia do cacique Jacinto, migraram para o litoral da ilha à procura de mariscos. Em 1655, os padres desceram para o Pará 400 indivíduos que foram distribuídos pelas aldeias da congregação perto da cidade.

Estes são alguns dados sobre a população nativa Tupinambá, nordestina e nortista, de algumas outras e da forma como participaram do processo de povoamento, ou foram aniquiladas pelos europeus. No sul da colônia, sabemos que a exportação agrícola foi quase nula e este fator econômico foi um determinante nas relações sociais diferenciadas entre colonos e nativos.

O escambo continuou como elemento econômico indispensável para se conseguir o necessário à sobrevivência e aos negócios. As tribos amigas, aliando-se aos portugueses, ao sul da colônia, estabeleceram uma forma de convivência bem mais pacífica que a desenvolvida pelo sistema da "plantation" do nordeste colonial. Desta convivência étnica, a miscigenação foi bem maior propiciando, nos séculos XVI, XVII e XVIII, a força necessária e adaptada a abrir as regiões do interior. São Vicente, Santos, Santo André e São Paulo catalisaram mecanismos alternativos econômicos, sociais e políticos

323 Idem, p. 52.

324 Idem, p. 54.

325 Idem, p. 53.

Varnhagem nos diz que o termo Tupinambá era o nome comum pelo qual os nativos se auto-denominavam; "do Maranhão, como no Pará, Bahia como no Rio, houvéseis perguntado a um índio de que nação era: responder-vos-ia logo: Tupinambá. Parecia pois, que Tupinambá se chamava o primitivo tronco nacional, donde se tinham separado todos aqueles ramos, garfos e esgalhos que, apesar de se produzirem em terras distantes das em que se haviam plantado, não mudavam de nome. As separações ou rachas de um grupo nativo podia criar termos como: Tupi-n-aen ou Tupis maus ou perversos; Tupi-n-ikis ou tupis vizinhos, contínuos ou limitrofes e ainda Tupinambaranas ou Tupinambás bravos ou enfurecidos por alguma rixa. O vocábulo Tupi ou Ypi' significava "princípio da geração" e acrescida de T'y'pi' correspondia "os da primitiva geração". Chamavam-se também de "Caribs ou Carys, de se denominarem Caryyós", nome dado aos que se "achavam na vanguarda da emigração do sul do Brasil, e de se designarem como honra, com esse nome, aos europeus que depois aqui aportavam como amigos (donde proveio Carioca)...". Os demais troncos nativos recebiam designações como Tamoi ou Avós; Temiminós ou Netos; Guaiá ou Guaiá-ná ou irmãos; Amóipiras ou parentes afastados ou da outra banda e Anacés ou quase parentes. Alguns se auto-denominavam ou recebiam apelidos ou alcunhas tais como: Maracaiás (gatos bravos); Hnhengaibas (más linguas); Mbenguás (pacíficos); Ubira-jaras (caceteiros ou que manejavam paus); Taba-jaras (aldeados); Guatós (navegadores); Guaita-cá (corredores); Ca-iapó (salteadores dos matos); Juru-una (bocas negras ou lábios pintados de preto) e Tremembés (vagabundos)", in, Varnhagem, tomo Iº. Ob. cit., p. 25 a 27 e 55. Essas informações são importantes porque permitem perceber a importância do parentesco entre os nativos e de que forma o cunhadio proporcionou ao colonizador mecanismos de dominação, influência e poder junto aos nativos.

326 Idem, p. 48.

que compensaram a falta da arribada dos navios mercantes. A busca de braços escravos indígenas nas missões de Guairá, Itatim e Tape, principalmente durante a invasão holandesa, que bloqueou a importação de escravos negros, foi um desses mecanismos.

A escravização indígena desde o início da colonização foi proibida, embora bastante contraditória na sua aplicação. O século XVI produziu leis sobre a liberdade dos índios em 1570, 1587, 1595 e 1596; no século XVII, as leis de 1605, 1609 e 1611 procuraram limitar a escravização de nativos. Embora produzida durante o domínio filipino, a regulamentação jurídica sobre os índios da América portuguesa diferenciou-se muito da espanhola.

A política indigenista portuguesa, no Brasil, foi, para Thomas, "pelo contrário, a instituição das aldeias, com a qual a Coroa conseguiu três finalidades, quer dizer, a conversão dos índios, a segurança da terra contra os ataques dos corsários ingleses e franceses e a disponibilidade de mão-de-obra para as plantações dos colonos brancos".<sup>327</sup>

Ainda assim, Montoya apresentou, em 1638, reclamações ao rei sobre o procedimento dos paulistas nas missões do Paraguai e Uruguai e os responsabilizou pelo aprisionamento e escravização de 300.000 índios.<sup>328</sup> Esta cifra, contudo, pode parecer até certo ponto elevada, se consideramos, por exemplo, que a população do Paraguai na época da conquista foi estimada em 250.000 habitantes, conforme nos afirma Rosemblat.<sup>329</sup> O governador do rio da Prata, Pedro Estéban de Ávila, em relatório ao rei, calculou que, entre 1628 e 1630, os paulistas teriam levado das missões do Paraguai e da Província do Prata em torno de 60 mil almas.<sup>330</sup>

Considerando essas cifras, pode-se concluir que, se os paulistas despovoaram as regiões espanholas das missões, por outro lado, povoaram o território português colonial. Em suma, criaram os "espaços demográficos vazios" que foram discutidos nos tratados de limites do século XVIII e XIX com os espanhóis. Essas migrações forçadas representaram um reforço à necessidade freqüente de mão-de-obra escrava ou administrada e garantia um mercado seguro nos negócios do sul da colônia. Por mínima que sejam essas cifras, a dispersão dessa população pelos que a adquiriram representou um significativo aumento demográfico e um incremento à miscigenação, ainda mais quando sabemos que a população feminina foi predominante no período de apresamento guarani, o que representou um reforço ao desenvolvimento de estratos sociais marginalizados no processo produtivo.

#### **4- A Vertente Sul/Oeste**

As incursões bandeirantes às regiões missioneiras de Itatim, Guairá e Tape foram fundamentais a geopolítica portuguesa no final do século XVII e seguintes, proporcionando a manutenção e expansão do território geograficamente ocupado e em ocupação.

Em 1628 o Pe. Montoya atribuiu a Raposo Tavares a declaração de que os portugueses estavam decididos a expulsar os espanhóis da região das missões que "é nossa (portuguesa) e não do Rei da Espanha".<sup>331</sup> Em 1647, o Pe. Christoval de Arenas constatou que "Antônio Raposo Tavares salteador insigne de estas malocas avia venido de Portugal donde el Duque (D.João IV) revelado lhe avia hecho su Maesse de Campo para essas conquistas, en especial para abrir paso al Peru".<sup>332</sup> Esses dados são impor-

327 THOMAS, Georg. Política indigenista dos portugueses no Brasil - 1500/1640. Ed. Loyola. SP. 1981, p. 214.

328 idem, p. 205.

329 ROSEMBLANT, Angel. La población indígena desde 1592 hasta actualidad. Buenos Aires, Penser, 1945, p. 81.

330 LUGON, Clóvis. Ob. cit., p. 63.

331 CORREIA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. INL. RJ. 1949, p.140 e 151.

332 Idem.

tantes e demonstram que o processo de expansão da fronteira geográfica não foi apenas a expressão de uma motivação econômica, mas, sobretudo, esteve ligada a um projeto político de ocupação e posse.

Na vertente sul tomamos por base a Capitania de São Paulo de Piratininga como elemento centralizador, idealizador e propulsor no desencadeamento do processo migratório expansionista. O núcleo original fundado pelos padres Nóbrega e Anchieta encontrou nos jesuítas a base de sustentação necessária para consolidar, na região, a instituição das aldeias. Em torno do colégio e da capela concentraram-se os primeiros colonos brancos em suas fazendas e sítios, bem como as primeiras aldeias indígenas integradas ao processo jesuíta de cristianização e de produção, compondo inclusive a municipalidade.

Durante o século XVI a região de Piratininga, povoada de tribos indígenas amigas ou hostis, representou um desafio ao pequeno número de colonos e aos padres que procuraram catequizá-los. Contudo, conforme dados apresentados anteriormente, tendo em vista a necessidade do braço escravo para a produção agrícola, e, no caso paulista, da pequena quantidade de brancos, principalmente de mulheres, a indígena foi indispensável para a formação das primeiras famílias. Ao iniciar o século XVII, a maioria das tribos nativas vizinhas estavam apaziguadas e integradas aos habitantes. E esses habitantes, em sua maioria, eram indígenas ou mamelucos. Alcântara Machado ao levantar o testamento dos "mais ricos agricultores paulistas, em 1636, forneceu o número de escravos índios que cada um possuía"<sup>333</sup>, apresentando-nos os seguintes dados:

"Antônio Paes de Barros com 500 índios:  
Pedro Leite Paes com 237;  
Maria Ribeira com 230;  
Francisco Preto com 170:  
Braz Esteves com 160".<sup>334</sup>

A população nativa escrava nas mãos dessas cinco pessoas totalizou 1.297 pessoas. Estes números representavam um importante contingente populacional, pois, se considerarmos os administrados e aldeados que executavam tarefas diversas, verificamos que a participação nativa no conjunto da população foi efetiva. Esse processo de interação do nativo ao processo produtivo foi contínuo, devido à necessidade de mão-de-obra para todos os tipos de ofícios e tarefas. Por volta de 1632, os irmãos André, Domingos e Baltazar Fernandes, com suas quotas de indígenas trazidos de Guairá, deram início "a base das vilas de Parnaíba, Itu e Sorocaba, respectivamente".<sup>335</sup>

*"As duas primeiras vilas do planalto Mogi das Cruzes e Santana do Parnaíba, fundadas respectivamente em 1611 e 1625, surgiram explicitamente ligadas a aldeamentos próximos".<sup>336</sup>*

Entretanto, não só das missões do sul foram trazidos índios para São Paulo. Por volta de 1671, no inventário de Catarina Tavares, feito em Santana de Parnaíba, ficou demonstrado que seu espólio era constituído de 370 índios de várias etnias e que grande parte desse plantel fora escravizada no Brasil Central.<sup>337</sup> Mesmo antes do século XVIII as regiões de Goiás e Mato Grosso já vinham sendo visitadas pelos sertanistas que buscavam nativos para prear.

E aqui cabe ressaltar a questão da mestiçagem, pois é fundamental para entendermos a tese de branqueamento e mesmo para sistematizar, no tempo histórico correspondente, o grau de expropriação e marginalidade deste estrato social.

333 MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo... Ob. cit., p. 21.

334 Idem.

335 MONTEIRO, John Manuel. Ob. cit., p. 78/79.

336 Idem, p. 107.

337 Idem, p. 81.

Ao administrador português estavam claras as determinações da Coroa quanto à aplicação das Cartas Régias e dos Forais na administração de terras e na ocupação dos cargos administrativos públicos. Nesse particular, a cor da pele exerceu enorme influência no processo de apropriação da terra e da riqueza e, na maioria dos casos, não propiciou, com o passar do tempo, uma democratização do processo produtivo, pois houve cada vez mais "brancos" marginalizados ao sistema produtivo.<sup>338</sup>

Maria Luiza Marcílio falando sobre a mestiçagem em São Paulo diz:

*"O branco procurava por todos os meios salvaguardar os privilégios que sua cor lhe conferia. A preservação da família branca, legítima e constituída foi uma das grandes preocupações do paulista. Entretanto, era-lhe difícil manter uma pele bem clara. De qualquer modo ao lado da família legítima, outras famílias eram a fonte de uma legião de bastardos. Estes contribuíram fortemente para o povoamento de São Paulo, como de todo o resto do Brasil".* <sup>339</sup>

Considerando os dados apresentados até aqui, o universo da civilização nativa influenciou sobremaneira o modo de ser e de viver desta população cosmopolita, de tons variados, que moldou a constituição populacional do Brasil colônia.

As relações de parentesco, no meio sócio-cultural branco/nativo, criaram laços de consangüinidade, que resultaram em ajuda mútua, prestação de serviço e de proteção entre seus membros. Os mutirões tão comuns no interior, nas zonas rurais do país, constituem uma reminiscência de trabalho coletivo e de convívio integrado.

Florestam Fernandes, ao descrever a organização social dos Tupinambá, mostra a importância das malocas e das relações de cunhadio no agrupamento e no estabelecimento das mesmas, onde:

*"... os próprios brancos se utilizavam das malocas, coabitando nelas, no início da colonização com os nativos. E não tiveram dúvidas em perpetuá-las em "aldeias administradas".* <sup>340</sup>

Na obra de Monteiro o processo das relações de troca e as alianças, no início da colonização, é que mediaram a exploração do trabalho nativo, porém, no decorrer do século XVIII, uma vez firmadas as relações escravistas, esse processo foi-se revertendo e inserindo a "população nativa numa nova realidade social".<sup>341</sup> Monteiro e Fernandes, ao mostrarem o processo de assimilação e interseção do nativo ao processo produtivo português, coincidem suas opiniões num ponto, o da organização do espaço vital e produtivo. Diz Monteiro:

*"A própria organização espacial das vilas e fazendas pode ilustrar o processo de transformação de índio em escravo. (...) No início do século (XVII), os índios vinculados às fazendas, compartilhavam de casas extensas denominadas Tipujares que, possivelmente, se assemelhavam às habitações pré-coloniais das sociedades guaranis. Com o passar do tempo, porém, estas construções começaram a assumir características da arquitetura colonial paulista. (...) Finalmente, no início do século XVIII, quando a presença africana começou a se firmar na região, essas unidades habitacionais passaram a ser chamadas de senzalas".* <sup>343</sup>

A política de ocupação e posse portuguesa no Brasil adotou, com Pombal, medidas que visavam, por exemplo, o levantamento das listas nominativas que possuíam um caráter que superava o simples interesse militar de recenseamento.

Em 15/07/1769, Luiz Pinto de Souza Coutinho (MT) fez publicar um bando que mandava substituir os "sobreditos apelidos" de "alguns lugares de índios e outros no-

338 A esse respeito é recomendável a leitura da obra Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII, SOUZA, Laura de Mello e. RJ. Edições Graal. 1986.

339 MARCÍLIO, Maria Luiza. Ob. cit., p. 32.

340 FERNANDES, Florestam. Ob. cit., p. 66.

341 MONTEIRO, John Manuel. Ob. cit., p. 170.

342 Idem, p. 171.

vos estabelecimentos que por uma piedade mal entendida se achavam designados com os nomes dos seus padroeiros, prática na verdade mais devota, que significante".<sup>343</sup>

"Nomes Antigos	Nomes Modernos
Port.de N. S. da Conceição	Forte de Bragança
Lugar de S. José de índios	Lugar de Lamego
Lugar de S. João de índios	Lugar de Leomil
Lugar de Santa Anna	Lugar de Guimarães
Novo Estabelecimento dos índios na Cachoeira do Girau. Destacamento de Palmela". <sup>344</sup>	

Pela avaliação de Heloísa Liberalli, o acompanhamento do crescimento populacional era fundamental para incrementar:

*"... o incentivo aos matrimônios, a abertura de estradas, a criação de novos centros urbanos ou elevação de alguns a categoria de vilas ou cidades, visavam a possibilitar e controlar o povoamento".<sup>345</sup>*

Obedecendo a uma política de expansão territorial, ou seja, a posse e abertura de caminhos terrestres e fluviais, a estratégia de ocupação foi acompanhada pelo aparecimento de uma série de missões, fortalezas e lugares (defesa da fronteira e recrutamento militar), em locais estrategicamente escolhidos, bem como de vilas (que permitiram as relações de venda e troca de produtos locais pelos ultramarinos), como, por exemplo, nos casos de Cuiabá (MT), ponta de lança e de apoio aos demais povoados do vale do rio Paraguai e Vila Bela (MT), com a mesma função no vale do rio Guaporé. Nesses lugares ficavam as autoridades portuguesas locais responsáveis pelo levantamento populacional e econômico (organização burocrática e administrativa), controlando a produção das minas ou incentivando o fomento agrícola e pecuário, enquanto responsáveis, na avaliação fisiocrata portuguesa, pela sedentarização da população. Neste aspecto lembra Heloísa Bellotto que:

*"A vigência da Lei dos Sítios Volantes (1766) contra a dispersão demográfica obrigando a habitação em núcleos urbanos (exceção feita apenas aos que tivessem uma função específica no sertão) foi fundamental para essa política".<sup>346</sup>*

A política de povoamento e posse portuguesa foi feita distribuindo aos colonos migrantes "prêmios moderados" como isenções fiscais de toda ordem, hábitos de Cristo, e os índios "silvestres" ou incorporados receberam "gratificações e vestidos". Beozzo mostrou que para os casais açorianos vindos para o sul do Brasil foram oferecidas a terra, "sementes, ferramentas e uma espingarda, pois deviam ser 'lavradores-soldados". No século XIX, observou que, na substituição da mão-de-obra escrava africana pela imigrante européia, a razão deu preferência à vinda de:

*"... Famílias e não por indivíduos era clara na pequena propriedade, pois se tratava quase sempre de um projeto de 'povoamento' de áreas pouco habitadas".<sup>347</sup>*

Os levantamentos que fizemos sobre o povoamento mato-grossense, no século XVIII, mostraram essa preferência por famílias nos assentamentos efetuados. Todos os governadores mato-grossenses, do período, reclamaram a falta de uma população branca e a necessidade da Coroa incentivar a migração de casais brancos.

*"Pelo que parece, que o meio mais eficaz, mais próprio às circunstâncias prementes, e mais conveniente deste Estabelecimento, e aumentar o Mato Grosso é usar*

343 MF-195 doc.2232 - Bando publicado por Luiz Pinto de Souza Coutinho mudando os nomes dos lugares, conforme ordens da Corte. AHU/NDHIR/UFMT. Cuiabá, MT.

344 Idem.

345 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Ob. cit., p. 10.

346 Idem.

347 BEOZZO, José Oscar. *A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre*, p. 54 e 57. in, MARCILIO, Maria Luiza. (organizadora) *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*, Edições Loyola. SP. 1993.

*Sua Majestade com ele o que usou para o Rio Grande e Santa Catarina, pois é também fronteira".<sup>348</sup>*

Na verdade, o projeto de ocupação territorial, em seu quadro geral, discutiu a qualidade do cidadão que queria. O Brasil luso-brasileiro colonial traçou as linhas mestras ideológicas que perfilarão um tipo humano capaz, destemido e trabalhador, que respondeu à característica político-econômica de cada século em particular. Ainda no século XVIII, Luiz Pinto, em 1768, lembrou que "... ao mesmo tempo que a Agricultura impunha aos colonos, o ânimo de defendê-lo; e oferecer dos próprios frutos o prêmio, que deve remunerar o vencedor".<sup>349</sup> Ou seja, colonizar com famílias significou criar raízes nos moradores que, por sua vez, de posse da terra fariam de tudo para defendê-la e conservá-la. Contudo, Carlos Obedracher Júnior deixou registrado que "(...) brancos e reinóis, onde que sejam criados com enxada na mão, em pondo os pés no Brasil, nenhum deles quer trabalhar".<sup>350</sup>

Neste particular, Luiz Pinto (MT), em 1770, anotou que:

*"A dotação porém destes colonos, deve ser muito diversa de todas as outras, a que se não trabalha sem Escravos, e a cultura da terra, que ainda se recente da barbáridade os índios naturais habitantes; não conhece o instrumento do Arado, nem outros maquinários auxiliares que não sejam os próprios brassos (sic) dos Escravos".<sup>351</sup>*

As palavras de Luiz Pinto e as constatações de Carlos Obedracher Júnior sobre o comportamento dos migrantes brancos que chegavam ao Brasil nos indicam claramente que o desenvolvimento das atividades econômicas só eram praticadas com a ajuda do braço escravo negro e ou indígena. Nenhum imigrante desejou ser equiparado, na lida diária, ao que desenvolvia um escravo.

Alida Metcalf manifesta a idéia de que, nas grandes plantações, os escravos negros puderam ter laços de família mais fortes, devido à estabilidade econômica dessas áreas territoriais e de seus proprietários. Nas áreas de plantio de menor porte e ou em áreas de instabilidade econômica, as famílias escravas não podiam estar em segurança e, portanto, praticamente não foram constituídas.<sup>352</sup>

Monteiro deixou escrito que a escravidão africana, em São Paulo, teve uma dupla face, ou seja, a preferência por adultos do sexo masculino de origem africana e a ausência quase total de crianças daqueles que tinham trato com as minas. Nas grandes propriedades agrícolas, o escravo africano foi utilizado dentro dos moldes da escravidão indígena do século XVII, com um maior equilíbrio entre os sexos, havendo um considerável número de menores, uma "preferência por crioulos e mestiços e um grau significativo de casamentos (formais e informais) mistos".<sup>353</sup> Falar em constituição da família escrava, neste sentido, fica difícil, embora, dentro das diversas estratégias de sobrevivência do escravo, o encaminhamento dado pela antropóloga Bandeira, de que a designação de "pretos" aos remanescentes populacionais de Vila Bela (MT), como forma de manipulação de solidariedade e coesão, não deixou de ser uma estratégica resposta às realidades econômicas e demográficas da escravidão.

Assim, até o século XVIII, as mudanças foram tênues neste particular, e considerando também, como já citamos, que a língua falada pelo grosso da população era o Tupi-Guarani, fica mais que evidente que a participação da população nativa no conjunto da população colonial brasileira foi bem mais intensa do que à primeira vista não aparece.

348 MOURA, Antônio Rolim de. Correspondências. Vol. 1. Ed. Universitária. NDHIR. Documentos Ibéricos. UFMT. 1986, p. 31.

349 MF-216 doc.2483. Correspondência de Luiz Pinto de Souza Coutinho ao Rei. AHU/NDHIR/UFMT. Cuiabá, MT.

350 BEOZZO, José O. Ob. cit., p. 56. nota 48.

351 MF-216 doc. 2483. Correspondência de Luiz Pinto ao Rei. AHU/NDHIR/UFMT. Cuiabá, MT.

352 METCALF, Alida C. Families of planters, peasants and slaves. Ob. cit., p. 152 a 229.

353 MONTEIRO, John M. Ob. cit., p. 221.

No caso paulista, em particular, a utilização dos Tupis como flecheiros, nas bandeiras, compondo sempre a maior parte da expedição guerreira, torna mais fácil entender a função do cunhadio no quadro geral de parentesco. Afinal, o restante dessas tropas bandeirantes era composta de mamelucos, ou seja, de mestiços de brancos e indígenas.

Cabe aqui ressaltar o papel da Cunhã - mulher indígena -, no quadro de formação da família colonial, e pela qual foram transmitidos em mais de três séculos os usos e costumes (ficção ????) tribais, que com o passar do tempo foram incorporados como próprios da herança ibérica, pois a população não se caracterizou ameríndia, mas, sim, portuguesa.

A participação da Cunhã na vida social da colônia representou, antes de mais nada, dentro de sua cultura primitiva, elevação social no intercuro sexual com o branco, pois a descendência ocorria segundo os costumes nativos, do lado paterno, constituindo-se a mulher como a um saco que recolhia, guardava e germinava a semente masculina. À parte dessa característica social, a Cunhã desenvolveu e realizou uma série de tarefas que importou e interessou ao colono, o cuidado e a lida na roça. A miscigenação historiografada pelos profissionais da área social é rica, embora realce em quase todos eles o ranço do hibridismo social, colocando sempre o nativo como sub-raça, atrasada, cheia de maus costumes. Mesmo que outros destaquem as qualidades dos gentios, quando o comparam com outras civilizações européias, deixam transparecer os preconceitos próprios da ideologia da época em que foram escritos.

Fernando Novais, ao analisar o exclusivo colonial, identificou a questão econômica e social do tráfico nativo e do tráfico africano. E, aqui, interpõe-se uma questão, afinal os mamelucos iam buscar os índios para escravos, porque estes representavam um bem de capital. Este bem de capital podia ser vendido para as regiões produtoras da cana-de-açúcar, e o capital adquirido pelos mamelucos revertido na produção paulista, e restaria perguntar, por quê? Com que finalidade? Raciocinando que a região sul estava fora do processo mercantil, ou seja, do exclusivo colonial português, as perguntas são pertinentes. Por outro lado, a busca desses nativos, no sul e oeste do continente, provocou um movimento populacional pendular que interessou à Coroa Portuguesa, bem como mostra que o deslocamento de habitantes da Capitania de São Paulo foi bem expressivo. Mesmo porque o que interessava à Metrópole portuguesa, nesse momento, não era, necessariamente, a questão econômica, mas, sim, um procedimento geopolítico estratégico de esvaziamento da população assentada e de fala espanhola na linha de fronteira oeste, sul/leste que pudesse ser ocupada por outra que falasse português.

Em carta datada de 15.09.1748, Marco Antônio de Azevedo Coutinho (SP) comentou sobre a proibição do Conselho Ultramarino de se abrir minas no Estado do Maranhão, "para evitar que os moradores dele, atraídos pela ambição do ouro, desamparassem como sucedeu em São Paulo, a cultura dos frutos da terra, que não é menos sólida riqueza para o Estado e naquele deve ser mais atendida, vista a preciosidade dos seus gêneros".<sup>354</sup> Luiz Pinto de Souza Coutinho (MT), em 1770, ao falar da necessidade de um maior povoamento para a Capitania de Mato Grosso e da abertura de novas minas de ouro para atrair novos moradores, retoma essa questão. Pela sua avaliação, o governo português devia retirar a proibição da abertura de minas de ouro no Pará. Recordou que os motivos da proibição haviam sido a da experiência com os paulistas que haviam abandonado "as culturas de sua terra e se derramado pelos sertões". Argumentou que se tal fato ocorreu foi porque aqueles povoadores queriam resgatar sua pobreza buscando índios no sertão, uma vez que não podiam adquirir escravos africanos. A descoberta de ouro, em Mato Grosso, foi uma casualidade. Esses mesmos paulistas, no entanto, haviam estendido os domínios portugueses e as rendas da Coroa povoando as

354 CORREIA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 287.

Minas Gerais; fundido o comércio e prosperidade do Rio de Janeiro e propiciado a introdução de escravos africanos.<sup>355</sup> Estes dados mostram que a Coroa Portuguesa detinha um planejamento de ocupação sistematizada, ou seja, o fisiocratismo do século XVIII, em especial.

Marivone Matos Chain, ao citar as Instruções Régias (1753-1778) dadas ao Governador de Goiás, José de Almeida Vasconcelos de Several e Carvalho, observou que a estratégia de avolumar a população com nativos foi a saída para enfrentar todas as despesas de colonização. Dizia a Instrução Régia:

*"... achando-se todo o sertão daquele vasto continente coberto de índios, estes deviam ser principalmente os que povoassem os lugares, vilas e as cidades que se fossem formando".*<sup>356</sup>

Ao se referir à fundação da Aldeia de Nova Beira, em 1778, realçou que o governador percebeu que a redução e aliança com os Carijá e Javaé manteriam os Xavante e Caiapó a distância.<sup>357</sup> Este foi um aspecto importante e demonstra por que as reduções permitiram uma melhor proteção dos povos nativos integrados aos aldeamentos. Em 1751, o sertanista Antônio Pires de Campos viu frustrada sua tentativa de reunir o "gentio Arachá no aldeamento do rio das Velhas", porque os Caiapó os dizimavam e ou escravizavam com o objetivo de "as comerem, porque sempre que tem ocasião, sustentam-se de carne humana".<sup>358</sup>

A política portuguesa de povoamento com nativos em Goiás foi uma realidade. Por volta dos anos de 1783 a 1804 houve uma diminuição de 20% da população branca goiana, conforme observação de Pohl e Saint-Hilaire, o que deixou a situação populacional complicada. Para suprir a retirada dessa população branca, o governo devia solucionar o "problema do indígena a fim de povoar a Capitania" ou "esta ficaria sem dúvida em grande abandono".<sup>359</sup>

Luiz Palacim não pôde registrar, no século XVIII, na Capitania de Goiás, o número de pessoas brancas. Contudo, no recenseamento de 1804, os brancos, em Goiás, somaram 7273 pessoas de um total de 50.135 habitantes, ou seja, um sétimo da população. A população restante só podia ser indígena, mestiça e negra.

Chain argumentou que por volta da segunda metade do século XVIII, quando os governadores quiseram "voltar suas vistas para a agricultura", esbarraram em sério "obstáculo representado pela escassez de mão-de-obra", em decorrência da incapacidade importadora de escravos africanos". O aliciamento indígena foi a solução encontrada para suprir essa falta de africanos. Esses dados permitem a seguinte questão: Se havia poucos brancos e negros, a maioria dessa população era cabocla, bastarda, mamaluca ou caboré? Parte da resposta é fornecida pela própria autora que salientou que os Xavantes "levaram para as aldeias negros fugidos das minas e os casavam com as índias"... e que esse procedimento foi desastroso para a economia das minas, mas que livrou os pretos escravos fugitivos dos capitães do mato como ocorria nos quilombos, porque nas aldeias estariam a salvo".<sup>360</sup>

A maioria dos lugares, vilas, arraiais, fortalezas e presídios na Capitania de Mato Grosso, no Século XVIII, foram constituídos com índios 'silvestres' e com os imigrados das missões espanholas de Moxos e Chiquitos. A presença marcante de nativos e de seus descendentes na população mato-grossense foi constatada por Hércules Florence, em 1825, ao visitar o território. Praticamente 2/3 da população mato-grossense foi composta de índios e dos mestiços deles com brancos, negros e outros mestiços. A po-

355 SILVA, Jovam Vilela da. Ob. cit., p. 124, nota 17.

356 CHAIN, Marivone Matos. Ob. cit., p. 94.

357 Idem, p. 132.

358 Idem, p. 118.

359 Idem, p. 110.

360 Idem, p. 136.

pulação mato-grossense, no final do século XVIII, girou em torno de 27.000 habitantes.<sup>361</sup>

Páginas atrás mostramos que historiadores e cronistas deixaram explícito que o Brasil, enquanto colônia de exploração, interessava ao lusitano como local de enriquecimento rápido e retorno à Metrópole. Entretanto, esse procedimento pertencia ao português, e a idéia de vir e voltar não estava afeita à visão do mestiço e mesmo dos estratos nativos destribalizados empobrecidos aqui residentes, que compunham a população fixa residente e parte de um campesinato rural. Mesmo dentro do processo de organização de uma bandeira, onde havia investidores portugueses, que não participavam da aventura, mas de seus resultados práticos, a questão da destinação da renda destes empreendimentos no sul da colônia nos leva a questionar a destinação deste numerário. Mesmo porque Fernando Novais, ao falar sobre o tráfico negreiro, demonstra que a melhor adaptação do negro à lavoura nada mais foi do que reverter o quadro sócio-econômico do tráfico indígena, pois "o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia". Contudo, nesta vertente, fica uma grande dúvida. Considerando que o período de apresamento indígena teve seu auge durante o domínio holandês, no nordeste e em Angola, e que a historiografia justifica a substituição da mão-de-obra africana pela nativa, devido ao bloqueio do tráfico negreiro, fica uma pergunta. Se o nordeste açucareiro era holandês, se Angola como principal fornecedora de africanos estava em mão flamengas, não estava resolvida a problemática de produção açucareira holandesa no Brasil? Buscar os índios no sertão de Guará, Itatim e Tape para suprir o problema de abastecimento de mão-de-obra no nordeste, a nosso ver, é que não era.

A ser melhor investigada, fica a possibilidade de uma política portuguesa de povoamento, posse do leste/sul/oeste e Amazônia, por um lado, e, de outro, o processo político português de independência e conseqüente expansão territorial no Brasil, para justificar as posses efetuadas durante a união das coroas ibéricas.

Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados neste 'gênero de vida; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a Metrópole", realizando-a "os mercadores metropolitanos engajados no abastecimento dessa mercadoria".<sup>362</sup>

Daí, que o universo da pobreza colonial, sulista em particular, cremos, deva ser visto conforme a ótica do colono em razão direta dos proventos advindos do comércio do açúcar, cuja renda avultava-lhe aos olhos, e que esta pobreza estava condicionada ao fator lucro e não ao fator produção. E a produção no sul da colônia não só estava condicionada ao hibridismo social, na indolência do caboclo, mas, também e principalmente, na ausência de uma maior comercialização.

A centralização político-administrativa impôs condicionamentos que atuaram como mecanismos compensadores ou não dos empreendimentos rurais e de comercialização da produção. A população, em sua maior parte, desprovida de meios econômicos financeiros, restou adaptar-se às regras do jogo como fosse mais conveniente, e o acúmulo de capital, de onde e como fosse possível.

O tráfico nativo foi um mecanismo, o contrabando outro. Alice P. Canabrava citou o caso do português "Antônio da Silva, famoso sertanista domiciliado em São Paulo, que morreu na região das minas de Potosi", bem como de um "certo João da Costa originário do Brasil e certo taberneiro de Lima, chamado Ibirijuitanga, 'hombrencillo de escassa talla, un tanto obeso y de tez bronceada, oriundo del Brazil' tido como feiticeiro"<sup>363</sup>, ao discutir e destacar a importância do contrabando na região do Prata, no pe-

361 Maiores detalhes consultar a obra: *Mistura de Cores. (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso - século XVIII)*. SILVA, Jovam Vilela da.

362 NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Ed. Hucitec. SP. 1983, p. 105.

363 CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Ed. Itatiaia/EDUSP. SP. 1984, p. 162.

riodo de 1580 a 1640, tempo em que as razias bandeirantes foram mais acentuadas. Esse intervalo de tempo é o mesmo que uniu as Coroas Ibéricas por 60 anos. E daí compreendermos, também, onde e como os bandeirantes paulistas acumularam, para, as suas expensas, custear o bandeirismo apresador e prospectivo no final do século XVII e início do século XVIII.

O imaginário histórico dos viajantes, comerciantes e da igreja, enfim, daqueles que nos legaram suas impressões sobre os nativos, e mesmo a historiografia reproduziu, em muito, conceitos e preconceitos de época para época, provocando no imaginário acadêmico e popular escolarizado um nativo descaracterizado enquanto entidade civilizadora.

Poucos foram os que de fato preocuparam-se em conhecer quem de fato eram esses indivíduos e como agiam, sua forma de pensar, sentir e viver o cotidiano. O que não branqueou, africanizou, e até o saci pererê perdeu seu tom encarnado na boca do preto velho contador de estórias e ficou preto, conservando, de vermelho, o barrete.<sup>364</sup> Neste sentido, Maria de Lourdes Bandeira diz que o negro de Vila Bela (MT) adotou uma série de práticas para fugir das classificações e qualificações sociais feitas pelo branco (mulato, caboré, moreno), emergindo "como agentes de mudança, tanto na reelaboração das práticas culturais brancas, como na introdução de suas próprias práticas, e como, mediadores privilegiados da assimilação de práticas indígenas",<sup>365</sup> como, por exemplo, o da manipulação feita pelos negros do conhecimento indígena da flora medicinal.

Até na literatura popular a miscigenação ocupou espaço. E o caso, por exemplo, do conto "Urupês" (1918) de Monteiro Lobato, que criou a figura do caboclo, no personagem Jeca Tatu, identificado com o povo brasileiro e responsável pelos "sintomas de atraso econômico, político e mental, que, no seu entender, necessitava ser superado: 'preguiça', 'fatalismo', 'nomadismo', 'ignorância', 'rotina', 'passividade', 'submissão política aos coronéis', etc..".<sup>366</sup>

A submissão política aos coronéis, por exemplo, pode significar tão somente o respeito ao Chefe, Principal ou Morubixaba. Se considerado o poder temporal dos Caciques através do bastão de comando, fica mais fácil entender a obediência a um chefe político. Ainda mais quando se sabe que as aldeias se constituíram em vilas e lugares e que os cargos públicos municipais foram preenchidos pelos chefes indígenas.

As idéias deterministas, também, tiveram seus seguidores e reproduziram uma série de "mitos", que qualificaram o trabalhador brasileiro, e aí leia-se o mestiço, o negro e índios, produtos da fricção interétnica, (destribalizados, incorporados), com os adjetivos já enunciados, que não conseguiram ou não quiseram reconhecer que a baixa produtividade do trabalhador foi antes de mais nada o espelho de uma situação social injusta, de abandono, em função dos preconceitos imanescentes, e do despreparo teórico e prático dos governantes que confundiram sempre que a sociedade politicamente organizada não é e nunca foi um governo de homens, mas um governo de leis justas, de justiça social.

Com este pano de fundo, neste momento, interessante passarmos dos pressupostos "objetivos" da análise conjuntural para uma fase "subjéctiva", tentando compreender o universo do cotidiano dessa população cosmopolita colonial, a partir dos conflitos culturais próprios, da elaboração mental que justificavam as ações e reações do

364- A capoeira tem raízes tupi-guaranis até no nome, significando mato extinto, mato cortado, mas podia também ser uma ave, um cesto, uma gaiola grande onde se criavam aves. Encontraram-se anotações do Padre José de Anchieta por volta de 1595 em que dizia que os "índios tupi-guaranis divertiam-se jogando capoeira" in, Revista Minas Gerais, p. 29. Esses dados são importantes para verificarmos até que ponto a inter-relação com os nativos contribuiu para branquear ou africanizar determinadas práticas, usos e costumes. Contudo, também é fato que os estudos e os estudiosos sempre buscaram explicar o povo brasileiro em suas raízes européias ou africanas, ignorando as origens nativas, como se esta fosse um mal, um desvio que precisava ser corrigido. Uma reflexão que merece ser aprofundada.

365 BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território Negro em espaço Branco - estudo antropológico de Vila Bela. Ed. Brasiliense/CNPq. SP. 1988, p. 97.

366 CAMPOS, André Vieira. A República do Pica-pau Amarelo. Revista SBPH. Anais da VI Reunião. SP. 1987, p. 116.

colono frente às determinações jurídico-administrativas e religiosas, bem como do nativo frente à evangelização.

Durante a fase de preação nativa em território espanhol, a fala feita por Antônio Raposo Tavares ilustra a mentalidade humanista colonial. Este, quando inquirido pelo Pe. Mendonça, em nome de que direito os portugueses exterminavam e reduziam a escravos os seus fiéis, respondeu: "E Deus quem nos dá a ordem, no livro de Moisés: combater as nações pagãs!"<sup>367</sup> E quando se dizia aos mamelucos que "depois de tantas crueldades e profanações, não havia salvação a esperar por eles, respondiam que bastava ser batizado para entrar no céu".<sup>368</sup>

Domingos Jorge Velho foi outro sertanista que deixou impressa a subjetividade da mentalidade do cotidiano do cativo e das relações entre o que se considerava público e privado e basicamente religioso. Observou Domingos que "as tropas de paulistas não são de gente matriculadas no livro de Sua Majestade, nem obrigada por soldo ou pão de munição. Não vão a cativar, mas antes reduzir ao conhecimento da civil e urbana sociedade um gentio brabo e comedor de carne humana (...) esses índios ferozes são postos a servir nas lavras e lavouras (...) pois há para os sustentarmos a eles e aos seus filhos como a nós e aos nossos, (...) constitui para aqueles infelizes inestimáveis serviços, pois aprendem a arrotar a terra, a plantar, a colher, enfim a trabalhar para o sustento próprio, coisa que antes de amestrados pelos brancos não sabiam fazer (...) esse..., o único meio racional de se fazer com que cheguem os índios a receber da luz de Deus e dos mistérios da Sagrada religião católica, o que baste para sua salvação eterna, pois, observa, 'em vão trabalha quem os quer fazer anjos de os fazer homens'".<sup>369</sup>

Ao lado dessas contradições do pensamento "humanista" do século XVII e de uma certa liberalidade de ações quanto à ordem estabelecida, estão as afirmações de que "Deus está no céu, o rei em Portugal e longe da colônia", ou a asseveração do Pe. Vieira: "O Maranhão e o Pará é uma terra onde. V. Majestade é nomeado mas não é obedecido"<sup>370</sup>. Não podemos nos esquecer de que as investidas bandeirantes às missões jesuítas espanholas detiveram um caráter político, denunciado pelo Pe. Montoya, em 1628, e pelo Pe. Christoval de Arenas, em 1647, comentados anteriormente.

E no divisor de águas entre o sagrado e o profano, o público e o privado, estava o homem em seu individualismo, ao decidir qual o argumento necessário para justificar seus atos e aplacar a sua consciência. Foi o caso do "encomendeiro" Bartolomeu de Las Casas, que de proprietário e explorador da mão-de-obra nativa, converteu-se, após o sermão do Pe. Antônio de Montesinos, passou a defender a causa indígena, usando sua experiência no território espanhol colonial, sabendo influenciar a Coroa com seus conhecimentos jurídicos, a fim de que surgisse uma legislação indigenista que os protegessem.

Neste sentido, a mentalidade estruturada pela Companhia de Jesus para compor as missões e reduções, e a encontrada nos nativos demonstrou em que níveis as inter-relações étnicas, culturais e sociais se processaram para atingir os alicerces econômicos e políticos pretendidos e ou pelo menos idealizados.

Contudo, o nativo destribalizado e cooptado das mais diferentes formas ao mundo dos "brancos" foi o componente humano que desapareceu do conjunto da população colonial brasileira.

Reunido entre si, ou seja, na mistura das várias étnias nativas nas missões ou aldeias administradas, o indígena foi identificado como caboclo ou caipira (e ou como Tapuio ou Negro da Terra) e passou a compor, dependendo da cor, a população tida

367 LUGON, Clóvis. Ob. cit., p. 52.

368 Idem, p. 53.

369 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. J.Olympio Editora. RJ.1981, p. 91.

370 CRUZ, Ernesto. História de Belém. Belém. Imprensa Universitária. 1973, p. 74. in- BASTOS, Maria Francismar de Souza. Ob. cit., p. 140.

por branca. E, mesmo assim, se a cor da pele fosse clara. Misturado ao branco ou ao negro africano, sua classificação social e identificação pessoal passou, sobretudo, pela problemática da cor da pele. As expressões de "preto", "mulato", "caboré" e ou de outra designação, para identificar os estratos da população mestiça, precisam ser redimensionadas no processo de composição da população tida por "negra" e "parda". Esse redimensionamento é fundamental não só pela confusão da terminologia usada e modificada de um século para outro, bem como pelos mecanismos utilizados no cotidiano da prática colonial a respeito da escravidão enquanto condição social e econômica. Mesmo porque, por exemplo, a mistura de cultos não criou no Brasil Colonial uma arte negra, branca ou indígena, mas, sim, brasileira. Isto porque o sincretismo religioso e cultural misturou as origens indígenas às europeias e africanas, uma vez que foram os nativos que detiveram o maior número de coadjuvantes e autores no conjunto da população jurídica e legalmente constituída.

Toda essa "confusão semântica" na descrição dos estratos sociais brasileiros ou ameríndios serviu para justificar uma mão-de-obra livre pobre e escrava em diversos setores produtivos. A classificação, por exemplo, de "negro" pode ter passado não só pela identificação "racial" de determinado grupo humano, mas, sobretudo, pela cor da pele que determinava sua condição social e que garantia um determinado tipo de mão-de-obra, a tida por escrava negra e "africana".

E provável que a ideologia de branqueamento passou por esses mecanismos. Branqueamento necessário para fazer jus aos privilégios e, sobretudo, fugir de um estrato social que não dignificava o indivíduo enquanto pessoa e cidadão, por um lado, e, por outro, que por um determinado período garantiu a mão-de-obra escrava em disponibilidade.

E como disse Rendom, em 1802, que os índios já tinham "sentimento" quando se declaravam por brancos aos cabos e oficiais que procediam ao levantamento das listas nominativas, e que nas fazendas Jesuítas os padres os casavam com pretos e pretas escravas batizando seus filhos como servos. Na verdade, o indígena (Negro da Terra, Tapuio, Caboclo) não desapareceu, civilizou-se (incorporou-se, acomodou-se). A contribuição genética nativa (**o ouro vermelho de suas etnias**) na formação do povo brasileiro e, por que não dizer, latino-americana, foi uma realidade que compôs seus quadros e estratos sociais.

Na verdade, este é um país de mestiços. Só que não é um país mestiço de brancos ou de negros. É um país mestiço de nativos.

Um país em que se procurou substituir os brasileiros do tipo primitivo (caboclos, caipiras, caiçaras, caborés, mulatos, cabras) daqueles brasileiros oriundos dos diversos ramos europeus (imigrações de portugueses, espanhóis, italianos e alemães) da segunda metade do século XIX em diante, em especial, e ou da dos diversos ramos africanos (Ashantis, Yorubas, Haussas, Feias e outros).

Zamparoni inicia sua defesa aos povos africanos utilizando-se de uma afirmação que vou citar como se estivesse falando dos "índios" ou "Nativos" e ou do "Caboclo" ou "Caipira" e ou de "Pretos", para usar a expressão de Maria de Lourdes Bandeira para identificar a população de Vila Bela e ou para falar de "mestiços" e não de europeus e ou africanos. A citação é a seguinte:

*"É inequívoco que a **construção de uma identidade** (\*) passa pelo conhecimento da própria História, **não no sentido de ressaltar a idealística inerte** (\*), mas de fazê-la presente como referência cultural".<sup>871</sup>*

371- ZAMPARONI, Valdemir D. Os estudos africanos no Brasil: veredas. Revista de Educação Pública n° 5, EdUFMT, 1995, p. 105. (\*) grifo nosso.

Estudos recentes realizados por Cavalli-Sforza, Paolo Menozzi e Alberto Piazza demonstram cientificamente "que as raças humanas são formidavelmente idênticas quando se examina o conteúdo genético dos indivíduos. 'A cor dos olhos, da pele, as proporções corporais e os tipos de cabelo são vernizes passados sobre uma estrutura biológica maravilhosamente idêntica.'"

Ou seja, por que se buscam no Brasil povos que não existem enquanto etnias, ainda mais quando se sabe que os procedimentos de mestiçagem foram muito complexos e trabalharam na constituição de um povo brasileiro, cujas raízes principais foram ameríndias.

O objetivo desse ensaio foi o de tentar demonstrar, através da própria historiografia, que a população nativa destribilizada e desindianizada foi a que compôs de fato os quadros demográficos populacionais nos períodos históricos correspondentes. Populações essas que esquecidas e abandonadas em sua grande maioria em alguns trechos e fora da faixa do litoral e mais para o interior, acabaram por compor os quadros caiçaras, caipiras, caborés, mamelucos, mulatos, pardos, caboclos da população brasileira.

O mais interessante é que se fala e se reclama da dizimação dos índios pelos portugueses em função da endemias, da escravização, dos descimentos e da evangelização, mas, por outro lado, não se admite que a maior parte deles, de um modo ou de outro, faça parte da população brasileira (colonial).<sup>372</sup>

Afinal, sem morbidez ou sarcasmo, no Brasil, ou somos brancos ou negros e ou mestiço de um desses segmentos populacionais.

E difícil ver alguém dizer que tem sangue nativo ou que seja descendente de algum povo ou etnia indígena.

Na verdade, o que se praticou nesses anos todos foi a destruição de uma identidade ameríndia (cabocla, caipira, caiçara) como referência sócio-cultural no sentido de não tê-la nunca presente, nem idealisticamente, mas difícil de ocultá-la. Com o que tínhamos de nos orgulhar com essa procedência? Continuamos reverenciando tão somente o índio da aldeia, isolado e longe da civilização. **Um ser exótico. Jamais um ser cordial.** Na verdade, o que ocorreu foi uma evolução populacional como em qualquer outro lugar deste planeta. E este fato é tão difícil de ser digerido?!

## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes:**

#### **Arquivo Público de Mato Grosso**

Cx. 1775 a. Relação das Pessoas e Officiais que se achavam destacados no Fecho dos Morros no Rio Paraguai.

#### **Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)**

Micro-Fichas (MF)

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

MF- 195 doe. 2232. Bando de Luiz Pinto de Souza Coutinho que informava sobre a mudança de nome das vilas, lugares, etc. AHU. UFMT. Cuiabá.

Mostra ainda que a miscigenação é comum em várias partes do mundo e que o europeu contemporâneo é uma mistura de 65% de genes asiáticos e 35% de africanos. Comentário do livro na Revista Veja de 18 de janeiro de 1995, p. 44 a 46.

372 -Pesquisas recentes mostram uma série de cidades brasileiras, neste ano de 1996, com um maior número de indígenas. São elas: Boa Vista (RR) com 11.000; Manaus (AM), 10.000; Belém (PA), 3.500; Campo Grande (MS), 3.000 e Amambai (MS) com 2.300 indígenas. Somam 30.000 no quadro geral da população brasileira. "Um índio que usa gravata não deixa de ser o que é, assim como um branco que usa cocar não perderá a sua identidade". Antonio Carlos Karai Mirim, diretor do grupo teatral da tribo indígena Guarani do Estado de São Paulo. Revista Veja, nº 1452, 10.07.96, pp. 67/68

- MF- 204 doe. 2319. Carta de Luiz Pinto de Souza Coutinho ao Rei. 24.03.1770. AHU. UFMT. Cuiabá.
- MF- 211 doe. 2417. Carta de Luiz Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU. UFMT. Cuiabá.
- MF- 216 doe. 2483. Documento Interessante para a História de Mato Grosso. Correspondência de Luiz Pinto de Souza Coutinho ao Rei. Relatório sobre o efetivo militar, minas de ouro, agricultura, etc. AHU. UFMT. Cuiabá.
- MF- 233 doe. 2698. Mappa de Toda a Povoação actual da Capitania de Mato Grosso e Cuyabá, formada sobre as Memórias das datas abaixo escritas, mandou extrahir o Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o anno de 1772. AHU/ UFMT. Cuiabá.

### **Bibliografia**

- ANCHIETA, Joseph de. **Carta de São Vicente (1563) - Cartas Jesuítas 3**. Ed. Itatiaia/EDUSP. SP. 1988.
- BASTOS, Maria Francismar de. **Fundamentos Econômicos da Ocupação da Amazônia (1616/1750)**. PUC. Porto Alegre. RS. 1981. (Dissertação de Mestrado mimeografada).
- BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. **Expansão Territorial do Brasil Colônia no vale do Paraguai (1767/1801)**. EDUSP. USP. SP. 1979.
- BEOZZO, Oscar. **A Comunicação das Classes Subalternas na História do Brasil** in, Marcílio, Maria Luiza. Caçara. Ed. Paulinas. SP. 1974.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **A política Pombalina no Brasil**. Anais da V Reunião da SBPH. SP. 1983.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial - Portugal e Brasil Colônia**. Ed. Brasiliense. SP. 1988.
- CORREIA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. INL. RJ. 1949.
- COSTA, Iraci dei Nero da. **Vila Rica : População (1719-1836)**. EDUSP. IPE. SP. 1979.
- CHAIN, Marivone Matos. **Os aldeamentos indígenas e sua importância na Capitania de Goiás no século XVIII (1749/1811)**. USP. SP. 1972. ( Tese de Doutorado - mimeografada).
- dABBEVILE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão**. Ed. Itatiaia/EDUSP. SP. 1975.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. SP. Arquivo do Estado, 1895, vol. 95. 1990.
- FARAGE, Nádia. **As muralhas do sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Ed. Paz e Terra. RJ. 1991.
- FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder constitucional**. Ed. Hucitec. SP. 1979.
- . **Organização Social dos Tupinambás**. Ed. Hucitec. SP. 1989.

- FERNANDES, Joana. **índio - esse nosso desconhecido**. Ed. Universitária. UFMT. Cuiabá. 1993.
- FRAGOSO, Hugo. **A Era Missionária (1686/1759)**. in. Hoornaerte Eduardo (coord.) "História da Igreja na Amazônia". Ed. Vozes. Petrópolis. 1992.
- FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Liv. José Olympio. RJ. 1988.
- GOLDESCHIMIDT, Eliana Maria Réa. **Casamentos mistos de escravos em São Paulo Colonial: garantias tomadas pelos senhores**. Anais da VII Reunião da SBPH. SP. 1988.
- . **O senhor e suas escravas: um aspecto das uniões mistas no século XVIII na Capitania de São Paulo**. Anais da VII Reunião da SPBH. SP. 1988.
- FLAUBERT, Maxime. **índios e Jesuítas no tempo das Missões**. Ed. Cia. das Letras. SP. 1990.
- HAUCK, João Fagundes e outros. **História da Igreja no Brasil - segunda época - A Igreja no Brasil no século XIX**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. Ed. Brasiliense. SP. 1990.
- HOORNAERT, Eduardo. **A questão do corpo nos documentos da primeira evangelização**. in, Marcílio, Maria Luiza.(Coord.) Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil. Ed. Loyola. CEDHAL. CEHILA. SP. 1993.
- LUGON, Clóvis. **A República 'Comunista' Cristã dos Guaranis - 1610/1768**. Ed. Paz e Terra. RJ. 1988.
- LONDONÕ, Fernando Torres. **Público e Escandaloso - Igreja e Concubinato no Antigo Bispado do Rio de Janeiro**. USP. SP. 1992. (Tese de Doutorado - mimeografada).
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e história social de Ubatuba**. Ed. Paulinas. SP. 1974.
- . **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista - 1700/1836**. USP. SP. 1974. (tese de livre docência - mimeografada).
- . **A cidade de São Paulo - Povoamento e População - 1750/1850**. Ed. Pioneira Ltda. EDUSP. SP. 1974.
- MARCHANT, Alexandre. **Do Escambo à Escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil - 1500/1580**. Ed. Nacional. SP. 1980.
- METCALF, Alida C. **A Família na Colonização das Américas**. Anais da VI Reunião da SBPH. SP. 1987.
- . **Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana of Parnaíba - Brasil, 1720 - 1820**. Texas. 1983.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. Ed. Cia. das Letras. SP. 1994.
- NETO, Carlos de Araújo Moreira. **índios da Amazônia: da Maioria à Minoria (1750 a 1850)**. Ed. Vozes. Petrópolis. 1988.
- NOVAIS, Fernando. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI/XVIII)**. CEPRAP. Caderno 17, SP. 1973.

- SARAIVA, José Hermano. História Concisa de Portugal. Coleção Saber. Publicações Europa/América. 1981.
- SHEPARD, Formam. Camponeses: sua participação no Brasil. Ed. Paz e Terra. RJ. 1979.
- SILVA, Jovam Vilela da. A Capitania de Mato Grosso: política de povoamento e população - século XVIII. USP. SP. 1994. (Tese de Doutorado - mimeografada).
- \_\_\_\_\_ Mistura de Cores, (política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso - século XVIII). Cuiabá. EdUFMT. 1995.
- SOUZA, Laura de Melo e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colônia. Ed. Cia. das Letras. SP. 1986.
- \_\_\_\_\_. Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Edições Graal. RJ. 1986.
- THOMAS, Georg. Política indigenista dos portugueses no Brasil - 1500/1640. Ed. Loyola. SP. 1981.
- VACA, Cabeza de. Naufrágios e Comentários. Série Os Conquistadores. Vol. 3. Coleção L&PM. Porto Alegre. RS. 1987.
- VAIFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- VARNHAGEM, Adolfo de. História Geral do Brasil. Tomo 4. Ed. Melhoramentos. SP. 1962.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. O Marquês de Posmbal e o Paraná. Anais da V Reunião da SBPH. SP. 1983.
- ZAMPARONI, Valdemir D. Os estudos africanos no Brasil: veredas. Revista de Educação Pública nº 5. Publicação do Curso de Mestrado e Doutorado em Educação Pública da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, EdUFMT, 1995.